

Camila Flávia Pires
Jane Mazzarino

NARRATIVAS
SOCIOAMBIENTAIS
NO JORNALISMO
LITERÁRIO
DE ELIANE BRUM



NARRATIVAS SOCIOAMBIENTAIS NO JORNALISMO LITERÁRIO DE ELIANE BRUM

Camila Flávia Pires e Jane Mazzarino



Camila Flávia Pires
Jane Mazzarino

**NARRATIVAS SOCIOAMBIENTAIS NO JORNALISMO
LITERÁRIO DE ELIANE BRUM**

1ª Edição

Quipá Editora
2021

© 2021 por Camila Flávia Pires e Jane Mazzarino
Todos os direitos reservados.

A obra resulta da pesquisa realizada por Camila Flávia Pires, como Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo, na Universidade do Vale do Taquari – Univates, com orientação da professora Dra. Jane Márcia Mazzarino. O estudo insere-se como uma bela contribuição para o Grupo de Pesquisa Comunicação, Educação Ambiental e Intervenções (Ceami/CNPq), atrelado ao Programa de Pós Graduação Ambiente e Desenvolvimento da Univates.

CONSELHO EDITORIAL

Editor-chefe: Me. Adriano Monteiro de Oliveira, Quipá Editora

Dra. Érica C. L. Machado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) / Dra. Harine Matos Maciel, Instituto Federal do Ceará (IFCE) / Dra. Maria Eneida Feitosa, Universidade Regional do Cariri (URCA) / Me. Sérgio Ricardo Quiroga, Instituto Cultural Argentino de Educación Superior (ICAES), Argentina / Dr. Thiago Barbosa Soares, Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P667n Pires, Camila Flávia
Narrativas socioambientais no jornalismo literário de Eliane Brum / Camila Flávia Pires e Jane Márcia Mazzarino. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2021.

205 p.

ISBN 978-65-89091-50-9

DOI 10.36599/qped-ed1.032

1. Jornalismo literário. 2. Narrativa socioambiental. 3. Eliane Brum. I. Mazzarino, Jane Márcia. II. Título.

CDD 070.4

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Esta obra foi publicada pela Quipá Editora em março de 2021. O conteúdo, bem como seus dados, forma, correção e confiabilidade são de exclusiva responsabilidade das autoras. Devem ser atribuídos os devidos créditos autorais.

Quipá Editora / www.quipaeditora.com.br / @quipaeditora

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
1 INTRODUÇÃO	09
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Trajetória do Jornalismo em sete séculos	15
2.2 Literatura e texto literário	34
2.3 No (re)encontro entre Jornalismo e Literatura surge o Novo Jornalismo	42
2.4 A inspiração na Literatura fez nascer o Jornalismo Literário ...	50
3 MÉTODO	71
3.1 Técnicas e procedimentos de tratamento dos dados	73
4 ANÁLISES DAS COLUNAS DE ELIANE BRUM	77
4.1 Corpus analisado	77
4.2 Análises das colunas de Eliane Brum a partir das três categorias propostas	80
5 CONCLUSÃO	179
REFERÊNCIAS	195
ÍNDICE REMISSIVO	201
SOBRE AS AUTORAS	203

APRESENTAÇÃO

A vida nos atravessa como um tufão de vento. E já era. A vida chega nem sei como, brotamos das águas e voltamos à terra. Já era. A vida arde plena em alguns momentos, entre tantos desvios de atenção que nos tomam. E já era. A vida passa como paisagem de quatro estações, todas juntas ao mesmo tempo, e já era. Quem tem a sorte de envelhecer, tende a reclamar do que já era. Quem não teve, foi.

Camila foi, para mim, antes do tempo. Não envelheceu. Deixou uma lembrança delicada misturada à força de seus ideais éticos, transformados em amor às histórias. Apaixonou-se pelos textos de Eliane Brum.

Antes de ir, escreveu esta obra em forma de Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo, na Universidade do Vale do Taquari - Univates. Juntas construímos um caminho para aproximarmo-nos dos textos geniais e sensíveis de Eliane Brum. Três linhas formadas, cada uma, por inúmeras outras. A partir destas linhas, Camila traçou sua tecelagem, entremeando sensibilidades com a colunista do El País. Camila amou seu estudo. Fez dele uma artesanaria. Incansável, buscava rigor científico e perfeição na escrita. Talvez tenha erros, pode ter, mas nada diminui a força da energia que a atravessou neste trabalho.

O aprofundamento da abordagem, a perspectiva humanista e a narrativa híbrida dos textos de Eliane Brum definiram as linhas mestras. Da primeira, desfiam-se outras onze; da segunda mais cinco; e da última outras dez. São vinte e seis aspectos para olhar. Desfrute-os. A obra está aberta!

Trata-se de uma dupla contribuição. Aos estudos de Jornalismo, esta obra oferece um modo de observar e refletir sobre a narrativa. Aos estudos das Ciências Ambientais, um modo de observar e refletir sobre os problemas do nosso tempo.

Para mim, ficou a experiência de encontrar, com Camila, as linhas da tecelagem artesanal deste trabalho acadêmico, sensível como ela e como os textos de Eliane Brum. E, de tudo, ficou a vontade de que ela ficasse um pouco mais, para podermos ver juntas esta entrega em forma de livro, a quem quiser se aproximar de seu tempo, muitas vezes injusto, como quando os bons morrem jovens demais, mas tantas vezes potente no que temos e podemos fazer ainda, apesar de tudo. Apesar, principalmente, porque muito poderia ser evitado para termos uma vida de mais conexão com a vida. Este tufão que, de repente, já era.

*Dra. Jane Mazzarino
Março de 2021.*

INTRODUÇÃO

Os textos veiculados pelos meios de comunicação são produzidos, em sua maioria, por profissionais formados em curso superior de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Para narrar um fato, seja em forma de texto, áudio ou vídeo, valem-se de critérios consolidados aprendidos na academia e seguidos pelas organizações jornalísticas ao longo do tempo. Tradicionalmente, o início do texto deve ser construído com base na estrutura conhecida como *lead*, composta pelas respostas às perguntas o quê, quando, onde, por que e como. Esse modelo segue tendo sua importância e uso disseminado nos meios de comunicação na atualidade, no entanto, não é o único a ser utilizado, como mostram estudiosos e profissionais atuantes na área. Muitos jornalistas, repórteres e escritores têm encontrado uma forma de aprofundar suas narrativas se libertando dos padrões e investindo em critérios não exclusivamente técnicos. Dentro disso, surge como inspiração uma corrente designada Jornalismo Literário, a qual se vale de elementos estéticos da Literatura para contar uma história.

Mais do que narrar um fato, nota-se, por parte do autor da obra inspirada na estética literária, uma preocupação com a contextualização e a humanização das informações. Trata-se de uma escrita que se aproxima da Literatura na medida em que o autor tem liberdade para usar sua imaginação, não no sentido de inventar, mas de poder refletir sobre o que viu e ouviu e, a partir desse processo, escrever e compartilhar com seu interlocutor esses dados. Na obra da jornalista independente Eliane Brum é possível encontrar aspectos que

se enquadram no Jornalismo Literário, embora a profissional brasileira não se caracterize como uma jornalista literária. Ela se apresenta como escritora, repórter e documentarista. Eliane Brum é autora dos livros de não ficção “Coluna Prestes - o Avesso da Lenda”; “A Vida Que Ninguém vê”; “O Olho da Rua”; “A Menina Quebrada”; “Meus Desacontecimentos”; e do romance “Uma Duas”.

Dentro dos mais variados temas sobre os quais ela escreve em sua coluna quinzenal no site do El País Brasil estão os relacionados à construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no estado do Pará, Brasil. A partir desse exemplo, percebe-se que o Jornalismo Literário também tem espaço em coberturas socioambientais. Nota-se que alguns jornalistas, a exemplo de Eliane, buscam mostrar visões mais amplas de uma realidade e têm na sua concretude as pautas mais sensíveis, ou seja, são profissionais que valorizam a checagem *in loco*, dispensam tempo para ouvir as pessoas, apuram com rigor e escrevem a partir de uma carga informativa e emocional mais densa, se comparada à produção cotidiana da grande mídia.

Sabe-se que as produções do Jornalismo Literário demandam maiores tempo e espaço para veiculação na imprensa, pois aprofundam o assunto tratado e estão em forma de reportagens, na maioria das vezes. Nesse gênero, em especial, é possível notar diferenças na estrutura do texto, que não se inicia, muitas vezes, pelo *lead*, e na linguagem utilizada pelos jornalistas, que preza pelo pormenor. As produções trazem as vozes de inúmeros personagens e relatos sobre suas singularidades e sobre os ambientes em que estão inseridos – o que mostra as dimensões do envolvimento e da observação do repórter com o acontecimento compartilhado.

Mesmo em meio ao apogeu tecnológico, com infinitas possibilidades de ferramentas que auxiliam na produção e distribuição de conteúdo, considera-se que o texto continua sendo a essência do bom Jornalismo. Assim, o que se diz enquanto repórter, seja por meio de texto, áudio ou vídeo, precisa ser valorizado e qualificado, e, no Jornalismo Literário, percebe-se esse comprometimento com a palavra - desde a sua concepção até a sua recepção. Nas palavras da jornalista que inspira este trabalho:

Quando me tornei repórter, tentei fazer da minha escrita um espelho amoroso no qual as pessoas cujas histórias eu contava pudessem se enxergar, descobrir-se habitantes do território das possibilidades e viver segundo seus próprios mistérios. Ser contadora de histórias reais é acolher a vida para transformá-la em narrativa da vida [...] (BRUM, 2014, p. 111).

Pode-se perceber, com essa passagem, o papel nobre que o Jornalismo exerce em uma comunidade, estado ou nação quando se debruça sobre vidas de pessoas e por meio delas conta as suas histórias reais. Partindo dessa premissa, o Jornalismo Literário, com suas características, consegue auxiliar de uma forma especial o repórter que faz da escrita, do áudio ou do vídeo um meio para compartilhar as vozes de indivíduos que habitam uma comunidade e suas mais distintas vivências e denúncias. Assim, levando em conta elementos do Jornalismo Literário, incluindo o Novo Jornalismo, e dos textos literário e jornalístico, explorados por diferentes autores, problematiza-se: como Eliane Brum, por meio de suas colunas no *El País Brasil*, constrói uma narrativa relacionada a contextos socioambientais a partir dessas características?

Acredita-se que o Jornalismo Literário é um gênero apreciado e colocado em prática por profissionais que buscam humanizar e aprofundar suas narrativas, compartilhando as vozes de inúmeros personagens, dando detalhes de ambientes, entre outras características, por isso, em coberturas socioambientais, torna-se um diferencial para o receptor daquela história pela densidade oferecida em suas linhas, o que, considera-se, estar presente nas colunas da jornalista Eliane Brum.

Quanto aos objetivos deste trabalho, o geral é investigar narrativas socioambientais no Jornalismo Literário e os específicos dão conta de conceituar o Jornalismo Literário no Brasil e caracterizar as narrativas de Eliane Brum quando aborda temas socioambientais a partir dos elementos definidos por diferentes autores que tratam sobre Literatura, Jornalismo, Jornalismo Literário e Novo Jornalismo.

Esta pesquisa se justifica por diversos aspectos. O primeiro deles é o social, pois tem como objeto de estudo textos relacionados a um contexto real, que é a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Pará, a qual, sabe-se, por meio dos próprios textos de Eliane Brum, afetou diretamente a vida de uma comunidade. Pelo viés científico, a pesquisa se justifica pelo fato de ter como pano de fundo teórico o Jornalismo Literário – uma vez que traz definições do conceito e características dessa forma de narrativa, assim como sua utilização, ao longo do tempo, por profissionais da imprensa. Também se justifica pelo âmbito da Comunicação Social, pois se trata de um tipo de prática jornalística com campo aberto para estudos no Brasil. Portanto, a pesquisa também poderá servir de instrumento para outros colegas que queiram explorar essa temática. E, por fim, para a autora, o estudo se apresenta

como relevante porque existe afeição pelos temas explorados, entre os quais, o Jornalismo Literário, as relações humanas e o ambiente, as vozes pouco compartilhadas na grande mídia e a escrita da jornalista Eliane Brum.

A partir dessas premissas, foram analisados 12 artigos escritos pela jornalista Eliane Brum para o site brasileiro do jornal El País, entre dezembro de 2014 e outubro de 2017 - período que respeita o início do trabalho de Eliane no El País Brasil e a finalização da coleta de dados para a monografia -, e que têm como pauta desdobramentos acerca da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

A UHE Belo Monte está instalada no Rio Xingu, no sudoeste do estado do Pará, com influência sobre as populações e territórios das cidades de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio. Nesses municípios, 117 projetos abrangem cinco mil ações. A implantação e a operação da UHE Belo Monte estão a cargo da Norte Energia S.A. - Sociedade de Propósito Específico (SPE), formada após leilão e concessão do empreendimento em 20 de abril de 2010. Conforme a empresa, o empreendimento busca contribuir com a geração de energia para o Brasil e o desenvolvimento socioambiental da região onde atua. A maior hidrelétrica 100% nacional está em operação desde abril de 2016 e conta com 13 das suas 24 unidades geradoras em atividade. São sete na Casa de Força Principal, com capacidade instalada de 4.277 megawatts (MW), e seis na Casa de Força Complementar, em Pimental, com 233,1 MW – totalizando mais de 4,5 mil megawatts. Com 11.233,1 MW de potência instalada, no total, tem capacidade de atender 60 milhões de pessoas em 17 estados do Brasil (NORTE ENERGIA S.A., 2018, texto digital).

A abordagem da problemática de pesquisa proposta se organiza assim: no capítulo 2, apresenta-se o referencial teórico, composto por quatro subcapítulos que versam sobre o desenvolvimento do Jornalismo; conceituação da Literatura e atributos do texto literário; o momento histórico em que Jornalismo e Literatura se encontram no Brasil, rompem sua ligação e depois se reencontram, no que tange à linguagem; e, por fim, como ocorre a consolidação do Jornalismo Literário no Brasil. O capítulo 3 detalha o método utilizado, que é qualitativo, com viés exploratório e descritivo, baseado em um estudo de caso e em pesquisas bibliográfica e documental. O tratamento de dados foi realizado por meio de análise textual. Na seção 3 também está a proposta de análise baseada em três categorias elencadas a partir do referencial teórico: a) aprofundamento na abordagem; b) perspectiva humanista; e c) narrativa híbrida. Essa proposta se constitui em uma contribuição inédita e derivada desta pesquisa. Por fim, no capítulo 4, consta uma síntese do *corpus* e as análises, as quais se referem às 12 colunas de Eliane Brum e são apresentadas conforme a ordem alfabética das categorias. Nesse espaço é relatado onde aparecem os elementos e em quais contextos narrativos Eliane Brum os utiliza. O trabalho se encerra com a conclusão e com a apresentação das referências.

2.1 Trajetória do Jornalismo em sete séculos

Ao se buscar em bibliografias a origem do Jornalismo como técnica profissional, como é conhecida na atualidade, encontram-se informações que contextualizam o tema se referindo a épocas bem remotas até as mais atuais. Assim, pensar o surgimento da imprensa também é fazer uma ligação direta com a escrita, afinal, é por meio dela, inicialmente, que se fazem os registros dos acontecimentos. O papel, por exemplo, foi inventado na China há milhares de anos; depois, surgem, também no país asiático, as primeiras técnicas de impressão. É na Europa, no entanto, que o formato vai ganhar popularidade, consolidando-se na segunda metade do século XV.

Conforme Marcondes Filho (2002), o aparecimento do Jornalismo, entre outras questões, vai permitir a desconstrução do poder que girava em torno da Igreja e da Universidade, uma vez que o saber, o acesso aos documentos e o direito à pesquisa estavam, à época, nas mãos desses dois campos. A invenção dos tipos móveis por Gutenberg, por volta de 1450, marca esse novo momento para a sociedade da época. Com essa abertura, mais pessoas passaram a ter acesso aos textos antes restritos a uma minoria. Uma das primeiras obras impressas por Gutenberg foi a Bíblia, no ano de 1456, trabalho que o levou a ser reconhecido no mundo ocidental. “[...] Através da rápida difusão do prelo de Gutemberg pela Europa, foram consolidadas as línguas nacionais, difundiu-se a Reforma Protestante e também a Contra-reforma [...]” (PENA,

2008, p. 28). Assim, também se constituíram as indústrias do livro e da imprensa periódica.

Diante desse novo momento da sociedade da época, são os jornalistas que vão ter seu trabalho destacado em busca da notícia. Assim, irão “[...] procurar, explorar, escavar, vasculhar, virar tudo de pernas para o ar, até mesmo profanar, no interesse da notícia [...]” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 11). Para Kunczik (2002), os jornalistas conhecidos atualmente foram precedidos, na Europa, por bardos viajantes. Eles comentavam os acontecimentos pelos locais nos quais passavam, como feiras. Os mensageiros e os escrivães públicos também tinham esse papel de comentar as informações. Já os precursores dos jornalistas teriam sido os editores de livros, administradores de correios, diplomatas e outras pessoas com contato facilitado às informações. “[...] Donbasch (1987) situa a primeira coleção e distribuição profissional e comercial de notícias para o público na Veneza do século XVI [...]” (KUNCZIK, 2002, p. 22). As informações eram variadas, copiadas e vendidas.

Pena (2008) também cita Veneza, especialmente suas gazetas, como protagonistas do jornal. O termo está ligado à palavra italiana *gazzette*, a moeda usada em Veneza no século XVI. Manuscritas, as publicações tinham periodicidade e eram apresentadas em quatro páginas, frente e verso, e dobradas ao meio. Para comprar, era necessário pagar uma gazeta, ou seja, uma moeda. Reuniam informações oriundas de diversos países ligadas ao mercado, colheitas, chegada de navios e relatos de guerras. “Possuíam leitores dentro e fora de Veneza [...]. De lá, eram produzidas e expedidas por correio, saindo todos os sábados para diversas cidades italianas” (PENA, 2008, p. 34). Mesmo restrita a um certo público, essa forma de jornalismo

embrionária provocava reações entre nobres e religiosos que se viam expostos nas notícias.

O primeiro jornal teria surgido no século XVII. "[...] O Aviso de Augsburg, Alemanha, é geralmente considerado como sendo o primeiro jornal, publicado em 1609. Pouco depois apareceram outros e geralmente saíam uma vez por semana [...]" (TRAQUINA, 2008, p. 66). Marcondes Filho (2002) cita que em 1631 a Gazette de Théophraste Renaudot já tinha todas as características básicas de um jornal. Conceituar o que é jornal nesse período também demanda fazer uma ligação com as folhas volantes inglesas, sendo que as primeiras apareceram no século XVII, mas já havia folhas volantes publicadas na Europa um século antes, em Veneza. "[...] As 'folhas volantes' começaram a aparecer para satisfazer a curiosidade sobre os acontecimentos [...]" (TRAQUINA, 2008, p. 64). Assassinatos, celebridades, milagres, abominações, catástrofes, acontecimentos bizarros foram destaque na era das folhas volantes e antes do surgimento dos jornais. Assim, "[...] as primeiras publicações jornalísticas surgem no começo do século XVII, na Alemanha, nos Países Baixos e na Inglaterra, e são herdeiras das gazetas venezianas [...]" (PENA, 2008, p. 37). De acordo com o pesquisador, a imprensa diária chega em 1650 à Alemanha, em 1702 à Inglaterra e em 1777 à França, de onde, segundo o autor, vem o nome jornal.

Kovach e Rosenstiel (2004) reforçam que o Jornalismo moderno tem suas raízes no século XVII, "[...] literalmente em resultado de conversas mantidas, sobretudo, em locais públicos, como os botequins em Inglaterra, e mais tarde os *pubs*, ou 'casas públicas', na América [...]" (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 20). Por aqui, os donos dos bares, chamados *publicans*, ou publicanos, se inteiravam sobre

notícias do mundo por meio de viajantes “[...] que, muitas vezes, escreviam o que haviam visto e ouvido em livros de registo colocados numa das extremidades do balcão do bar [...]” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 20). Já na Inglaterra, os botequins se especializaram em um certo tipo de informação e foram esses espaços que proporcionaram o surgimento dos primeiros jornais, “[...] por volta de 1609, quando tipógrafos empreendedores começaram a recolher nos botequins as informações sobre transportes marítimos, mexericos e debates políticos e a imprimi-los em papel” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 20). A partir disso, sublinham os dois autores, os políticos da Inglaterra iniciaram o debate acerca da opinião pública. Esse novo fenômeno surge com a evolução dos jornais. “[...] No início do século XVIII, os jornalistas/tipógrafos começaram a formular uma teoria sobre a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa [...]” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 21).

É neste mesmo século, sobretudo por conta da Revolução Francesa (1789-1799), que Marcondes Filho (2002) visualiza um desenvolvimento maior do Jornalismo, uma vez que vai representar a conquista do direito à informação. “[...] Ele expande-se a partir da luta pelos direitos humanos nesta que foi a ‘revolução símbolo’ da destituição da aristocracia, do fim das monarquias e de todo o sistema abolicionista herdado da Idade Média, assim como da afirmação do espírito burguês” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 10).

Tendo assim como marco a Revolução Francesa, o mesmo estudioso irá dividir a história do Jornalismo em quatro grandes períodos. No Primeiro Jornalismo, de 1789 à metade do século XIX, prevaleceu o jornalismo político-literário, “[...] em que as páginas impressas funcionam como caixa acústica de

ressonância, programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as idéias [...]” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 11). O jornal também se profissionaliza nesse período, pois a redação surge como um departamento específico, entre outras divisões. Isso, conseqüentemente, faz com que o Jornalismo deixe, aos poucos, de ser um instrumento dos políticos. Ele se transforma em algo com valor autônomo, porém, ainda permanecem publicações tendenciosas. “Nessa época do jornalismo literário, os fins econômicos vão para segundo plano. Os jornais são escritos com fins pedagógicos e políticos [...]” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 12). Também é marca dessa época a imprensa dita partidária, tendo em vista que os jornalistas eram os políticos, e os jornais para os quais escreviam, seus porta-vozes. Traquina (2008) concorda com Marcondes Filho (2002) ao destacar que:

[...] Ao longo do século XVIII, as publicações periódicas, como os jornais, eram dominadas pelo pólo político e os meios de comunicação social eram essencialmente vistos como uma arma política até o aparecimento da chamada 'penny press' na década de 30 do século XIX [...] (TRAQUINA, 2008, p. 67).

Até essa época, as notícias abrangiam assuntos políticos e econômicos, assim como cotações econômicas, conflitos militares, entre outras pautas. Outros assuntos também começaram a ter vez como histórias de crime, escândalos, tragédias, “[...] notícias que o homem comum achava interessantes ou divertidas [...]” (TRAQUINA, 2008, p. 67).

Kunczik (2002) coloca que o Jornalismo é exercido como ocupação de tempo integral nos países ocidentais desde

o século XIX. O seu desenvolvimento também é marcado pela organização dos jornalistas em associações nacionais e pela descrição formal dos princípios éticos da atividade. Lutas sociais, reforma eleitoral, atuação da imprensa para conquista de adeptos, esfera pública proletária e liberdade de imprensa são alguns dos outros temas inerentes ao Jornalismo do século XIX, conforme sublinha Marcondes Filho (2002), mas “[...] enquanto a imprensa popular ganhava as ruas, estimulando as campanhas operárias, as lutas socialistas, as conquistas sociais, os donos das empresas jornalísticas já estavam dando seu ‘pulo do gato’ [...]” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 13-14).

O Segundo Jornalismo já terá a atividade jornalística como uma empresa capitalista constituída, assim, “[...] todo o romantismo da primeira fase será substituído por uma máquina de produção de notícias e de lucros com os jornais populares e sensacionalistas” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 13). Esse modelo nasce com a inovação tecnológica empregada nos processos de produção do jornal a partir da metade do século XIX. Kunczik (2002) também credita a esse período o ápice do Jornalismo como ocupação profissional, uma vez que contava com turno exclusivo e já era possível sobreviver dele na Europa e em solo norte-americano. Os meios de comunicação passam a ter uma operação cara que precisa vender muito para se manterem atuantes. Especificamente, é por volta de 1875 que a imprensa se institui de forma consolidada como negócio, apesar de sua gradual implantação ter se iniciado em 1830 na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. Conforme sublinha Marcondes Filho (2002), há uma nova postura de valorização perante os valores de troca e de uso do jornal, a qual se expressa pelo foco na comercialização de anúncios publicitários em detrimento da produção da notícia,

respectivamente. A nova “aparência” do jornal, recheado de anúncios em meio a notícias, marca o novo momento que se verá presente na atividade jornalística até o final do século XX. O mesmo autor coloca:

E é essa nova imprensa, como objeto de alto investimento de capital, que manterá as características originais da atividade jornalística: a busca da notícia, o “furo”, o caráter de atualidade, a aparência de neutralidade, em suma, o “caráter libertário e independente” [...] (MARCONDES FILHO, 2002, p. 14).

Surge, assim, o conceito de imprensa de massa. A partir daí entra em cena o Terceiro Jornalismo, seguindo a classificação de Marcondes Filho (2002). No século XX as empresas jornalísticas se desenvolvem. O “jornalismo de monopólios” terá sua sobrevivência abalada nessa fase pelas guerras e pelos governos totalitários do período. O mais importante para a imprensa, em se tratando do século XX, segundo o autor, é o surgimento da indústria publicitária e da área de Relações Públicas como novas maneiras de se fazer comunicação. Esse momento se dá logo após a Grande Depressão nos Estados Unidos, em 1929. Isso tudo acaba por afetar o desempenho do Jornalismo na sociedade, que passa a ficar descaracterizado. “A transformação ou a descaracterização da atividade (alguns chamam mesmo de ‘decadência’) tem a ver com a crise da cultura ocidental: o jornalismo é a expressão física de um espírito [...]” (MARCONDES FILHO, 2012, p. 15). O fim da modernidade e todos os seus reflexos embasam essa nova postura. Marco

dessa época é o surgimento dos maiores jornais, entre 1780 e 1880.

O Quarto e último Jornalismo, o do fim do século XX, na classificação de Marcondes Filho (2002), é o Jornalismo da era tecnológica, que teve seu surgimento nos anos 1970. Esse período fica marcado pela overdose de conteúdo vindo das assessorias de imprensa, que se misturam com a informação jornalística, e pela substituição do profissional por sistemas informatizados de comunicação:

[...] a informação produzida e circulante nas redes, incide adicionalmente sobre o papel histórico do jornalista como um 'contador de histórias' (repórter) mas também como um 'explicador do mundo' (analista/comentarista). Essas funções, hoje em dia prejudicadas com o desencanto e a crise dos meta-relatos, puseram em descrédito todos aqueles que outrora batalhavam por revelar uma verdade, uma explicação, a 'chave' dos acontecimentos (MARCONDES FILHO, 2002, p. 30).

Ainda de acordo com o autor, as tecnologias interferem nos conteúdos ao privilegiar algumas linguagens e depreciar outras:

A precedência da imagem sobre o texto muda a importância da matéria escrita e a submete a leis mais impressionistas e aleatórias: a aparência e a dinamicidade da página é que se tornam agora decisivos. Dentro dessa mesma nova orientação do jornalismo, assuntos associados ao curioso, ao insólito, ao imageticamente impressionante ganham mais espaço no noticiário, que deixa de ser 'informar-se sobre o mundo' para 'surpreender-se com pessoas e coisas' (MARCONDES FILHO, 2002, p. 31).

Segundo o estudioso, não existem “culpados” pelas mudanças ocorridas no Jornalismo, pois “[...] É a civilização humana como um todo que se transforma a partir de uma variável independente: a informatização [...]” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 37). Por conta disso, a escrita das notícias foi modificada, com textos cada vez mais enxutos em detrimento de matérias maiores.

Já no século XXI é possível afirmar que o Jornalismo se consolida como o campo social e profissional que leva às pessoas notícias das mais diversas áreas por meio de diversas plataformas, como televisão, rádio, jornal, revista e portais. Valores norteiam a produção e a difusão dos conteúdos. O primeiro passo é identificar acontecimentos passíveis de se tornarem notícia – processo feito com o auxílio de critérios estabelecidos por estudiosos do Jornalismo, tidos como elementos técnicos da profissão e já enraizados no dia a dia das redações. Os valores-notícia são os balizadores mais conhecidos, no entanto, não podem ser confundidos como uma finalidade do Jornalismo, uma vez que “[...] os princípios e a finalidade do jornalismo são definidos por algo mais básico – a função que as notícias desempenham na vida das pessoas” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 15).

Ao longo dos anos, as notícias sofreram alterações em sua velocidade, técnicas e forma de contar, no entanto, sublinham os autores trabalhados anteriormente, o Jornalismo já se estabeleceu como uma das formas de “[...] fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 16). De acordo com os pensadores, o instinto do conhecimento, intrínseco ao ser humano, é saciado por meio do consumo de notícias. Destacam que:

[...] As pessoas precisam de saber o que se passa para lá da sua rua, de tomar conhecimento de eventos que se passam para além da sua própria experiência directa. Conhecer o desconhecido transmiti-lhes segurança, permiti-lhes planejar e administrar as suas vidas. Este intercâmbio de informações transforma-se na base para a criação da comunidade, através do estabelecimento de laços humanos (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 19).

Além dessa atribuição individual, ou seja, o valor que tem para cada pessoa, o Jornalismo também se mostra essencial em outra frente: “A História revela uma outra tendência importante. Regra geral, quanto mais democrática a sociedade, mais notícias e informação circulam [...]” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 20). Esse aspecto é primordial, na visão dos estudiosos, pois a comunicação jornalística é referencial, ou seja, fala de algo do mundo, e, para isso, é preciso haver liberdade de expressão e de imprensa. Em sociedades autoritárias esse processo encontra resistência.

É importante destacar que, embora inserido em um Estado democrático, não se pode pensar que o Jornalismo é uma território sem leis, pelo contrário, quem está inserido nesse campo sabe dos seus direitos e dos deveres como profissional que detém formas e meios para divulgar fatos. Dentro disso, certamente, a objetividade é um dos temas mais discutidos em Jornalismo. De forma genérica e popular entre os profissionais da área, pode-se atribuir que a objetividade consiste em buscar transmitir as informações da forma mais clara e fiel ao fato acompanhado. Mas, sabe-se, que esse é um assunto tênue, uma vez que por trás do repórter, ou melhor, na

sua essência, está um ser humano dotado de valores pessoais e de subjetividade.

Pena (2008) encontra em críticos a referência ao surgimento do conceito, especificamente por meio de Tucídides, autor da História da Guerra do Peloponeso. Ele viveu entre 469 e 396 antes de Cristo e teria sido o pioneiro ao questionar a objetividade a partir da conclusão sobre o seu livro. “[...] ‘Essa investigação foi difícil porque os depoimentos sobre os diversos fatos não foram todos descritos do mesmo modo, mas esmiuçados segundo seus pontos de vista ou da maneira como os lembraram’ (PENA, 2008, p. 49).

A história da imprensa mostra que o conceito de objetividade não nasceu atrelado à prática jornalística. Conforme Kunczik (2002), nos Estados Unidos, no período anterior ao surgimento da imprensa de massa, também conhecida como *penny press*, os meios de comunicação se intitulavam partidários. Schudson apud Kunczik (2002) coloca que a objetividade praticada na *penny press* se evidencia nas reportagens de economia e de comércio, por exemplo.

Foi nos anos 1890, de acordo com Kunczik (2002), que jornalistas afirmaram que realismo e entretenimento não eram a mesma coisa. Assim, foi o jornal *New York Times* que primeiro privilegiou o jornalismo informativo em detrimento da forma narrativa e do viés emocional da escrita. “[...] Nos Estados Unidos, foi muito grande a importância da objetividade como meta normativa da atividade jornalística [...]” (KUNCZIK, 2002, p. 227).

Para Pena (2008), o problema do tema está na sua interpretação, uma vez que a objetividade é tida em oposição à subjetividade: “[...] o que é um grande erro, pois ela surge não para negá-la, mas sim por reconhecer a sua inevitabilidade [...]”

(PENA, 2008, p. 50). Assim, entende o autor que o significado da objetividade tem relação com reconhecer que os fatos são complexos demais para serem considerados como uma representação absoluta da realidade. “[...] Pelo contrário, é preciso desconfiar desses fatos e criar um método que assegure algum rigor científico ao reportá-los” (PENA, 2008, p. 50). Eis o que coloca em definitivo:

A objetividade, então, surge porque há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais ou idiossincrasias. E como estas não deixarão de existir, vamos tratar de amenizar sua influência no relato dos acontecimentos. Vamos criar uma metodologia de trabalho (PENA, 2008, p. 50).

Como o Jornalismo atual mistura os dois conceitos, e não os separa, com as matérias carregadas de opiniões, Pena (2008) coloca que é preciso atender ao critério de objetividade. Assim, o jornalista é aconselhado sempre a ouvir os dois ou mais lados envolvidos no acontecimento. “[...] Os jornais valorizam mais as declarações do que os próprios fatos. Ou seja, preocupam-se mais com os comentários sobre os acontecimentos do que com os acontecimentos em si [...]” (PENA, 2008, p. 51).

Araújo (2012) segue a mesma linha ao fazer observações em relação à perseguição da objetividade pelo jornalista em suas produções. E vai além ao utilizar a expressão “mito da objetividade”, o qual, em sua visão, faz com que a figura do profissional perca importância ao ser visto

apenas como mero mediador que conta um acontecimento, mas sem o narrar. “[...] Isso significa que a crença na existência de um narrador-jornalista é essencial para olharmos a práxis jornalística, como resultado do olhar de um indivíduo sobre determinado acontecimento” (ARAÚJO, 2012, p. 11). O olhar do jornalista, nesse caso, terá sempre influências que poderão limitar sua interpretação, assim, a “[...] aplicação do conceito de narrador, enquanto sujeito do enunciado [...] pode livrar-nos do perigo da estória única e alertar-nos, ao mesmo tempo, para a existência de várias verdades em uma mesma realidade (ARAÚJO, 2012, p. 11).

Para o pesquisador, o jornalista narra as histórias conforme o gênero textual do momento. No que se refere aos gêneros jornalísticos na atualidade, Melo e Assis (2010) colocam que são cinco existentes no Brasil: informativo (nota, notícia, reportagem, entrevista); opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta); interpretativo (dossiê, perfil, enquête, cronologia); diversional (história de interesse humano, história colorida); e utilitário (indicador, cotação, roteiro, serviço). No dia a dia, por exemplo, o repórter dá foco total à notícia em si, assumindo uma postura de mero enunciator. Já nas reportagens, a profundidade é maior e se dá atenção para mais detalhes de ambientes e de personagens envolvidos no acontecimento. “[...] Por isso o jornalismo é considerado a profissão principal ou suplementar das pessoas que reúnem, detectam, avaliam e difundem as notícias; ou que comentam os fatos do momento” (KOSZYK; PRUYS apud KUNCZIK, 2002, p. 16).

Por conta da homogeneização como é tratado tecnicamente, o Jornalismo sofre muitas críticas na realidade, especialmente pela visão contemporânea dada à profissão.

Traquina (2008) destaca que "[...] A visão negativa do mundo criada pelos jornalistas tem as suas raízes nos valores-notícia que os profissionais do campo jornalístico utilizam na seleção dos acontecimentos do mundo real e na construção das 'estórias' que contam sobre a realidade [...]" (TRAQUINA, 2008, p. 61). Os valores-notícia fazem parte da cultura profissional e facilitam a identificação de um acontecimento como noticiável ou não diante das inúmeras possibilidades do dia a dia, pois "[...] são um importante elemento de interação jornalística e constituem referências claras e disponíveis a conhecimentos práticos sobre a natureza e os objetivos das notícias [...]" (GOLDING; ELLIOT apud TRAQUINA, 2008, p. 62). Ao se balizarem por meio dos valores-notícia, percebe-se que as produções noticiosas seguem um certo padrão. "[...] Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia [...]" (TRAQUINA, 2008, p. 63).

O autor atribui a Mauro Wolf a identificação da presença dos valores-notícia no processo de construção da notícia. "[...] Wolf estabeleceu a distinção entre os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção" (TRAQUINA, 2008, p. 77-78). Os de seleção estão separados em dois subgrupos:

[...] a) os critérios substantivos que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância ou interesse como notícia, e b) os critérios contextuais que dizem respeito ao contexto de produção da notícia [...]
(TRAQUINA, 2008, p. 78).

São valores-notícia substantivos a morte; a notoriedade do ator principal do acontecimento, ou seja, o nome e a

posição que a pessoa ocupa na sociedade; proximidade, em termos de distância geográfica e de questões culturais; relevância, no que se refere a acontecimentos que têm impacto sobre a vida das pessoas; novidade, que expressa, por exemplo, o que se tem de novo em relação ao assunto; tempo, como atualidade e também como contagem de datas importantes; notabilidade, ligada a circunstâncias que são visíveis e tangíveis, quantas pessoas envolve, acontecimentos contrários ao “normal”, entre outros; inesperado, algo que surpreende a rotina e a expectativa dos meios de comunicação, como o atentado às torres gêmeas em Nova York; conflito ou a controvérsia, a exemplo de um debate eleitoral entre políticos; infração, no que tange à transgressão de normas, como um crime; e escândalo, este descoberto porque a imprensa vigia as instituições, por exemplo.

Já os critérios contextuais se referem à disponibilidade, ligada à facilidade com que se pode fazer a cobertura do acontecimento; equilíbrio, por exemplo, se aquele fato foi noticiado recentemente, assim, não tem valor-notícia porque já foi dado há pouco tempo; visualidade, ou seja, se rende elementos como vídeo e fotografias, o que interessa especialmente para a televisão; concorrência, no que tange aos veículos de comunicação do mesmo segmento já terem dado ou não a notícia; e ao dia noticioso, ligado a acontecimentos que concorrem naquele mesmo dia nas redações.

Já os valores-notícia de construção são critérios de seleção dos elementos do acontecimento “[...] dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (TRAQUINA, 2008, p. 91). São valores-notícia de construção a simplificação, ou seja, fazer com que a notícia seja facilmente compreendida;

amplificação, ligada ao acontecimento em si e colocado de tal modo que possa chamar a atenção de mais pessoas, a exemplo de “Brasil chora a morte de Senna”; relevância, expressa que o jornalista deve explorar o fato para que tenha importância para as pessoas; personalização, no que tange a valorizar as pessoas envolvidas no acontecimento; dramatização, reforço do lado emocional do acontecimento; e consonância, relacionada ao contexto em que a notícia é inserida para a interpretação do leitor.

Os autores trabalhados neste capítulo atentam para a construção histórica do campo jornalístico e para diferentes questões que envolvem o jornalismo contemporâneo, caso da objetividade, em função do padrão estabelecido pelos valores-notícia. Pensando no atual momento do Jornalismo, tendo-se diversos canais e formas para veicular conteúdos, e a partir das ideias dos autores, reflete-se que o texto continua merecendo cuidado e carinho por parte de quem o escreve e isso passa, muitas vezes, por checar diversas vezes a informação, se for necessário, ouvir mais do que uma fonte, compartilhar a voz de personagens, entre outros cuidados. Quando bem-feita a apuração, dificilmente se terá um texto fraco do ponto de vista de profundidade e diversidade de conteúdo. Assim, as notícias podem impactar a vida das pessoas, pois uma história bem-contada pode fazer a diferença, independentemente do veículo em que se será transmitida.

Ainda, neste capítulo, aborda-se a aproximação entre Jornalismo e Literatura. Com base na classificação de Marcondes Filho (2002) sobre as cinco fases do Jornalismo, Pena (2008) entende que a influência da Literatura nos meios de comunicação aparece mais no Primeiro Jornalismo (1789 a

1830) e no Segundo Jornalismo (1830 a 1900). Os valores jornalísticos dominantes no primeiro são a razão, com base na verdade e na transparência, questionamento da autoridade, crítica da política e confiança no progresso. Já o segundo contempla o furo; a atualidade; a neutralidade; criam-se a reportagem, as enquetes, as entrevistas e as manchetes; investe-se nas capas, logomarcas e chamadas de primeira página. De acordo com o autor:

Estamos falando justamente dos séculos XVIII e XIX, quando escritores de prestígio tomaram conta dos jornais e descobriram a força do novo espaço público. Não apenas comandando as redações, mas, principalmente, determinando a linguagem e o conteúdo dos jornais (PENA, 2008, p. 28).

O folhetim é o estilo discursivo que tutela o encontro do Jornalismo e da Literatura, entre os séculos XVIII e XIX. “[...] O casamento entre imprensa e escritores era perfeito. Os jornais precisavam vender e os autores queriam ser lidos [...] A solução parecia óbvia: publicar romances em capítulos na imprensa diária [...]” (PENA, 2008, p. 32). Os romances, dessa forma, deram início a um novo gênero literário: o folhetim. Em seu começo, o folhetim dizia respeito a uma espécie de suplemento voltado à crítica literária e a temas gerais, mas a partir de 1830 e 1840 passou a integrar o novo modelo de negócio capitalista dos jornais, ganhando visibilidade.

Fachine e Sales (2017) também afirmam que o folhetim foi o responsável por essa fusão de estilos narrativos. Destacam que o romance-folhetim possibilitou ao público acessar uma literatura de ficção no jornal, “[...] mas com aspectos reais da cena cotidiana, com uma publicação

periódica [...]” (FACHINE; SALES, 2017, p. 6). O folhetim, de acordo com Pena (2008), retratava histórias de adultérios, amores impossíveis e odisseias aventureiras. Lágrimas e risos eram garantidos para quem as lia. Estereótipos, exageros dramáticos e repetições também marcavam presença.

No Brasil, ainda segundo Pena (2008), Machado de Assis foi o melhor exemplo de “cronista folhetinesco”, com veiculação de críticas acerca da sociedade em jornais como Gazeta de Notícias e Correio Mercantil. O escritor afirma que “todos os grandes escritores brasileiros do século XIX (até o começo do século XX) passaram por jornais [...]” (PENA, 2008, p. 31). No entanto, foi Manuel Antônio de Almeida, em 1852, o precursor do folhetim no Brasil, com a publicação de Memórias de um Sargento de Milícias no Correio Mercantil. “De fato, apesar das críticas à sua estrutura popularesca, o folhetim democratizou a cultura, possibilitando o acesso do grande público à Literatura e multiplicando o número de obras publicadas” (PENA, 2008, p. 31).

Além de Almeida, destacado no parágrafo anterior por Pena (2008), Queirós (2017) lembra de nomes como Raul Pompéia, Aluísio de Azevedo, Euclides da Cunha e Visconde de Taunay, os quais se utilizaram dos jornais para despontar no cenário brasileiro no século XIX e início do século XX. De acordo com o autor, a chegada dos escritores na Literatura e na política, nesse período, se dá por meio da imprensa, que constitui uma ponte natural para isso. “[...] Nos anos de 1830 há uma quantidade diversificada de autores – de anônimos a escritores consolidados – trabalhando em jornais e vivendo do ofício jornalístico [...]” (QUEIRÓS, 2017, p. 180).

Por conta desse contexto apresentado, no século XIX, os jornais estavam muito próximos da estética da Literatura,

tendo em vista a linguagem utilizada e a presença de escritores na imprensa. No entanto, a partir da virada do século, esse cenário começa a mudar. “Na década de 1950, com as transformações estilísticas e gráficas dos jornais, a mudança já está consolidada. A objetividade e a concisão substituem as belas narrativas” (PENA, 2008, p. 40). Ainda segundo o jornalista, a novidade passa ser o foco, assim como os *fait divers* assume papel de preponderância na pauta. A Literatura passa a ser apenas um suplemento. Assim, surgem os cadernos literários na imprensa.

Conforme Queirós (2017), Jornalismo e Literatura começaram a se distinguir especificamente a partir da segunda metade do século XIX, quando o estilo de jornalismo norte-americano toma o espaço do modelo criado na França:

A prática jornalística estadunidense instaura a partir de 1861 a cisão entre opinião e informação, elide as discussões ideológicas — ao menos idealmente — promove a troca da persuasão pela busca pela “verdade” e organiza os pressupostos que margeiam a redação jornalística, como a ordem direta do texto, a clareza e a concisão (QUEIRÓS, 2017, p. 180).

As mudanças priorizadas pelos jornais dos Estados Unidos, conforme o autor, acabam por influenciar o resto do mundo, assim como o Brasil. Os textos passam a ter um viés informativo, com hierarquização dos elementos, o que leva a um padrão textual baseado nesse propósito.

2.2 Literatura e texto literário

Assim como se caracterizou historicamente o Jornalismo, aborda-se, agora, a Literatura, esta que é uma área que encanta por sua veia artística. Quem já leu um bom livro, a seu juízo, sabe o que é se encantar e mergulhar em uma história ou simplesmente se emocionar e refletir com uma poesia, dentre tantas outras maneiras de se encontrar com esse tipo de narrativa. Reações como essas são possíveis porque há troca entre pessoas, ou seja, de um lado, há um emissor daquele conteúdo, e, do outro, um receptor. Em razão das variações ao longo do tempo, alguns estudiosos são cautelosos no momento de definir o que é Literatura e preferem dar uma explicação mais genérica, como essa: “[...] a obra literária é um objeto social. Para que ela exista, é preciso que alguém a escreva e que outro alguém a leia. Ela só existe enquanto obra neste intercâmbio social” (LAJOLO, 1982, p. 16). Conforme Samuel (2000), a “Literatura formou-se da palavra latina *littera*, letra ou caráter de escritura. [...] concerne às letras, à arte de escrever e ler [...]” (SAMUEL, 2000, p. 33). Segundo esse mesmo autor, historicamente, a Literatura dizia respeito ao homem letrado, uma vez que estava ligada ao ensino, à aprendizagem e à formação formal e cultural. A mudança para um entendimento ficcional é resultado de momentos históricos e não da natureza do campo literário.

Para Danziger, Johnson e Cabral (1974), a Literatura é uma arte verbal e com pertencimento, conseqüentemente, ao domínio das artes, “[...] em contraste com as ciências ou o conhecimento prático, e o seu meio de expressão é a palavra, em contraste com os sinais visuais da pintura e escultura ou os sons musicais” (DANZIGER et al., 1974, p. 9).

Proença Filho (1999) vai ao encontro da mesma ideia ao afirmar que, tradicionalmente, a Literatura é uma arte verbal. Conforme ele, estudiosos consideram que a obra literária é uma representação, uma visão e também uma posição diante do mundo. Assim explica:

[...] Tal posicionamento centraliza, assim, suas atenções no criador de literatura e na imitação da natureza, compreendida como cópia ou reprodução. A linguagem é vista como mero veículo dessa comunicação, e, como assinala Maurice-Jean Lefebvre, 'a beleza da obra resulta, então, de um lado, da originalidade da visão, e, de outro, da adequação de sua linguagem às coisas expressas'. É a chamada concepção clássica da literatura (PROENÇA FILHO, 1999, p. 9).

O mesmo autor acrescenta que, no século XIX, os românticos alteram o conceito ao incluir que ao artista também cabe uma visão inovadora das coisas, como ainda não foram percebidas, assim como o entendimento de que são profundas e autênticas em si mesmas. Na segunda metade desse mesmo século, porém, há uma nova mudança, uma vez que o conceito passa a estar ligado a como a Literatura se realiza. “[...] Sua especificidade, segundo essa nova visão, nasce do uso da linguagem que nela se configura” (PROENÇA FILHO, 1999, p. 9).

Também defensor da tese de que a Literatura é a arte da palavra, Samuel (2000) destaca que a Literatura é herdada e faz parte da cultura, ou seja, está inserida em uma comunidade com suas realizações no âmbito das ciências, das artes, entre outros. Também é ação, porque interfere na consciência do leitor, “[...] pois o receptor fica mais tempo

diante da mensagem artística do que o receptor das outras artes, como a pintura e a música [...]” (SAMUEL, 2000, p. 10). O romance é um exemplo de narrativa que consegue criar esse elo intimista com o seu leitor em razão do tempo dedicado à leitura. Para o autor, “A literatura é discurso como o pensamento, e assim há um maior intercâmbio de formação de conceitos no texto interno do leitor” (SAMUEL, 2000, p. 10).

Na visão do estudioso, uma vez fato cultural, a Literatura tem o papel de convocar os sentimentos, estímulos que podem ajudar a transformar a sociedade. “[...] É a emoção, a subjetividade, o principal motor de transformação social. Os estímulos artísticos estão a serviço do homem, isto é, o discurso literário, toda grande ação, é ação política” (SAMUEL, 2000, p. 11).

O papel social ressaltado à Literatura também se aplica ao Jornalismo, o que reserva aos dois gêneros um ponto em comum, diferentemente do que ocorre quando se trata dos textos de cada um. “[...] Quem se aproxima do texto literário sabe *a priori* que está diante de manifestação da literatura” (PROENÇA FILHO, 1999, p. 8). Lage (2004) observa que na Literatura a forma é entendida como portadora de informação estética, enquanto no Jornalismo o foco está no conteúdo. Assim coloca que “[...] O jornalismo se propõe processar informação em escala industrial e para consumo imediato. As variáveis formais devem ser reduzidas, portanto, mais radicalmente do que na literatura” (LAGE, 2004, p. 35).

O tratamento mais profundo da realidade, seja por meio de versos ou prosa, é o que diferencia o texto literário do discurso comum das pessoas, assinala Proença Filho (1999). O autor explica que a fala popular tem a transparência como definidora, ao passo que o discurso literário está para o uso da

criação artística. “[...] O texto da literatura é um objeto de linguagem ao qual se associa uma representação de realidades físicas, sociais e emocionais mediatizadas pelas palavras da língua na configuração de um objeto estético [...]” (PROENÇA FILHO, 1999, p. 7-8). A recepção desse texto pode gerar emoções aprofundadas, se coincidentes com as que abrigam as pessoas. O artista se apropria de saberes comuns a todos e dá a esses um tratamento diferenciado, provocando entendimentos diversos, na proporção do repertório cultural de quem recebe a mensagem.

A arte acaba sendo, dessa forma, um meio para o homem conhecer a própria realidade. Ainda em relação às diferenças entre linguagem cotidiana e poética, Samuel (2000) coloca que a primeira é automática, transparente e opera um reconhecimento do objeto, cria conceitos; enquanto a segunda é desautomatizada, opaca e opera uma sensação do objeto, ou seja, tem a ver com a perceptibilidade.

A linguagem apreende o real e o converte em signos. Esse é um dos conceitos trabalhados por Proença Filho (1999), o qual destaca que, entre as suas diversas funções, está a poética ou fantástica: “[...] evidencia-se quando, através dos signos, se ‘cria’ intencionalmente uma realidade, configurada sobretudo numa obra de arte literária” (PROENÇA FILHO, 1999, p. 20). Ele considera a Literatura como uma forma de linguagem, a qual encontra na língua um suporte para acontecer. Assim, o fenômeno literário é efetivado na inter-relação estabelecida entre autor-texto-leitor. Conforme destaca, “A literatura se vale da língua e revela dimensões culturais. Cultura, língua e literatura estão, portanto, estreitamente vinculadas” (PROENÇA FILHO, 1999, p. 34). Sobre quem coloca a Literatura em prática, Samuel (2000) sentencia:

“Provindo do nada e a ele volvendo, o artista da palavra, ao imprimir-lhe um ritmo, concentra verbalmente os ritmos da vida e da morte” (SAMUEL, 2000, p. 27).

Proença Filho (1999) traz características que considera pertencer ao discurso literário na comparação com o discurso comum. São elas: complexidade, multissignificação, predomínio da conotação, liberdade na criação, ênfase no significante e variabilidade. Em relação ao primeiro, o autor coloca que a natureza da informação do discurso literário “[...] vai além do nível meramente semântico para se converter em algo tal, que sua comunicação se torna impossível através de estruturas elementares do discurso cotidiano” (PROENÇA FILHO, 1999, p. 37). Quanto à multissignificação, esta coloca que os signos linguísticos, as frases e as sequências assumem significado variado e múltiplo. Conforme expõe o autor:

A literatura, na verdade, cria significantes e funda significados. Apresenta seus próprios meios de expressão, ainda que se valendo da língua, ponto de partida. Superposto ao da língua, o código literário, em certa medida, caracteriza alterações e mesmo oposições em relação àquele. É um desvio mais ou menos acentuado em relação ao uso comum [...] (PROENÇA FILHO, 1999, p. 39).

Conforme o estudioso, a linguagem literária é conotativa em sua essência, logo, o texto desse gênero é uma criação feita de palavras. “[...] É do arranjo especial das palavras nessa modalidade de discurso que emerge o sentido múltiplo que a caracteriza” (PROENÇA FILHO, 1999, p. 40). A conotação, de acordo com o autor, está ligada à manifestação emotiva da linguagem por meio dos sentidos atribuídos à palavra.

A liberdade na criação é premissa básica de quem faz Literatura, uma vez que não existe uma gramática balizadora, assim, “[...] O artista da palavra tem uma sensibilidade mais apurada do que a do comum das gentes, e essa acuidade mobiliza-lhe a criação progressora” (PROENÇA FILHO, 1999, p. 41). E ele aprofunda mais essa questão:

Observa-se que as normas reguladoras do texto não-literário, aquelas que se impõem ao indivíduo por corresponderem àquilo que habitualmente se diz, precisam ser obedecidas, sob pena de sérios ruídos na comunicação e, em certas circunstâncias, até de total obliteração do que se pretende comunicar. No texto literário a criação estética autoriza qualquer transgressão nesse sentido [...] (PROENÇA FILHO, 1999, p. 41-42).

A ênfase no significante está relacionada ao fato de que o texto não-literário, como o jornalístico, tem foco no significado, ou seja, no conteúdo, enquanto que “[...] o texto literário tem o seu sentido apoiado no significado e no significante, com especial relevo concedido a este último [...]” (PROENÇA FILHO, 1999, p. 42). E, por fim, a variabilidade dá conta das mudanças da cultura que a Literatura consegue acompanhar, tendo em vista que essa é parte integrante e representativa para as artes. O autor explica que significado é o conteúdo/conceito de um signo ou expressão dados numa determinada língua, enquanto que o significante tem relação com a parte fônica do signo, ou seja, cria-se uma imagem acústica desse, que se trata de um elemento que representa outro.

O texto literário se manifesta em prosa e verso. O primeiro envolve as modalidades da narrativa de ficção, como o

conto, o romance e a novela. Já o segundo está ligado a uma frase com ritmo, como em uma poesia. “[...] O ritmo do verso é consequência dessa regularidade (ritmo silábico) e dessa disposição (ritmo intensivo)” (PROENÇA FILHO, 1999, p. 57). O metro, a rima e as formas fixas são elementos interdependentes que caracterizam o verso. “[...] Na base deles, um ponto comum fundamental para a distinção entre verso e prosa: a repetição (ou ritmo, ou periodicidade, ou paralelismo, ou simetria) [...]” (PROENÇA FILHO, 1999, p. 58).

De acordo com Danziger, Johnson e Cabral (1974), a poesia costuma estar ligada a imagens, a frases descritivas e à linguagem figurada de comparações e metáforas, conforme exemplifica:

[...] – e, por vezes, também àquela ‘dicção poética’ especial por meio da qual os peixes se convertem na ‘piscosa tribo’ e os pássaros em ‘bando emplumado’, e em que os ratos não podem ser mencionados a não ser sob o disfarce de ‘a pestilenta raça bigoduda’ (DANZIGER et al., 1974, p. 95).

Já a prosa, diferentemente da poesia, tem enunciados simples e diretos, não se ornamenta de imagens e é próxima da fala cotidiana ou coloquial. Conforme Proença Filho (1999), outra modalidade que se destaca em âmbito brasileiro do texto literário é a crônica, a qual desliza entre o literário e o não-literário para trazer fatos e comentários do autor sobre uma realidade, seja ela próxima ou distante, mas sempre com um tom de atualidade.

Em relação aos gêneros da Literatura, Danziger, Johnson e Cabral (1974) os classificam em gêneros antigos, composto por drama, epopeia e lírica; romance e novela; gêneros modernos, entre os quais teatro, poesia e ficção;

ficção e não-ficção; e gêneros especiais, como alegoria, pastoral e sátira. Samuel (2000) emprega a seguinte classificação: gêneros ensaístico (ensaio, crônica, oratória, apólogo, máxima, memórias); narrativo (epopeia, romance, conto, novela, fábula); dramático (tragédia, comédia, tragicomédia, drama, auto, farsa); e lírico (elegia, ode, canção, égloga, idílio, soneto, balada, rondó, entre outros).

O sentido de criação atribuído à Literatura, entende Samuel (2000), está no emprego dos termos poesia e poeta, nos quais estão presentes os tipos de composição em prosa já citados anteriormente. De acordo com o autor, “[...] ao se estruturarem, atenuam seus conteúdos, como desenvolvimento dos respectivos assuntos, pela ação estetizante que se consoma nas palavras e nas frases” (SAMUEL, 2000, p. 27).

O termo ficção surgiu do verbo latino *fingere* , o qual se aplica no formar, dar formas, assim como tem ligação direta com a criatividade. “[...] Como qualquer outra realidade, a ficção se constitui enquanto forma discursiva. Constituída, formada, adquire uma realidade consistente, é a forma ficcional, o concreto ficcional por oposição ao concreto histórico [...]” (SAMUEL, 2000, p. 44). Em contraponto ao formar, o imaginar também é elemento indissociável da Literatura, uma vez que “[...] A forma ficcional sem o imaginar origina os formalismos retóricos, os modismos estilísticos, provocando equívocos sobre o literário: este se realiza quando o imaginário irrompe em formas que o deixam manifestar-se silenciosamente [...]” (SAMUEL, 2000, p. 45). O estudioso alerta que não se pode confundir o termo com ilusão, que pode deturpar o sentido da ficção literária: “[...] a forma é viva, variada e diferente. As grandes obras são irretocáveis e inimitáveis” (SAMUEL, 2000, p. 45).

Buscar elementos que conceituam a Literatura, assim como já feito acerca do Jornalismo, ajuda a entender a constituição do Jornalismo Literário, objeto central deste estudo e que tem suas origens no encontro desses dois estilos, especialmente por meio do Novo Jornalismo.

2.3 No (re)encontro entre Jornalismo e Literatura surge o Novo Jornalismo

A prática mais objetiva da produção jornalística que o próprio Estados Unidos propôs no final do século XIX não permanece incólume no país. Integrantes da imprensa norte-americana trabalham, por volta da metade do século XX, em uma retomada ao estilo marcado pela influência da Literatura, o qual já se fazia presente muito tempo antes da nova classificação que veio a ser dada. O marco desse novo momento é solidificado em 1973, quando o jornalista Tom Wolfe escreve um manifesto chamado *New Journalism*, ou Novo Jornalismo, que pode ser descrito como o estilo do Jornalismo Literário norte-americano.

Sobre o termo Novo Jornalismo, o próprio Wolfe (2005) diz, em *Radical Chique e o Novo Jornalismo*, que não sabe quem o cunhou e nem quando. Recorda que:

[...] Seymour Krim me conta que ouviu essa expressão ser usada pela primeira vez em 1965, quando era editor do *Nugget* e Pete Hamill o chamou para dizer que queria um artigo chamado 'O Novo Jornalismo' sobre pessoas como Jimmy Breslin e Gay Talese [...] (WOLFE, 2005, p. 40).

No fim de 1966 o termo já passou a integrar conversas. O autor confessa que não gosta muito do termo. “[...] Na época, meados dos anos 60, o que aconteceu foi que, de repente, sabia-se que havia uma espécie de excitação artística no jornalismo, e isso em si já era uma novidade” (WOLFE, 2005, p. 40-41). Coloca que não fazia ideia do tamanho do impacto desse novo estilo de narrativa para o mundo literário ou qualquer outro espaço além daquele destinado às reportagens especiais. “[...] Mas eu devia ter pensado melhor. Em 1966, o Novo Jornalismo já pagara à vista seus tributos literários: especificamente, amargura, inveja e ressentimento” (WOLFE, 2005, p. 41).

Pena (2008) traz sua versão acerca dessa virada editorial nos meios de comunicação dos Estados Unidos:

O que vai proporcionar o advento do Novo Jornalismo contemporâneo na década de 1960, nos Estados Unidos, é a insatisfação de muitos profissionais da imprensa com as regras de objetividade do texto jornalístico, expressas na famosa figura do *lead*, uma prisão narrativa que recomenda começar a matéria respondendo às perguntas básicas do leitor (PENA, 2008, p. 53).

Conforme o estudioso, Wolfe se dá conta dessa insatisfação e faz críticas ferrenhas ao “[...] maior representante da suposta ‘cientificidade’ dos jornais, o colunista do *Times* Walter Lippmann, a quem chamou de vendedor de roncós, uma crítica ácida ao estilo pasteurizado de seu texto” (PENA, 2008, p. 53-54). Em vez da objetividade, Wolfe queria que os repórteres expressassem sua subjetividade, ou seja, o caminho inverso à objetividade. Mas, para isso, “[...] Não precisam ter a personalidade apagada e assumir a encarnação de um chatô

de pensamento prosaico e escravo do manual de redação [...]” (PENA, 2008, p. 54). A indicação é que o texto tenha valor estético e, para isso, pode-se valer sempre de técnicas literárias, ter interjeições, itálicos e sucessivas pontuações, como exclamações e interrogações.

Para chegar ao ápice do movimento e sua consolidação, com o manifesto, um percurso é trilhado, o qual se inicia com mudanças na reportagem especial. Conforme Wolfe (2005), a reportagem especial, no início do século XX, significava relatar um fato que representava mais do que uma notícia e o repórter tinha um certo espaço para escrever. Conforme destaca:

[...] Abrangia tudo, desde pequenos fatos “divertidos”, engraçados, geralmente do movimento policial... [...] ... até “matérias de interesse humano”, relatos longos e quase sempre hediondamente sentimentais sobre almas até então desconhecidas colhidas pela tragédia ou sobre hobbies estranhos dentro da área de circulação da folha... [...] (WOLFE, 2005, p. 13-14).

Dentro do Jornalismo tradicional, textos com tais temas eram os que mais davam ao profissional da imprensa liberdade de escrita, indo além do tradicional formato do *lead*. No entanto, a liberdade total estava condicionada a outra categoria de texto e que era produzida por um grupo seletivo, do qual, inicialmente, não participavam jornalistas. Nos anos 1940, 1950 e até o começo de 1960, nos Estados Unidos, escrever romance tinha algo de especial. “[...] não era uma mera forma literária. Era um fenômeno psicológico. Era uma febre cortical [...]” (WOLFE, 2005, p. 16).

Jornalistas e romancistas não compartilhavam do mesmo espaço, embora os primeiros mostrassem um interesse que ficava velado em meio ao cenário. O autor ressalta que não havia algo como um jornalista literário contribuindo com revistas ou jornais populares. “[...] Se um jornalista aspirava a status literário, o melhor era ter o bom senso e a coragem de abandonar a imprensa popular e tentar entrar para a grande liga” (WOLFE, 2005, p. 18).

No começo dos anos 1960, porém, com toda essa situação criada, não demorou para a inspiração literária ganhar a imprensa tradicional, pois não era oculto o interesse dos jornalistas pelos romances. A reportagem especial, nesse sentido, passa a ganhar uma outra importância, uma vez que a descoberta era escrever jornalismo para ser lido como um romance.

Sobre esse momento, o estudioso coloca: “[...] Nunca desconfiaram nem por um minuto que o trabalho que fariam ao longo dos dez anos seguintes, como jornalistas, roubaria do romance o lugar de principal acontecimento da literatura” (WOLFE, 2005, p. 19). Passagens entre as cenas e as narrativas estavam presentes no jornalismo de revista nos anos 1950 e, conforme Wolfe (2005), sem muita dificuldade, poderiam se transformar em um conto de não-ficção. Essa linha tênue passou a intrigar jornalistas e intelectuais da Literatura que consideravam invenção aquela forma de narrativa. “[...] A reportagem realmente estilosa era algo com que ninguém sabia lidar, uma vez que ninguém costumava pensar que a reportagem tinha uma dimensão estética” (WOLFE, 2005, p. 22).

Lançando um olhar mais atual sobre a época, Wolfe (2005) entende que a chegada repentina do novo estilo tirou o

brilho do *status* da comunidade literária, pois, ao longo do século XX, considerava-se imune e eterna. A classe alta, em sua classificação, eram os romancistas, tidos como os únicos escritores criativos, enquanto os jornalistas figuravam na classe baixa, “[...] tidos sobretudo como trabalhadores diaristas que desencavavam informações para escritores de maior ‘sensibilidade’ fazerem melhor uso delas [...]” (WOLFE, 2005, p. 44). Em suma, relata o autor, os jornalistas conseguem quebrar os paradigmas, “[...] ignorando a divisão de classes literárias que passou quase um século se constituindo” (WOLFE, 2005, p. 44).

A insatisfação com as técnicas padronizadas de notícias não foi exclusividade dos jornalistas norte-americanos. Fechine e Sales (2017) lembram que a América Latina também teve seu movimento próprio de rompimento e de insatisfação com o texto objetivo e as normas do *lead*, o chamado Periodismo Narrativo ou Periodismo Literário. Nomes como Gabriel García Márquez despontam nesse cenário, especialmente nos 1960 e 1970. “Seria, portanto, ingênuo e egoísta afirmar que apenas os Estados Unidos foram os responsáveis por impulsionar a convergência entre literatura e jornalismo [...]” (FECHINE; SALES, 2017, p. 4).

Feita a ressalva, o desenvolvimento do Novo Jornalismo, nos Estados Unidos, fez surgir um aprendizado para os jornalistas em termos de absorção de técnicas do realismo, “[...] especialmente do tipo que se encontra em Fielding, Smollett, Balzac, Dickens e Gogol [...]” (WOLFE, 2005, p. 53). A partir disso, descobrem quatro recursos que consagraram o romance realista: construção cena a cena; registro do diálogo completo; inserção do ponto de vista da terceira pessoa, ou seja, apresentando cada cena ao leitor por

intermédio dos olhos de um personagem particular; e registro de detalhes simbólicos do dia a dia, como dos gestos, hábitos, maneiras e costumes identificados dentro da cena. O primeiro recurso diz respeito a contar a história passando de cena para cena e recorrendo o mínimo possível à mera narrativa histórica. O segundo, conforme Wolfe (2005), envolve mais o leitor e define com mais rapidez o personagem do que outras formas. Já o terceiro insere o leitor na realidade emocional da cena experimentada pelo personagem. E o quarto, conforme o estudioso, não é um simples detalhe, pois “[...] se coloca junto ao centro de poder do realismo, assim como qualquer outro recurso da literatura [...]” (WOLFE, 2005, p. 55).

Com a utilização dessas técnicas resultava um texto, via Novo Jornalismo, não identificado somente com o romance, mas com outras facetas, como as da prosa. “[...] E o tempo todo, bem além das questões de técnica, existe uma vantagem tão óbvia, tão interna, que quase se esquece o poder que ela tem: o simples fato de o leitor saber que tudo aquilo realmente aconteceu [...]” (WOLFE, 2005, p. 57). O realismo, assim, contribuiu para a elevação da arte a um novo patamar. “[...] Ninguém jamais se comoveu até as lágrimas ao ler sobre o triste destino de heróis e heroínas em Homero, Sófocles, Molière, Racine, Sydney, Spencer ou Shakespeare [...]” (WOLFE, 2005, p. 58-59).

Percebe-se, com essa nova forma de se fazer Jornalismo, que a essência da reportagem não está exclusivamente nos dados, mas sim na cena. “Portanto, nosso maior problema como repórter é, apenas, conseguir ficar ao lado da pessoa sobre quem escrevemos o suficiente para as cenas ocorrerem diante dos nossos olhos [...]” (WOLFE, 2005, p. 83). Pena (2008) ressalta, no entanto, que só seguir os

recursos descritos por Wolfe não tornará um repórter jornalista literário. A aplicação só será possível se o repórter for extremamente engajado, entrevistando com exaustão cada um de seus personagens até arrancar tudo que puder com o máximo de profundidade possível.

O trabalho em colunas e em espaços periódicos de jornais e de revistas consagrou o Novo Jornalismo nos Estados Unidos. Nomes de destaque logo começaram a aparecer, afinal, aquilo que boa parte flertava se tornou possível executar nas redações. Wolfe não seria o pioneiro do Jornalismo Literário – e ele mesmo concorda. Segundo Pena (2008), Hiroshima (1946), de John Hersey, e A Sangue Frio (1966), de Truman Capote, seriam obras de destaque antes do manifesto de Wolfe. Ambos os escritores recriaram diálogos interiores e reconstruíram a atmosfera de cada cena em suas produções.

A Sangue Frio foi publicado em capítulos na *The New Yorker*, em 1965, e saiu em forma de livro em 1966. A história conta a vida e a morte de dois meliantes que assassinaram uma família rural em Kansas. De acordo com Wolfe (2005), a obra foi um sucesso em termos de leitura e perfis diversos de leitores. Capote, segundo o autor, dizia que tinha criado um novo gênero literário, o romance de não-ficção, com o seu livro, e não atribuía a ele a classificação de Jornalismo. “[...] Porém, seu sucesso atribuiu uma força esmagadora àquilo que logo viria a ser chamado de Novo Jornalismo” (WOLFE, 2005, p. 45-46). Para produzir o livro, Capote, durante cinco anos, pesquisou e entrevistou os bandidos na prisão.

Wolfe (2005) cita o seu colega de *Herald Tribune*, Jimmy Breslin, como um dos precursores do Novo Jornalismo por meio de sua coluna, escrita a partir de 1963. Inicialmente, tanto jornalistas como literatos não conseguiam decifrar o

trabalho do pouco experiente escritor. Esse ressentimento era de certa forma “[...] vago porque nunca entenderam inteiramente o que ele estava fazendo... só que, de algum jeito perverso e barateador, a produção do sujeito era *literária* [...]” (WOLFE, 2005, p. 26).

Wolfe (2005) consegue decifrar o que intrigava os colegas e integrantes da classe literária ao observar o trabalho de Breslin. Conforme ele, o segredo estava na reportagem que ele fazia:

[...] Breslin tornou uma prática sua chegar ao local muito antes do evento principal, a fim de coletar material por trás das câmeras, o jogo da sala de maquiagem, que lhe permitia criar personagens. Parte de seu *modus operandi* era colher detalhes ‘romanesco’, os anéis, a transpiração, os socos no ombro, e ele fazia isso com mais habilidade que a maioria dos romancistas (WOLFE, 2005, p. 26).

No mesmo ano, 1963, Wolfe faz sua estreia na *Esquire* por meio de um artigo, que não era conto, apesar do uso de cenas e diálogos. Seu interesse não estava apenas em escrever não-ficção com técnicas, em geral, ligadas ao romance e ao conto. Ele estava fascinado com a ideia de que era possível usar no Jornalismo qualquer recurso literário “[...] dos dialogismos tradicionais do ensaio ao fluxo de consciência, e usar muitos tipos diferentes ao mesmo tempo, ou dentro de um espaço relativamente curto [...]” (WOLFE, 2005, p. 28). Assim, destaca, era possível exercitar o leitor de forma intelectual e emocional.

Wolfe era ainda repórter do *Harold Tribune* e escrevia para o suplemento do jornal, *New York*, onde usou de mais liberdade e de artifícios para escrever e colocava a voz do

narrador. A sensação que ele tinha era a de estar fazendo algo que ninguém tinha feito antes no Jornalismo. Neste período, em meados dos anos 1960, Wolfe (2005) e outros colegas, como Gay Talese, consideravam estar ultrapassando as fronteiras do Jornalismo da época, e não apenas em termos de técnica. “[...] Eles tinham desenvolvido o hábito de passar dias, às vezes semanas, com as pessoas sobre as quais escreviam [...]” (WOLFE, 2005, p. 37). Por conta dessa convivência, entendiam como importante captar o diálogo, os gestos, as expressões faciais, os detalhes do ambiente. “[...] A idéia era dar a descrição objetiva completa, mais alguma coisa que os leitores sempre tiveram de procurar em romances e contos: especificamente, a vida subjetiva ou emocional dos personagens [...]” (WOLFE, 2005, p. 37). Conforme o escritor, esse Novo Jornalismo começa a ser visto como impressionista pelos velhos guardiões do Jornalismo e da Literatura, no entanto, não abala sua aceitação.

Os autores citados anteriormente, entre outros, consagram o Novo Jornalismo em território norte-americano, por isso, Necchi (2009) entende que não se pode confundir esse movimento como o Jornalismo Literário em si, o qual será tratado de forma mais aprofundada no capítulo a seguir.

2.4 A inspiração na Literatura fez nascer o Jornalismo Literário

Como já citado em passagens anteriores deste trabalho, a influência da Literatura esteve presente nas redações de jornais, especialmente, desde o início da produção noticiosa, afinal, escritores e intelectuais foram os primeiros a ocupar esse espaço e a empregar suas características às notícias. No

entanto, ao longo do tempo, as formas para se contar uma história foram renovadas e modificadas com o surgimento de novas técnicas. O que se acreditava não ter mais vez nos meios de comunicação – um texto mais livre e não tão preso às amarras da objetividade jornalística - foi retomado com o Novo Jornalismo, nos Estados Unidos, na década de 1960.

Antes de se aprofundar o Jornalismo Literário, faz-se uma observação acerca de um outro termo utilizado por alguns autores para caracterizar o estilo: o Jornalismo Diversional. Em artigo de revisão bibliográfica, Assis (2015) trata sobre as possíveis semelhanças e diferenças entre Jornalismo Literário e Jornalismo Diversional. Importante trazer essa passagem, uma vez que se nota que a definição conceitual varia conforme os autores - uns classificam o Jornalismo Literário como gênero e outros como uma técnica narrativa. Eis a explicação do autor aqui trabalhado sobre a diferença entre Jornalismo Literário e Jornalismo Diversional:

[...] Em seu modo de ver, enquanto “o jornalismo literário corrompe ou ignora os atributos do jornalismo de massa contemporâneo: novidade, atualidade, universalidade, periodicidade” e procura “a perenidade da literatura”, o Jornalismo diversional “lança mão da literatura apenas naqueles recursos que possibilitem a leveza de um texto elegante, atraente, chamativo”, estando mais comprometido com a agilidade de veículos com periodicidade diária ou semanal, os quais têm o atual e o novo como razão de ser (TEMER apud ASSIS, 2015, p. 35).

Outro autor referenciado por Assis (2015), Lima (2009) dá uma nova visão sobre o tema, destacando a densidade apresentada pelo Jornalismo Literário. “[...] De um lado, o

diversional ocupar-se-ia de ‘pautas frias’, tratando-as superficialmente; de outro, o literário poderia ser desenvolvido tanto em matérias frias quanto em quentes, mas de modo mais complexo e com técnicas sofisticadas” (LIMA apud ASSIS, 2015, p. 207-208).

Colocada as visões diferentes em relação ao Jornalismo Literário, Assis (2015) vai entender que este tem muito mais a ver com uma questão de ordem técnica do que de gênero propriamente dito. Assim, o Jornalismo Literário propicia o “[...] desenvolvimento de formas de expressão bem elaboradas, com atrativos estéticos e a intenção de ser entregue, a potenciais receptores, como algo a agradá-los [...]” (ASSIS, 2015, p. 43). Isso não significa, necessariamente, o abandono dos preceitos tradicionais que norteiam a prática jornalística em detrimento dos ligados à Literatura. A conclusão de Assis (2015) é a de que os termos Jornalismo Literário e Jornalismo Diversional não são sinônimos, mas conceitos inter-relacionados, que também não se diferenciam pelo nível de atualidade do tema tratado ou pela densidade dos textos.

Outro parêntese se abre para a observação de Martinez (2009). A estudiosa do tema entende que o Jornalismo Literário não começou junto com o Novo Jornalismo, como defendem alguns autores. Ele teria surgido bem antes, com os primórdios da civilização humana, uma vez que a pesquisadora defende que o Jornalismo Literário volta suas atenções para o uso da oralidade, ou seja, à maneira como as pessoas se expressam e se relacionam com o mundo. Eis o que coloca em relação ao passado:

[...] Tempo em que o ser humano se deu conta de que era finito e que, para lidar com o irremediável fato de sua mortalidade, começou a se questionar, pensar, simbolizar e, sobretudo,

comunicar suas inquietações e descobertas sobre essas questões que continuam nos intrigando até hoje, como a origem da vida, de onde viemos, para onde vamos, quem somos... (MARTINEZ, 2009, p. 72-73).

Conforme Martinez (2009), o Jornalismo Literário e os primeiros contadores de histórias têm a riqueza imagética como semelhança. Seria a forma de contar uma história com símbolos, metáforas e imagens que são de fácil compreensão. Trazendo o conceito para a atualidade, a prática jornalística que busca nos elementos literários possibilidades para ampliar a perspectiva do fato a ser narrado tem enquadramento teórico no que autores designam de Jornalismo Literário.

Pena (2008) diz que o Jornalismo Literário está relacionado, de forma geral, à linguagem diferenciada utilizada por um profissional de comunicação para contar uma história. Eis a sua conceituação:

[...] Significa potencializar os recursos do Jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lead, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos. No dia seguinte, o texto deve servir para algo mais do que simplesmente embrulhar peixe na feira (PENA, 2008, p. 13).

O escritor atribui ao Jornalismo Literário sete características principais, as quais integram o que denominou “estrela de sete pontas” – elementos que serão trabalhados individualmente mais adiante neste trabalho. Ao se utilizar da

linguagem jornalístico-literária, o repórter deve buscar potencializar os recursos do Jornalismo; ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano; proporcionar uma visão ampla da realidade; exercitar a cidadania; romper com as correntes do *lead*; evitar os definidores primários; e dar perenidade ao conteúdo.

Pena (2008) afirma que o Jornalismo Literário é um gênero em si e que o conceito tem relação com uma questão linguística. Ao unir elementos do Jornalismo e da Literatura o autor traz sua definição mais simbólica:

Assim, defino Jornalismo Literário como linguagem musical de transformação expressiva e informacional [...] Não se trata da dicotomia ficção ou verdade, mas sim de uma verossimilhança possível. Não se trata da oposição entre informar ou entreter, mas sim de uma atitude narrativa em que ambos estão misturados. Não se trata nem de Jornalismo, nem de Literatura, mas sim de melodia (PENA, 2008, p. 21).

Além de Pena (2008), outros estudiosos do Brasil trazem definições acerca dessa narrativa. Borges (2011) acredita no Jornalismo Literário como um discurso autônomo – uma hibridização do Jornalismo com a Literatura. Trata-se, segundo ele, de uma linguagem menos rígida que as regras cotidianas da elaboração da informação dentro das redações e que busca outros ângulos, muitas vezes, dramas e histórias particulares, para tratar de determinado assunto.

No entanto, Borges (2011) pondera sobre a veracidade do que é transmitido por esse gênero, tendo em vista o seu compromisso com a realidade:

Ele vem sendo encarado como um produto misto, situado em uma perigosa zona fronteira em que a principal função do jornalismo poderia estar sob risco por conta de possíveis influências exacerbadas da literatura e de seu espírito criativo sobre o discurso da informação (BORGES, 2011, p. 212).

Feita a ressalva, o pesquisador admite que o Jornalismo Literário é uma alternativa ao jornalismo hegemônico dos dias atuais, o que não significa rejeição, mas a não aceitação de procedimentos inventivos, distorcidos e que corrompem o relato dos fatos. Ainda conforme Borges (2011), o gênero é oriundo de discursos de suas duas vertentes, por isso, é multifacetado.

Cita como exemplo o romance, que é aberto a influências, justamente por ser o gênero moderno da Literatura. Já o Jornalismo Literário está vinculado, historicamente, à modernidade e tem aproximação com as narrativas de ficção, o papel de dar voz a todos, enviar e obter influências. O mesmo autor afirma que: “[...] lidar com o Jornalismo Literário é lidar com um tipo de texto móvel, escorregadio, que tem no deslocamento constante uma característica intrínseca [...]” (BORGES, 2011, p. 225).

Na visão de Santos (2005), o Jornalismo Literário tem imersão no caráter interpretativo dos signos, uma vez que seus praticantes se preocuparão em relatar suas histórias com o máximo de profundidade possível, por meio do tempo despendido a entrevistas *in loco* e na forma e na densidade da escrita, para citar alguns exemplos:

[...] o que tal modalidade do discurso jornalístico faz é tão-somente levar às últimas conseqüências o caráter interpretativo da apreensão dos signos – neste caso, os fatos jornalísticos – e seu inevitável acento apreciativo, trazendo à tona toda a subjetividade necessária à revelação do conteúdo objetivo (SANTOS, 2005, p. 6).

A partir disso, o autor coloca que o Jornalismo Literário se legitima a partir do critério da verossimilhança, ou seja, na descrição mais aproximada com a realidade encontrada na pauta, que “[...] por ser assumidamente apreciativa, está abertamente sujeita à avaliação do leitor [...]” (SANTOS, 2005, p. 7).

Vicchiatti (2005) refere que o jornalista da atualidade é um profissional com embasamento social e estético para contextualizar seu ouvinte, leitor ou telespectador. Para o pesquisador, o trabalho mecânico do jornalista se deve à formação nas universidades e sua atuação está voltada ao consumidor das grandes cidades, o qual tem uma rotina acelerada e com pouco tempo para ler notícias. Assim, o foco é dar a ele produtos compatíveis com a sua realidade.

O estudioso defende que o jornalista deve ser preocupado com o estético, com o social, ciente de que deve mostrar todo o contexto do fato narrado: “[...] o jornalismo com estética [...] noticia o ‘agora’, mas mostra o ‘antes’ e seus desdobramentos, construindo um texto em que a linguagem poética se sobrepõe ao simplesmente denotativo ou referencial” (VICCHIATTI, 2005, p. 31). Existe, conforme o pesquisador, uma diferença entre jornalismo estético e jornalismo mecânico. Se o texto jornalístico é diferente do texto poético, ele não precisa, necessariamente, se limitar a informar.

O autor defende que o compromisso do jornalista é com a sociedade; trabalhar pela verdade, justiça, cidadania, pela (in)formação da opinião pública e nivelamento das desigualdades sociais.

Os cidadãos, segundo Vicchiatti (2005), estão mais exigentes devido ao grande acesso aos veículos de comunicação, o que exige maior qualidade dos produtos e dos serviços consumidos por eles. O aumento da concorrência é outro fator de interferência. Nesse sentido, acredita que o Jornalismo Literário tem o seu valor por ser uma narrativa esteticamente mais competente. A Literatura deve estar presente na formação cultural de um jornalista e ajuda no aprimoramento da sua escrita. Conforme o autor:

O jornalista, aos poucos, atraído pelo fascinante domínio da narrativa literária, tenta transpor os limites dessa linguagem e dela importar elementos que possam auxiliá-lo na conquista de seu principal objetivo: o leitor, ouvinte ou telespectador (VICCHIATTI, 2005, p. 84).

No passado, o Jornalismo abrigou escritores que se transformaram em repórteres, cronistas e mesmos editores de periódicos. Tendo em vista esse contexto, Vicchiatti (2005) avalia que Literatura e Jornalismo são territórios diferentes, mas não intransponíveis, pois, em algumas manifestações, conseguem usar pontos de intersecção para construir uma narrativa quase híbrida.

Dos textos tecnicamente corretos, o repórter parte em busca de histórias de vida para mostrar “o colorido dos fatos cotidianos” (VICCHIATTI, 2005, p. 85). É por meio desse sentimento de narrar qualquer fato que o profissional alcança

um novo patamar de texto. Salienta o autor: “[...] verá que continuará informando, com o mesmo profissionalismo, mas, acima de tudo, com humanismo” (VICCHIATTI, 2005, p. 85-86).

Lugão (2012) vai dizer que o imediatismo não é o foco principal do Jornalismo Literário, assim como é no Jornalismo convencional. “[...] Se neste o ‘furo’ de reportagem é um verdadeiro tesouro e as notícias envelhecem rapidamente, no primeiro busca-se a perenidade das matérias [...]” (LUGÃO, 2012, p. 62). A pesquisadora adverte que é preciso haver cuidado no que tange à construção de uma visão idealizada do Jornalismo Literário e de quem o segue em seus textos. Para ela, esse se diferencia da forma tradicional de se fazer Jornalismo, no entanto, não pode afirmar que é melhor ou pior ou que traz mais ou menos dados informativos. Tratam-se de informações diferentes e, por isso, na opinião da autora, de “grande valor”:

[...] Seu espaço é maior, mas isso não quer dizer que tenha mais qualidade. Sua importância está em entendermos um tipo de narrativa que busca representar o real utilizando técnicas até então profundamente ligadas com a ficção. Essa mudança é significativa, porque inaugura uma nova forma de escrita, um novo gênero, o que é importante para que leitores e escritores tenham cada vez mais oportunidades de escolha e se sintam estimulados a também criar novas linguagens [...] (LUGÃO, 2012, p. 67).

A linguagem literária, conforme a autora, ajuda a descrever de forma mais intensa e sedutora porque tem a capacidade de criar o contexto e a situação. Gillespie apud Trindade e Inácio (2017) é objetivo quanto à caracterização do Jornalismo Literário e dá a ele os seguintes atributos: descreve de forma rica os espaços e personagens; dá atenção ao

pormenor; e incorpora os diálogos, a emotividade e a subjetividade. Ao apresentar um trabalho com tais evidências, o Jornalismo Literário pode proporcionar uma ligação mais próxima com o leitor do que o Jornalismo tradicional:

[...], podendo desempenhar um papel relevante na vida pública ao construir histórias à volta de personalidades individuais, conferindo maior humanização à informação e acrescentando elementos que excedem o conhecimento de notícias, por exemplo, estruturando e comunicando pela escrita valores culturais simbólicos em transição, como o de identidade, [...] (GILLESPIE apud TRINDADE; INÁCIO, 2017, p. 238).

Por ser considerado mais subjetivo, de acordo com Trindade e Inácio (2017), o Jornalismo Literário é criticado justamente pela falta de objetividade, no entanto, construir uma narrativa a partir desse viés não pressupõe interferências do campo da invenção. As autoras esclarecem essa possível confusão ao afirmar que “[...] enquanto jornalista literário, o autor distancia-se das suas próprias emoções, mas revelando as experienciadas pelos indivíduos retratados que lhe podem suscitar interpretação, sempre apresentada dessa forma [...]” (TRINDADE; INÁCIO, 2017, p. 238). Tuchman apud Trindade e Inácio (2017) coloca que a noção de objetividade está exposta a partir do momento em que o jornalista se utiliza de convenções formais, como o uso de aspas, ou de conteúdos aceitos por aquela comunidade para contar suas histórias.

Bulhões (2007) também se preocupa em mostrar a diferenciação quando se trata desse tema. Ele chama atenção para diferenças entre Jornalismo e Literatura – são elas a

veracidade e o tempo, respectivamente. Uma obra literária passa a existir para uma pessoa a partir do momento em que ela é lida, ou seja, não importa se foi escrita no século XX ou XII. O autor argumenta que a Literatura permite o “devaneio fantasioso”, enquanto o Jornalismo se baseia no fato concreto:

[...] é a vez de reconhecer que a trajetória do jornalismo parece desenhar um movimento em sentido oposto ao da literatura. O percurso de suas transformações indica claramente o esforço de firmar um compromisso inequívoco com a factualidade. Se a literatura habita o espaço permissivo da ficcionalidade, o jornalismo parece ter diante de si o horizonte prescritivo daquilo que é razoável, crível ou admissível, a partir do qual deverá recolher o factual consumado, efetivado, a ser transformado em informação (BULHÕES, 2007, p. 25-26).

Ao fazer essa observação, Bulhões (2007) não desconsidera a ligação entre Jornalismo e Literatura. Um ponto de encontro é a narratividade: “Produzir textos narrativos, ou seja, que contam uma sequência de eventos que se sucedem no tempo, é algo que inclui tanto a vivência literária quanto a jornalística” (BULHÕES, 2007, p. 40). Ainda segundo o estudioso, ambas têm a missão de levar o conhecimento do mundo às pessoas: no caso da Literatura, por meio do romance e do conto; e no do Jornalismo, por intermédio da reportagem.

Uma informação necessita ser a mais confiável e completa para permitir o entendimento da realidade: “[...] Deve-se levar em consideração que a compreensão das notícias exige a inserção de um contexto, a explicação de suas causas e uma pergunta que explicita as suas consequências [...]”

(FONTCUBERTA apud QUEIRÓS, 2017, p. 183). Assim, o autor argumenta que o novo momento é marcado por uma perspectiva complexa e não simplista de expor a realidade social de uma época:

[...] o Jornalismo Literário desempenha um papel importante na problematização do fato e da articulação da notícia com os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. d 183).

Queirós (2017) entende que as opiniões das pessoas comuns também devem ser levadas em conta como fontes históricas e que merecem ser noticiadas pelos meios de comunicação. Para ele, no entanto, o Jornalismo convencional está viciado em relatar as hegemonias, e não as diferenças, conforme abaixo:

[...] E isso se reflete num parâmetro cognitivo de ver o mundo - em que as vozes subalternas são suplantadas em detrimento de um pensamento abissal excludente, que oblitera a perspectiva de um postulado de resistência epistemológica [...] (QUEIRÓS, 2017, p. 185).

Para o pesquisador, a prática do Jornalismo Literário permite a leitura das temáticas que marcam uma época e estão ligadas, sobretudo, aos dilemas e às conquistas da concretude dos dias das pessoas. “[...] Em outras palavras, ele pode se debruçar cada vez mais sobre as pessoas comuns e sobre as formas pelas quais elas conferem sentido às suas experiências, suas vidas e ao seu mundo” (QUEIRÓS, 2017, p. 186). Ao lançar mão dos recursos atribuídos ao Jornalismo Literário, Queirós (2017) destaca que a história será escrita pelo jornalista e apreciada pelo receptor a partir da tríade contexto-personagens-detahes.

Nessa mesma linha, Necchi (2009) vai destacar que o Jornalismo Literário busca sair da pauta óbvia do dia a dia e sua importância está para além da técnica utilizada. Seu objetivo é instigar, seduzir, provocar sensações e despertar o interesse do leitor para os mais diferentes assuntos. “[...] o chamado jornalismo literário foge de olhares pré-formatados e rende textos – sejam reportagens ou perfis – que surpreendem a partir de uma pauta que rompe com visões óbvias ou hegemônicas sobre a realidade [...]” (NECCHI, 2009, p. 103).

Conforme o professor, os profissionais se utilizam de diversos recursos para contar a sua história, baseada na realidade, da melhor forma possível. Alguns deles são: “[...] Profunda observação, imersão na história a ser contada, fatura de detalhes e descrições, texto com traços autorais, reprodução de diálogos e uso de metáforas, digressões e fluxo de consciência [...]” (NECCHI, 2009, p. 103). Para ele, o ponto de partida para a prática jornalística é a realidade e jamais a ficção, restrita à Literatura. “[...] Talvez a temática esteja em voga porque há espaço para um jornalismo que apure os fatos com sensibilidade e sem preconceitos e, ao final, surpreenda [...]” (NECCHI, 2009, p. 108).

A mesma diferenciação é feita por Cardoso e Mendonça (2015), que destacam a análise do Jornalismo a partir dos fatos, e a da Literatura a partir da memória pessoal, da imaginação, entre outras fontes. O que os autores colocam é que a narrativa jornalística pode ser aprimorada com recursos empregados em textos literários. Essa aproximação, no entanto, não pode confundir as práticas: “[...] Jornalismo nunca será literatura e literatura nunca será Jornalismo. A combinação de ambos os gêneros nas reportagens, que aproximem de

forma real o leitor da notícia que está sendo passada é jornalismo literário” (CARDOSO; MENDONÇA, 2015, p. 4).

De acordo com os pesquisadores, o Jornalismo Literário não é a forma mais popular utilizada para se contar uma história e está longe de ser o estilo dominante na imprensa, por isso mesmo, seu *status* é o de diferente. E essas diferenças “[...] marcam este tipo particular de jornalismo, quando comparado aos padrões mais conhecidos, que lhe dão uma identidade toda própria, uma força comunicativa poderosa e uma qualidade estética notável” (LIMA apud CARDOSO; MENDONÇA, 2015, p. 9).

Para Pena (2008), a prática do Jornalismo Literário é uma alternativa complexa para os repórteres que desejam fugir das fórmulas rotineiras de se contar uma história e publicá-la no jornal, na revista ou até ensaiar a prática em um livro-reportagem. “[...] O conceito é muito mais amplo [...]” (PENA, 2008, p. 13). Para o jornalista, existem sete recursos que precisam estar presentes nas narrativas inspiradas no Jornalismo Literário: “[...] É o que chamo de estrela de sete pontas, já que são sete diferentes itens, todos imprescindíveis, formando um conjunto harmônico e retoricamente místico, como a famosa estrela” (PENA, 2008, p. 13). O jornalista literário, precisa, então, conforme Pena (2008):

1ª ponta - Potencializar os recursos do Jornalismo: a partir dessa perspectiva, o jornalista literário deve levar em consideração e desenvolver as técnicas que aprendeu no jornalismo diário para potencializá-las e, assim, criar novas estratégias profissionais. “[...] Mas os velhos e bons princípios da redação continuam extremamente importantes, como, por exemplo, a apuração rigorosa, a observação atenta, a

abordagem ética e a capacidade de se expressar claramente [...]” (PENA, 2008, p. 14).

2ª ponta - Ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano: a periodicidade e a atualidade, atributos básicos da prática jornalística contemporânea, não são preocupações do jornalista que escreve inspirado na Literatura, conforme o autor:

[...] Ele não está mais enjaulado pelo deadline, a famosa hora de fechamento do jornal ou da revista, quando inevitavelmente deve entregar sua reportagem. E nem se preocupa com a novidade, ou seja, com o desejo do leitor em consumir os fatos que aconteceram no espaço de tempo mais imediato possível [...] (PENA, 2008, p. 14).

3ª ponta - Proporcionar uma visão ampla da realidade: por mais que a abordagem de qualquer assunto seja sempre um recorte e uma interpretação sobre ele, o jornalista literário deve se preocupar em contextualizar os dados de maneira abrangente. “[...] Para isso, é preciso mastigar as informações, relacioná-las com outros fatos, compará-las com diferentes abordagens e, novamente, localizá-las em um espaço temporal de longa duração” (PENA, 2008, p. 14). Essa tarefa, de acordo com o autor, se torna difícil para um jornal, em razão do seu espaço limitado para as matérias publicadas.

4ª ponta - Exercitar a cidadania: é responsabilidade do jornalista literário desempenhar essa tarefa perante a sociedade por meio das suas produções. Isso denota o “espírito público” do profissional na atualidade. “[...] Quando escolher um tema, deve pensar em como sua abordagem pode contribuir para a formação do cidadão, para o bem comum, para a solidariedade [...]” (PENA, 2008, p. 14).

5ª ponta - Romper com as correntes do *lead*: a estratégia narrativa foi inventada por jornalistas dos Estados Unidos no início do século passado. O propósito era dar à imprensa um aspecto de objetividade. "[...] Segundo Walter Lippman, autor do célebre *Public Opinion* (1922), tal estratégia possibilitaria uma certa cientificidade nas páginas dos jornais, amenizando a influência da subjetividade por meio de um recurso muito simples [...]" (PENA, 2008, p. 15). A partir dessa perspectiva, o texto deveria responder, logo no seu primeiro parágrafo, às questões Quem? O quê? Como? Onde? Quando? Por quê?. Conforme o autor, o modelo tornou os meios de comunicação mais ágeis e menos prolixos, mas a subjetividade segue presente. Conforme expõe:

[...] Para a socióloga Gaye Tuchman, por exemplo, a objetividade nada mais é do que um ritual de autoproteção dos jornalistas. E a pasteurização dos textos é nítida. Falta criatividade, elegância e estilo. É preciso, então, fugir dessa fórmula e aplicar técnicas literárias de construção narrativa" (PENA, 2008, p. 15).

6ª ponta - Evitar os definidores primários: estes são considerados aquelas pessoas que rotineiramente costumam ser entrevistadas e que estão à frente de um cargo público ou função específica, as chamadas fontes oficiais. São elas, por exemplo, governadores, ministros, advogados e psicólogos (PENA, 2008). Trata-se de um círculo vicioso, na visão do autor, e legitimado pelos repórteres que, pela falta de tempo no Jornalismo do dia a dia, acabam recorrendo sempre às mesmas fontes. "[...] Mas é preciso criar alternativas, ouvir o cidadão comum, a fonte anônima, as lacunas, os pontos de vista que nunca foram abordados" (PENA, 2008, p. 15).

7ª ponta – Perenidade: o conceito está ligado a algo que permanece presente, independentemente do tempo transcorrido. E isso, conforme Pena (2008), deve ocorrer com as obras que levam em consideração preceitos do Jornalismo Literário, ou seja, não podem ser efêmeras ou superficiais. O foco é a permanência dos relatos, o que não costuma acontecer nas reportagens da imprensa diária, pois caem no esquecimento logo após serem acessadas pelo receptor:

[...] Um bom livro permanece por gerações, influenciando o imaginário coletivo e individual em diferentes contextos históricos. Para isso, é preciso fazer uma construção sistêmica do enredo, levando em conta que a realidade é multifacetada, fruto de infinitas relações, articulada em teias de complexidade e indeterminação (PENA, 2008, p. 15).

Os sete recursos sugeridos pelo autor, se aplicados, enriquecem uma narrativa. Talvez não seja algo fácil e rápido de se fazer, mas o resultado pode sugerir diferenciações muito interessantes ao leitor. Algumas dessas características do Jornalismo Literário que se abordou têm se presentificado em reportagens de revistas brasileiras desde o século XVIII, tendo iniciado com o folhetim.

O folhetim tem protagonismo no que se refere ao encontro do Jornalismo e da Literatura, no Brasil, entre os séculos XVIII e XIX, como já referido. Os jornais foram os primeiros a levar ao público a narrativa híbrida, no entanto, as revistas tiveram papel importante na continuidade da oferta de espaço. Com o passar do tempo, as narrativas vão ganhando novas denominações até chegarem ao romance-reportagem ou simplesmente reportagem, formato que se consolida no século

XX e que permanece vivo e é utilizado em larga escala até hoje. E o Jornalismo Literário seguiu e segue inspirando os autores desse tipo de texto. O repórter usa adereços da Literatura para aprofundar a abordagem sobre fatos reais. Conforme Pena (2008), o jornalista não fabula, apenas se detém nos acontecimentos e na forma que irá transmiti-los. Apesar das estratégias de ficção, o compromisso é com a realidade.

João do Rio (1881-1921), conforme Bulhões (2007), teria sido o primeiro cronista do Brasil a sair da redação e ir ao encontro dos acontecimentos para fazer a apuração das informações:

Ao fazer isso, João do Rio teria ativado o processo decisivo que transformou a crônica em reportagem, tornando a presença física do repórter no local dos acontecimentos a condição indispensável para a construção do texto jornalístico (BULHÕES, 2007, p. 107-108).

No Brasil, a reportagem se desenvolve especialmente a partir do trabalho realizado pela Revista Realidade, na década de 1960. Assim, conseqüentemente, ajudou a consolidar o Jornalismo Literário por meio de suas linhas e páginas. “Na época, a publicação da editora Abril inovou com sua proposta de produzir reportagens que combinassem o rigor jornalístico na apuração dos fatos com uma escrita que se aproximava da literatura [...]” (NECCHI, 2009, p. 105). Um dos idealizadores da publicação foi José Hamilton Ribeiro, um dos principais repórteres que o Brasil já teve (NECCHI, 2009).

Esse período também encontrou inspirações em décadas passadas, pois entre os nomes que foram assimilados como modelos dos anos 1930 estão Graciliano Ramos, Rachel de

Queiroz, José Lins do Rego, José Américo de Almeida e Jorge Amado. Bulhões (2007) explica de onde vem essa inspiração:

E, ao fazer isso, a grande reportagem jornalística e o romance-reportagem que explodiram na década de 1970 estavam recolhendo, por tabela, o legado da matriz da prosa realista-naturalista do século XIX (Balzac, Flaubert, Edmond e Jules de Goncourt, Zola, Aluísio Azevedo, entre outros), a fonte que teria fornecido as bases para os escritores do chamado 'romance do nordeste' dos anos 1930 (BULHÕES, 2007, p. 135).

A importância da Revista Realidade se deveu ao reconhecimento da reportagem como gênero jornalístico e com possibilidades próximas à Literatura. Muitos anos depois, será um marco do uso de elementos literários em produções de cunho jornalístico o lançamento das revistas Piauí (2006) e Brasileiros (2007). A primeira traz entre seus atributos “[...] recursos literários que aumentam as possibilidades narrativas do repórter e abre espaço para diferentes estratégias argumentativas” (MARTINS, 2010, p. 41). Já a segunda está disposta a compartilhar reportagens que tiveram o envolvimento profundo do repórter e com uma linguagem que leva em conta características da Literatura. Na Brasileiros, o jornalista assume o papel de contador de histórias.

Martinez (2009) também lembra da participação do Jornal da Tarde como expoente do Jornalismo Literário no Brasil nos anos 1960, assim como o jornal O Cruzeiro (1928). Conforme a pesquisadora, a Revista Realidade chegou a vender 500 mil exemplares por mês “[...] graças à competência de profissionais como José Hamilton Ribeiro, Sérgio de Souza (1935-2008), Narciso Kalili, Luiz Fernando Mercadante, Roberto Freire e do redator chefe da fase inicial da revista,

Paulo Patarra (1933-2008) [...]” (MARTINEZ, 2009, p. 79). Segundo a autora, a fase de destaque da publicação é de 1966, quando surge, a 1968, quando é promulgado o Ato Institucional número 5. Sobre isso, coloca: “[...] parece inegável que, sem liberdade de imprensa não é possível fazer reportagens com a profundidade e amplitude social como Realidade fazia” (MARTINEZ, 2009, p. 79).

Quem faz romance-reportagem não está preocupado em apenas informar, mas, também, em contextualizar e interpretar fatos. Por isso, não se pode confundir esse formato com a ficção-jornalística, que tem na inventividade uma estratégia essencial. Bulhões (2007) também entende que é na reportagem que a interface com o conto e o romance, produtos da Literatura, apresenta melhores resultados. O primeiro, por sua precisão e brevidade; e, o segundo, por sua habilidade em descrever ambientes e atmosferas e explorar ângulos de tempo, espaço, personagens, entre outros. De acordo com o autor: “Vasto e heterogêneo, o romance ocidental é uma generosa e caudalosa torrente de práticas expressivas à disposição do exercício da narratividade jornalística” (BULHÕES, 2007, p. 44).

Indo além do mero anunciar de um acontecimento, a reportagem explora os detalhes dos fatos e os situa com base em suas possíveis motivações e implicações. Para isso, o repórter faz uma exaustiva apuração, por meio de entrevistas e de consulta a diferentes versões. Conforme Bulhões (2007), a reportagem apresenta diversos formatos: descritivos, narrativos, expositivos e dissertativos.

O gênero se desenvolve no século XX até chegar à grande reportagem, sendo um dos marcos a *Revista Time*. Um dos espaços para essas produções é encontrado no livro-

reportagem. Segundo Necchi (2009), em um cenário de poucos recursos para se investir nas publicações, o livro-reportagem se instituiu como um caminho natural para que se pudesse registrar reportagens densas e diferenciadas do Jornalismo diário colocado em pauta na grande mídia. O pesquisador coloca que a alternativa foi adotada de forma mais intensa nos anos 1980. Há uma lista de autores renomados que se utilizam do livro-reportagem para levar suas obras adiante, entre os quais, cita Necchi (2009), estão Zuenir Ventura, Fernando Moraes, Caco Barcellos, Domingos Meireles e Ruy Castro. “[...] O livro-reportagem é o jornalismo da permanência e da profundidade, sem a volatilidade e a pressa das edições paridas por rotativas a cada 24 horas e com mais prazo de elaboração do que as revistas” (NECCHI, 2009, p. 106).

Como se pôde observar, a Literatura e o Jornalismo não são elementos dissociados ao longo da história da imprensa e da produção jornalística – estas que foram se modificando conforme o surgimento e o aprimoramento de técnicas de apuração, produção e veiculação. Em termos de contemporaneidade, é possível aludir que o Novo Jornalismo inspirou a retomada de um texto mais estético, aprofundado em personagens e ambientes, que foge do padrão hegemônico de se contar uma história, para citar alguns dos preceitos difundidos pelo Jornalismo Literário. Viu-se, também, que o folhetim e as revistas brasileiras tiveram protagonismo por unirem elementos das vertentes jornalística e literária. Diversos autores, ao ressaltarem as características atribuídas ao Jornalismo Literário, preocupam-se em distingui-lo do fazer literário, ao qual, não há dúvida, são reservados diversos atributos, os quais não são trazidos neste estudo de forma mais detalhada por não serem objetos de investigação.

MÉTODO

Este estudo é qualitativo, exploratório e descritivo, baseado em pesquisas bibliográfica e documental, sendo o tratamento de dados realizado por meio de análise textual. Goldenberg (1998) coloca que os pesquisadores que se utilizam da abordagem qualitativa veem as ciências sociais como uma matéria com metodologia própria. Dessa forma, a autora destaca que essa perspectiva não se sustenta no modelo que defende uma forma única de pesquisa para todas as ciências, como propõe o estudo das ciências da natureza. Conforme ela, tais estudiosos se negam a reconhecer seus conhecimentos a partir de processos quantificáveis, uma vez que se transformam em leis e explicações gerais. A pesquisa qualitativa tenta ver o mundo pelos olhos dos atores sociais e dos sentidos que eles atribuem aos objetos e às ações (GOLDENBERG, 1998).

Esta pesquisa teve como objeto de estudo o Jornalismo Literário no Brasil e a produção da jornalista Eliane Brum quando ela trata especificamente, em suas colunas, de temas socioambientais relativos à construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, que fica no estado do Pará, Brasil.

A pesquisa é exploratória porque buscou se aprofundar sobre o tema com o objetivo de se familiarizar com o objeto que está sendo explorado. O presente estudo se encaixa nessa premissa, pois explorou bibliografias acerca do Jornalismo Literário, sua conceituação e características, assim como deu ênfase ao trabalho da jornalista Eliane Brum.

Por descrever as características de um fenômeno e estabelecer relações entre aspectos diferentes por meio da

utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, esta pesquisa também se define como descritiva quanto à sua finalidade. Este trabalho buscou caracterizar as narrativas do Jornalismo Literário a partir do estudo de caso da jornalista Eliane Brum.

Um estudo de caso tem um viés de aprofundamento e de detalhamento do objeto investigado, ou seja, destaca-se pela natureza empírica. Duarte (2015) frisa que o uso do estudo de caso deve ser empregado na investigação de eventos contemporâneos. Becker (1999) salienta que o estudo de caso pode fazer o pesquisador se deparar com descobertas que ele não imaginava e, por conta disso, ter de reorientar seu estudo a partir dessas novas premissas. Assim, entende que “[...] o estudo de caso tem que ser preparado para lidar com uma grande variedade de problemas teóricos e descritivos” (BECKER, 1999, p. 118).

Gil (2012), em uma definição mais objetiva e direta, coloca que o estudo de caso se caracteriza por ser “profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (GIL, 2012, p. 57-58).

Este trabalho teve ampla utilização do método bibliográfico para a fundamentação teórica e conceitual (STUMPF, 2008), uma vez que teve entre seus objetivos conceituar o Jornalismo Literário no Brasil. Para isso, foi necessária consulta aprofundada e variada à literatura existente sobre o Jornalismo Literário, tanto em livros como em artigos.

Já a pesquisa documental foi realizada sobre os documentos midiáticos. “A análise documental, muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem,

funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos [...]” (MOREIRA, 2008, p. 276). Na análise documental feita neste estudo se buscou caracterizar as narrativas do Jornalismo Literário de Eliane Brum quando aborda os reflexos provocados pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Para isso, foi necessário buscar a obra da autora em publicações no site para o qual ela escreve (El País Brasil) e fazer essa varredura.

3.1 Técnicas e procedimentos de tratamento dos dados

A base dos dados analisados foi discursiva. Para Vergara (2005), a análise do discurso compreende um método que busca explorar o sentido da mensagem que é transmitida por alguém. “[...] Analisar o discurso implica considerar tanto o emissor quanto o destinatário da mensagem, bem como o contexto no qual o discurso está inserido [...]” (VERGARA, 2005, p. 25). “O termo ‘discurso’ é empregado para se referir a todas as formas de fala e textos [...]” (BAUER; GASKELL, 2010, p. 247). O discurso, nesse caso, pode estar em forma de conversação ou de textos escritos. Os autores destacam que quem faz análise de discurso está interessado nos textos em si e não veem eles como uma maneira de se chegar a outros campos da realidade social.

Na análise do discurso se estudam palavras e expressões, o uso da linguagem em certo contexto e os significados ou interpretações das práticas discursivas (PUTNAM; FAIRHURST apud VERGARA, 2005). Conforme Bauer e Gaskell (2010), as etapas da análise de discurso envolvem a transcrição do material analisado, quando necessário, a leitura aprofundada e cética do texto, codificação

do conteúdo por categorias de interesse e a análise do discurso em si, a partir da regularidade e variação dos dados coletados. Nessa última etapa, outras dimensões também são possíveis, como testar a fidedignidade e a validade das informações. Eis o que os estudiosos colocam: “[...] a análise de discurso exige rigor, a fim de produzir um sentido analítico dos textos a partir de sua confusão fragmentada e contraditória” (BAUER; GASKELL, 2010, p. 255).

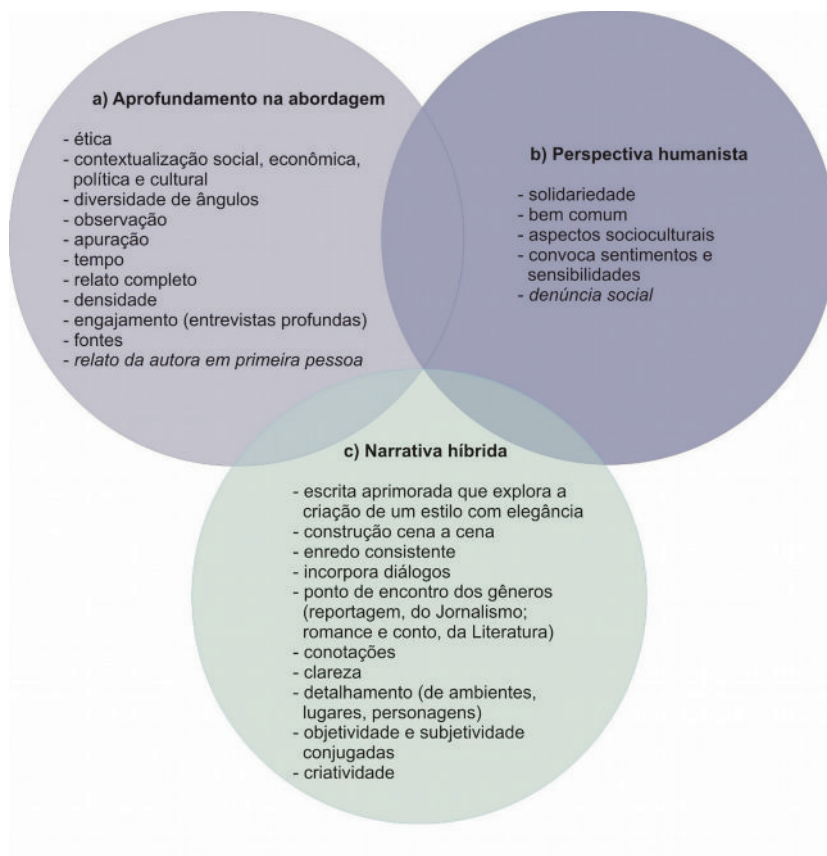
Conforme Moraes (2007), que dá a seu método de análise do discurso o nome de análise textual, esta está ligada a um processo de imersão profunda e de desconstrução e reconstrução de materiais linguísticos e discursivos e que, por conta disso, permite novos entendimentos sobre o material analisado “[...] assumindo-se o pesquisador como sujeito histórico, capaz de participar na constituição de novos discursos” (MORAES, 2007, p. 86).

Dentro da análise textual se encontram elementos que organizam o trabalho do pesquisador. São eles o *corpus*, ou seja, todos os materiais colhidos no processo e que serão analisados; as unidades de análise, que podem ser frases, parágrafos ou enunciados maiores do texto; as categorias, que são as associações lógicas feitas a partir de um conjunto de unidades; e os metatextos, o conteúdo analítico produzido pelo autor da pesquisa a partir das análises feitas. Conforme explica o autor:

Uma análise textual envolve identificar e isolar enunciados dos materiais a ela submetidos, categorizar esses enunciados e produzir textos, integrando nestes descrição e interpretação, utilizando como base de sua construção o sistema de categorias desenvolvido na análise (MORAES, 2007, p. 87).

Os materiais submetidos à análise podem ter muitas e diferentes origens e “[...] Independentemente de sua origem, estes materiais serão transformados em documentos escritos, para então serem submetidos à análise” (MORAES, 2007, p. 87). Assim, diz o autor, o processo de análise textual combina análise e síntese a fim de atingir um certo grau de compreensão do discurso no interior em que foi produzido.

O *corpus* sobre o qual se procedeu a análise textual foi composto por 12 colunas da jornalista Eliane Brum envolvendo a construção da Usina Belo Monte. A investigação foi baseada em três categorias que emergiram a partir do referencial teórico sobre Jornalismo, Literatura, Novo Jornalismo e Jornalismo Literário. A proposta foi modificada ao longo da análise discursiva, quando emergiram novos elementos que constituem as categorias, além dos já propostos inicialmente. Os elementos emergentes ao longo das análises estão em *itálico*, no esquema que segue:



Definidos as categorias e os seus elementos constitutivos, parte-se, agora, para as análises das 12 colunas de Eliane Brum coletadas para esta pesquisa.

ANÁLISES DAS COLUNAS DE ELIANE BRUM

4.1 *Corpus* analisado

O *corpus* trabalhado na pesquisa compreende 12 colunas escritas pela jornalista Eliane Brum para o site brasileiro do jornal El País e que foram publicadas por esse meio de comunicação entre dezembro de 2014 e outubro de 2017. Observou-se que não se trata de uma série de reportagens acerca da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, mas publicações esporádicas, conforme a descoberta de histórias, a inspiração e a apuração de Eliane. Pelo volume de artigos coletados, nota-se a afeição da jornalista por temáticas que envolvem esta complexa obra do governo federal.

Na coluna 1, intitulada “Belo Monte: a anatomia de um etnocídio”, Eliane Brum introduz o assunto e traz uma extensa entrevista com a procuradora da República Thaís Santi, a qual se atém em seu relato às diversas questões infringidas durante o processo de construção do empreendimento energético, designando seus reflexos sociais de um etnocídio indígena.

Na coluna 2, “O pescador sem rio e sem letras”, Eliane relata a situação de Otávio das Chagas, um pescador que teve de sair de perto do rio com sua família por conta da obra de Belo Monte. Morava em uma ilha, numa casa de palha, e, hoje, vive de aluguel em uma moradia na periferia da cidade. A família toda sabe ler minimamente e, por conta da falta de letramento, entende que foi subjugada pela Norte Energia. Longe do Xingu e de terras para plantar, a comida agora chega

à mesa por meio da força empregada por um dos filhos na construção civil de Altamira.

Com o título “Belo Monte, empreiteiras e espelinhos”, a coluna 3 contextualiza como se constitui a “arquitetura política e econômica da usina”, nas palavras de Eliane Brum. Ela aborda a formação e a escolha do consórcio vencedor e como a administração de Belo Monte é um misto de público e privado.

Na coluna 4, “O dia em que a casa foi expulsa de casa”, Eliane trabalha nuances da história de Antonia Melo, uma liderança popular do Xingu também afetada pela edificação de Belo Monte. Assim como outras pessoas, ela teve de sair da sua moradia obrigatoriamente para dar “passagem à obra”. Ela que é considerada uma “casa”, para muitos ribeirinhos que a têm como uma espécie de bússola na comunidade, agora é expulsa de sua própria casa.

“Vítimas de uma guerra amazônica” é o título da coluna 5, esta que discorre sobre as vidas do casal Raimunda e João antes e após Belo Monte se tornar realidade, passando por temas como a sobrevivência provinda do rio, o desejo de João, de morrer como mártir, suas andanças em busca de trabalho no Brasil e no Iraque e a expulsão de casa provocada pelo empreendimento sedimentado nos governos de Lula e Dilma.

A coluna 6, “O que Belo Monte delata sobre todos os lados”, trata sobre aspectos legais e políticos que envolvem a usina, passando por temas como propinas envolvendo a hidrelétrica e o *impeachment* de Dilma Rousseff. Eliane Brum também rememora o impacto social da obra, destacando personagens já trabalhados por ela em outras colunas.

Na coluna 7, Eliane traz novamente uma narrativa costurada a partir da vida de ribeirinhos do Xingu, nesse caso,

de João da Silva. Ele não aceita ter sido obrigado a sair da ilha onde vivia e, somado a isso, teve seu estado de saúde agravado. Por recomendação médica, não pode mais ouvir palavras como Belo Monte, Norte Energia e Dilma Rousseff. A matéria também problematiza a atuação da então presidente frente à obra, inaugurada por ela em 5 de maio de 2016.

A coluna 8, “Casa é onde não tem fome”, tem como enredo a situação da família de Otávio das Chagas, também removida de forma compulsória da ilha onde vivia. A jornalista problematiza o que é uma casa a partir de diversos vieses, incluindo o dos personagens. A violência à qual foram expostos, assim como o acesso limitado a alimentos, antes motivo de fatura, também são temas dissecados nessa coluna.

Intitulada “O ritmo da fome não é da burocracia”, a coluna 9 trata, principalmente, sobre as demandas da população elencadas por ela durante uma audiência pública com representantes da Norte Energia, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre outras entidades. Ribeirinhos aproveitaram a oportunidade para socializar suas muitas dúvidas, queixas e indignação acerca da situação em que vivem em termos de moradia e de falta de renda e de alimento provindo da terra ou do rio.

A coluna 10, “O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?”, também tem como pano de fundo a audiência pública realizada entre autoridades e as populações ribeirinha e indígena da Volta Grande do Xingu. Eliane enfoca, nesse texto, a participação do “velho Araweté” na reunião, seus gestos e possíveis pensamentos acerca de tudo que se passava diante de seus olhos. Ela não o entrevista, mas costura toda a narrativa a partir do que ela vê e

problematiza as inúmeras interferências dos brancos no mundo dos indígenas. No final do texto, ela se coloca no enredo, o qual fica com um tom de pedido de desculpas ao “velho Araweté”.

A coluna 11, “No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig”, trata sobre as alterações no modo de vida dos indígenas, especialmente da aldeia Muratu, a partir da operação da usina Belo Monte. As crianças não podem mais tomar banho no rio, por exemplo, porque ele está contaminado. A alimentação não provém mais da terra, mas das prateleiras de supermercados, a exemplo de massa instantânea, que alimenta as crianças Juruna por dias seguidos. O passatempo delas também passou a ser assistir a desenhos na televisão. A jornalista trata todo esse contexto como um extermínio do modo de vida da população indígena.

E, por fim, a coluna 12, “Mataram meu filho. Mas não quero polícia mais armada, eu quero políticas públicas”, traz como destaque questões acerca da morte de um jovem, Magid, de 22 anos. A narrativa tem à frente a mãe do estudante, Málaque, que detalha seu sofrimento e as bandeiras defendidas a partir desse e de outros fatos que envolvem Altamira, como a insegurança, tendo como pano de fundo a construção da Usina Belo Monte.

4.2 Análises das colunas de Eliane Brum a partir das três categorias propostas

Este subcapítulo abrange as análises textuais das 12 colunas de Eliane Brum a partir da proposta das três categorias apresentada pela autora deste trabalho: a) aprofundamento na abordagem; b) perspectiva humanista; e c) narrativa híbrida. As

categorias são resultado de uma varredura feita no próprio referencial teórico deste estudo e serão aprofundadas ao longo das análises. Em razão dessa diversidade e simbiose, atribuiu-se às três características a ideia de híbridas, pois foram elencadas a partir das quatro correntes trazidas no referencial teórico: Jornalismo, Literatura, Jornalismo Literário e Novo Jornalismo.

a) Aprofundamento na abordagem

O material teórico deste trabalho, no que tange ao Jornalismo Literário e ao Novo Jornalismo, reserva várias passagens relacionadas à categoria aprofundamento na abordagem e seus diversos elementos, conforme selecionados pela autora a partir dos preceitos teóricos: ética; contextualização social, econômica, política e cultural; diversidade de ângulos; observação; apuração; tempo; relato completo; densidade; engajamento (entrevistas profundas); fontes; e relato da autora em primeira pessoa.

Essa diversidade de aspectos relacionados à escrita está contemplada na conceituação teórica do Jornalismo Literário, que defende uma preocupação com o estético e o social, o que o jornalista deve contemplar por meio de histórias de vida, trazendo à tona todo o contexto narrado.

O profissional do Jornalismo Literário não descarta as técnicas do Jornalismo convencional, mas as potencializa e cria novas estratégias. O profissional busca noticiar o agora, mas também mostra o antes, utilizando uma linguagem poética que se sobreponha a um jornalismo mecânico, que, muitas vezes, se limita a informar. O Jornalismo Literário é uma narrativa, em termos estéticos, mais competente e quem faz

uso desse artifício teve ou tem algum contato com a Literatura. Ao se apropriar de elementos literários, o jornalista consegue tornar sua escrita mais aprimorada e conquistar o leitor, ouvinte ou telespectador. Continuará informando, não apenas com profissionalismo, mas também valorizando histórias de vida. A linguagem ajuda a descrever de forma mais intensa e sedutora porque tem a capacidade de criar o contexto e a situação. A história será escrita pelo jornalista para ser apreciada por quem a lê, vê ou ouve a partir da tríade contexto-personagens-detalhes (LUGÃO, 2012; QUEIRÓS, 2017; VICCHIATTI, 2005).

O Jornalismo Literário também propõe uma perspectiva complexa de expor uma realidade, a qual passa a ser entendida por meio de informações confiáveis e completas. E isso passa pela inserção de um contexto, explicação de suas causas, além de consequências. E o Jornalismo Literário tem preceitos que possibilitam esse processo ao problematizar o fato e articular a notícia com aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. O Jornalismo Literário busca sair da pauta óbvia do dia a dia para instigar, seduzir, provocar sensações e despertar o interesse do leitor para os mais diferentes assuntos. Por isso mesmo, pode ser considerada uma alternativa complexa para os repórteres que querem fugir das fórmulas prontas do dia a dia das grandes redações (FONTCUBERTA apud QUEIRÓS, 2017; NECCHI, 2009; PENA, 2008).

O Jornalismo Literário também tem um discurso autônomo, sendo uma hibridização do Jornalismo com a Literatura, portanto, um texto não estático. Trata-se de uma linguagem menos rígida que as regras cotidianas da elaboração da informação dentro das redações, explorando outros ângulos. Pode ser considerado uma alternativa ao

padrão de produção atual e é multifacetado, porque se origina da junção de Jornalismo e Literatura. Como, no passado, o Jornalismo foi reduto de escritores que se transformaram em repórteres, cronistas e editores de jornais, entende-se que a Literatura e o Jornalismo são territórios diferentes, mas não intransponíveis (BORGES, 2011; VICCHIATTI, 2005).

No Jornalismo Literário princípios como apuração rigorosa, observação atenta, abordagem ética e clareza ao se expressar continuam valendo (PENA, 2008). O Jornalismo Literário também tem ligação com a descrição detalhada da realidade presenciada durante a apuração do acontecimento, e isso inclui pessoas, ambientes e lugares. Isso, por consequência, deixa o fato aberto à avaliação do leitor (SANTOS, 2005).

A imersão no caráter interpretativo dos signos é mais uma das características atribuídas ao Jornalismo Literário porque os repórteres que o colocam em prática em suas produções se preocupam em relatar suas histórias com o máximo de profundidade possível. Isso ocorre, por exemplo, por meio do tempo dedicado a entrevistas, da forma e da densidade da escrita. Como resultado, revela-se a subjetividade para que venha à tona o conteúdo objetivo do acontecimento (SANTOS, 2005).

Já a corrente do Novo Jornalismo defende o registro do diálogo completo. Esse mecanismo envolve mais o leitor e define com mais rapidez o personagem do que outras formas. Ao proporcionar uma descrição objetiva completa, o repórter possibilita ao leitor conhecer a vida subjetiva ou emocional dos personagens (WOLFE, 2005). O Novo Jornalismo também preza pelo engajamento. O repórter que utiliza os recursos do Novo Jornalismo deve ser engajado, ou seja, precisa

entrevistar com exaustão cada um de seus personagens. A ideia é conseguir muitas informações com o máximo de profundidade possível, para isso, muitas vezes, terá que passar horas, dias ou semanas com o entrevistado (PENA, 2008; WOLFE, 2005).

Essa síntese de elementos teóricos, já abordados de forma aprofundada em capítulo anterior, se aplicam às colunas de Eliane Brum, uma vez que se percebe uma constante preocupação em aprofundar as histórias trazidas à tona. Também são balizadores dos 11 elementos elencados anteriormente e pertencentes à categoria aprofundamento na abordagem, trabalhada nessa seção. Quanto a uma ética na abordagem de Eliane Brum, em “O pescador sem rio e sem letras”, a jornalista relata que não teve seu pedido de informações atendido pela Norte Energia acerca do caso de Otávio das Chagas e das remoções de Belo Monte. Isso demonstra transparência junto ao leitor e também à fonte, que teve o espaço, mas não o aproveitou. Eliane segue o parágrafo explorando fatos relacionados à empresa, como forma de justificar sua demanda e conclui que esse “[...] É mais um capítulo de uma das maiores obras da democracia, que lembra cada vez mais a ditadura” (BRUM, 2014, texto digital).

No texto “Mataram meu filho. Mas não quero polícia mais armada, eu quero políticas públicas”, nota-se novamente uma postura ética de Eliane quando compartilha com o leitor suas tentativas de apuração: “[...] Apesar dos pedidos do EL PAÍS, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará não entregou os números de 2016 e 2017” (BRUM, 2017, texto digital). Quando ela também escreve que “Acompanho Otávio das Chagas desde 2014. [...]” (BRUM, 2016, texto digital), acentuam-se novamente elementos éticos,

pois já se passaram dois anos e Eliane continua a se atualizar sobre a situação do ribeirão reassentado em Altamira.

A contextualização social, econômica, política ou cultural é outro elemento que faz parte da categoria aprofundamento na abordagem e se nota muito presente nas matérias de Eliane Brum. Em “O pescador sem rio e sem letras”, uma passagem traz para o leitor a maneira de viver de ribeirinhos do Xingu, como Otávio, o pescador que agora sobrevive, na cidade, sem peixes. “[...] Que ele tinha uma vida sustentável na ilha agora afogada do Xingu e foi entregue à fome na periferia cada vez mais convulsa de Altamira, para muitos é só um detalhe [...]” (BRUM, 2015, texto digital). Para Eliane, a relação de Otávio com a floresta e com o rio é um tema demasiadamente complexo e, por isso, desmerecido pelos demais brasileiros. Ao problematizar tal questão, Eliane quer levar aos leitores um viés que para muitos cidadãos pode ser desconhecido ou até inimaginável.

A preocupação em contextualizar o leitor é constatada facilmente na obra da jornalista, e ela faz questão de deixar claro que busca o entendimento pleno do seu interlocutor. No texto “Belo Monte, empreiteiras e espelinhos”, a contextualização é encontrada em diversos trechos. Em um deles, Eliane narra que o Ministério Público Federal entrou com mais de 20 ações contra a Norte Energia em razão das violações de direitos e descumprimentos, ressaltando os vieses social e político relacionados ao fato. Em outro, coloca que “A ideia que o senso comum ainda hoje tem da Amazônia é a de uma propaganda, a da ditadura militar. Uma propaganda muito eficaz e que, combinada à ignorância da maioria sobre a região, persiste até hoje [...]” (BRUM, 2015, texto digital).

Conforme ela, a Amazônia se tornou, naquela época, uma imagem para o consumo de massa:

[...] O que a ditadura fez com os povos da floresta, em especial com os indígenas, é uma história que ainda precisa ser melhor contada. A Comissão da Verdade que apurou os crimes da ditadura estima que mais de 8 mil indígenas foram assassinados no período. É também nos anos do regime de exceção que a imagem dos indígenas como “entraves ao progresso” é incrustada no senso comum (BRUM, 2015, texto digital).

Seguindo na linha da contextualização, dessa vez, política, Eliane coloca que Belo Monte é mais um exemplo de modo de operação consolidado na ditadura. Em uma passagem da coluna “O dia em que a casa foi expulsa de casa”, a escritora traz ao leitor dados acerca de cifras envolvendo Belo Monte: uma obra que saltou de um custo de R\$ 19 bilhões para R\$ 33 bilhões, “[...] hoje também investigada pela operação Lava Jato, da Polícia Federal, tem tentáculos que não se sabe o quão longe podem chegar” (BRUM, 2015, texto digital). Aqui é possível notar que a jornalista traz traços econômicos e políticos como elementos informativos de sua coluna.

No texto “Vítimas de uma guerra amazônica”, Eliane problematiza, a partir de um contexto social, a existência e o tratamento dado aos garimpeiros que, em sua visão, são considerados bandidos, enquanto as mineradoras multinacionais, que deixam rastros de destruição na floresta e ficam com o lucro, têm sua situação minimizada com palavras como “negócio”, “empreendimento” ou “desenvolvimento”:

[...] Essa metamorfose também acontece neste momento, quando Belo Sun, a mineradora canadense, tenta se instalar bem perto de Belo Monte para explorar imensa jazida de ouro, esmagando os garimpeiros artesanais que por lá vivem há décadas. Se conseguir, terminará de arrasar com o Xingu e com os povos tradicionais, que pertencem à floresta e a preservam para o Brasil e o mundo (BRUM, 2015, texto digital).

A conotação cultural de sua narrativa ganha ênfase em uma outra parte dessa mesma coluna. Eliane relata que a usina hidrelétrica no Xingu era um tema de décadas passadas e já foi chamada pelo empreendedor de Kararaô - palavra que é um grito de guerra na língua dos Kaiapó, o que gerou uma cena histórica, conforme a escritora, em 1989: “[...] a índia Tuíra encostou um facão no pescoço do diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes. Tuíra demonstrava no gesto a resistência à barragem de um rio mítico, que era vida, cultura, espiritualidade e sustento para os povos tradicionais [...]” (BRUM, 2015, texto digital). A Eletronorte recuou, à época, e trocou o nome para Belo Monte, mantido até hoje.

Na coluna “O ritmo da fome não é o da burocracia”, Eliane escreve sobre a aproximação entre ribeirinhos e a academia, dando ênfase a um encontro entre pessoas de contextos distintos, o que costuma não ser frequente se levado em conta o território do Xingu: “[...] Aqueles que, como disse Maria Francineide, ‘são autoridades, sabem ler e escrever’, atravessaram os muros: alcançaram o Xingu e usaram a palavra escrita não para violentar, mas para produzir conhecimento [...]” (BRUM, 2016, texto digital). Esse conhecimento é resultado dos métodos acadêmicos e da

experiência acumulada pelo povo local: “[...] Como na memória dos povos da floresta ‘aqueles que sabem ler e escrever’, as ‘autoridades’, escrevem para subjugar-los e expulsá-los, esta aproximação não acontece sem uma tensão inicial” (BRUM, 2016, texto digital). Por meio dessa explanação da jornalista, é possível compreender questões de ordens social e cultural que permeiam a visão de mundo dos povos do Xingu.

O empenho de Eliane Brum em contextualizar o leitor é constante. No trecho a seguir, da coluna “O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?”, o destaque está no aspecto social do que representa a construção de Belo Monte para os moradores das comunidades-sede da obra:

Aldeias se dividiram. Indígenas deixaram de plantar roças para comer produtos industrializados. A desnutrição infantil disparou, assim como os casos de diarreia. Ao mesmo tempo, a Funai, que deveria protegê-los diante do monumental empreendimento no Xingu, rio sagrado para os povos indígenas, deixou de ter chefes de posto nas aldeias e foi convenientemente enfraquecida na região. O Plano Emergencial para conter o impacto representado pela construção da hidrelétrica, ao virar um balcão em que mesmo indígenas de recente contato negociavam diretamente com a empresa, tornou-se o maior impacto. Tanto que a procuradora da República em Altamira, Thais Santi, moveu uma ação contra o Estado e a Norte Energia por etnocídio – extermínio cultural – dos povos indígenas (BRUM, 2017, texto digital).

Essa abordagem de contextualização também é explorada na reportagem “No fim do mundo de Alice Juruna

tem Peppa Pig”. Em um trecho, Eliane compara a situação dos ribeirinhos do Pará com a do rompimento da barragem do Fundão, que aconteceu em novembro de 2015, em Minas Gerais: “[...] Morrer, tragado por uma onda gigante [...] é o pesadelo que os Juruna e os ribeirinhos da Volta Grande do Xingu vivem acordados desde que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte começou a operar” (BRUM, 2017, texto digital).

Os modos de vida dos povos locais foram impactados de maneira geral, incluindo a alimentação. Na falta do peixe e de outros alimentos oriundos do rio e de plantações próprias, o macarrão instantâneo (miojo) começou a fazer parte das refeições dos indígenas, os quais a chamam de “sopinha”. Um monitoramento mostrou que, em 2013, o peixe representava 57% da alimentação na aldeia, enquanto carne bovina e de frango, enlatados, entre outros, representavam 23%. Em 2016, os índices mudaram para 36% e 52%, respectivamente: “[...] É uma mudança drástica num curto espaço de tempo, e os efeitos sobre a saúde recém começam a aparecer [...]” (BRUM, 2017, texto digital). Os elementos trazidos nos excertos evidenciam o quanto Eliane se mostra engajada com o contexto em que se inseriu para o narrar, depois, em suas linhas, observando à sua volta e também nos documentos e na história os contextos social, econômico, político e cultural que dizem respeito àquela situação tratada.

Outro elemento explorado por Eliane, e integrante da categoria aprofundamento na abordagem, é a diversidade de ângulos constatada em suas narrativas. Na coluna “Belo Monte, empreiteiras e espelinhos”, Eliane faz uma analogia da situação dos indígenas do Xingu com o descobrimento do Brasil, época em que houve a troca de bens de valor, por parte dos indígenas, por espelinhos, provindos dos europeus. Isso

demonstra o quanto a jornalista mergulha na situação que vivencia e busca proporcionar ao leitor um ângulo de interpretação quase inimaginável por ele. Em relação à Belo Monte, conforme ela, “[...] essa prática foi adaptada ao momento histórico, alterando-se a lista de mercadorias, e reeditada, consumando um processo de extermínio cultural e criando uma situação de insegurança alimentar em aldeias afetadas pela hidrelétrica [...]” (BRUM, 2015, texto digital). Os espelinhos da atualidade seriam os bens de consumo, como alimentos e equipamentos tecnológicos, que a construtora direcionou aos povos em troca de seus territórios.

A diversidade de ângulos também é evidenciada em um trecho da coluna “O que Belo Monte delata sobre todos os lados”, em que Eliane afirma que é preciso, em se tratando de Belo Monte, enfrentar as violações de direitos humanos e a destruição ambiental resultantes da obra. Ela também chama a atenção que esses fatos não podem ser minimizados ou reduzidos a um esquema de propinas – a ser comprovado. Ao propor essa visão política e socioambiental sobre o que acontece em Altamira e em outras cidades da Volta Grande do Xingu, a jornalista toma posição e compartilha um ângulo claro e particular do que pensa acerca dos fatos investigados e narrados.

A capacidade de Eliane de explorar ângulos diferenciados dentro de uma mesma história se nota quando ela observa os gestos de um indígena Araweté durante uma audiência pública e, partir disso, faz uma contextualização que leva à reflexão dos leitores. Ela poderia narrar o fato se detendo apenas às falas dos integrantes da mesa e entrevistar alguns dos presentes facilmente identificados e dispostos a compartilhar suas visões, mas ela prefere narrar o que

acontece na audiência explorando um ângulo mais subjetivo e que poucos profissionais teriam essa habilidade para colocar em prática estando naquele mesmo contexto. Esse artifício pode ser visto no trecho a seguir da coluna “O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?”:

Ele era um ancião. Seu povo, Araweté. Tinha o corpo vermelho de urucum. O cabelo num corte arredondado. E estava sentado ereto, as mãos abraçando o arco e as flechas à sua frente. Ficou assim por quase 12 horas. Não comeu. Não vergou. Eu o olhava, mas ele jamais estabeleceu um contato visual comigo. Diante dele, lideranças indígenas dos vários povos atingidos por Belo Monte se revezavam no microfone exigindo o cumprimento dos acordos pela Norte Energia, a empresa concessionária da hidrelétrica, e o fortalecimento da Funai. Ele, como outros, não entendia o português. Estava ali, sentado numa cadeira de plástico vermelho, no centro de convenções de Altamira, no Pará. O que ele via? Há 40 anos, ele e seu povo nem mesmo sabiam que existia algo chamado Brasil. Possivelmente isso siga não fazendo nenhum sentido, mas agora ele está ali, debaixo de luminárias, sentado numa cadeira de plástico vermelho, aguardando seu destino ser decidido em português. O que ele via? (BRUM, 2017, texto digital).

A jornalista não chegou a ter um diálogo com o indígena, o que sugere que nem sempre é preciso haver troca de palavras para se apresentar um contexto. Às vezes, é só experimentar ângulos diferentes para se levar uma informação, e essa criatividade pode despertar um estímulo singular por parte de quem a recebe.

A observação é outro elemento que integra a categoria aprofundamento na abordagem. É por meio dela que Eliane Brum extrai informações das cenas que envolvem seus personagens e faz ligações com outros conteúdos relacionados ao fato. Essa habilidade ajuda a aprofundar os relatos e propõe interpretações interessantes ao leitor. Na coluna “O ritmo da fome não é o da burocracia”, Eliane escreve: “[...] Vestidos com suas melhores roupas, alguns com sapatos maiores do que os pés. Ao longo das mais de 10 horas de embate, a dramaticidade foi crescendo. Tudo ali dizia respeito a qual era a palavra que tinha valor” (BRUM, 2016, texto digital). A observação atenta da jornalista proporciona ao leitor uma imersão mental naquela realidade, ajudando-o a extrapolar sua interpretação, indo ao encontro mais próximo do que de fato são os personagens e onde estão inseridos social e geograficamente.

A questão indígena, no que se refere a aspectos socioculturais, da nação brasileira, volta à narrativa de Eliane na coluna “O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?”. Nesse caso, por meio da observação, a jornalista constrói um enredo sobre o que se passa diante de seus olhos: “Ele era um ancião. Seu povo, Araweté. Tinha o corpo vermelho de urucum. O cabelo num corte arredondado. E estava sentado ereto, as mãos abraçando o arco e as flechas à sua frente. Ficou assim por quase 12 horas. Não comeu. Não vergou [...]” (BRUM, 2017, texto digital). O indígena participa de uma audiência pública sobre questões envolvendo o cumprimento das condicionantes e a situação dos povos removidos por conta da construção da Usina Belo Monte. Por meio das linhas de Eliane Brum, é possível interpretar que o indígena é um estranho num espaço

com procedimentos desconhecidos do seu mundo. Sua presença é emblemática por tudo o que representa no enredo da construção de uma usina hidrelétrica bilionária no meio do Rio Xingu. “[...] Estava ali, sentado numa cadeira de plástico vermelho, no centro de convenções de Altamira, no Pará [...]” (BRUM, 2017, texto digital). A jornalista problematiza a cena:

[...] O que ele via? Há 40 anos, ele e seu povo nem mesmo sabiam que existia algo chamado Brasil. Possivelmente isso siga não fazendo nenhum sentido, mas agora ele está ali, debaixo de luminárias, sentado numa cadeira de plástico vermelho, aguardando seu destino ser decidido em português. O que ele via? (BRUM, 2017, texto digital).

Em outro trecho desse mesmo texto, a escritora anota, fruto da sua observação, que o secretário de Meio Ambiente do Pará, Luiz Fernandes, não foi pressionado e se manteve à vontade durante a audiência pública, apesar de ser o responsável pelo licenciamento sobre o qual incidem questionamentos judiciais. “[...] Tão à vontade que afirmou que seu corpo técnico dava conta de toda a complexidade do projeto, mas quando chegou o momento de responder às perguntas difíceis, passou a palavra aos representantes da Belo Sun [...]” (BRUM, 2017, texto digital). O “tão à vontade” escrito por ela proporciona ao leitor o entendimento de como se porta esse ator dentro da cena em voga, ou seja, o secretário não estava numa situação que o colocasse em apuros, mesmo diante de um tema espinhoso e com pressão por parte da população naquele momento.

Assim, Eliane Brum se mostra extremamente atenta e observadora das cenas, e esse método de apuração se nota

pelos detalhes que ela consegue compartilhar por meio de suas narrativas, a exemplo do que também se nota em um fragmento da coluna “No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig”:

[...] Crianças indígenas saltavam do barranco para o rio, numa alegria que há muito eu não via em crianças urbanas. De fato, talvez nunca tenha visto em crianças urbanas. Por alguns instantes, elas voavam. Foi num ponto deste voo que o fotógrafo Lilo Clareto congelou a imagem de Alice, a mais animada delas. Hoje, a imagem segue existindo como arte. E como documento. Mas a vida já não existe (BRUM, 2017, texto digital).

A observação acima contempla os gestos e também os sentimentos expressos pelos personagens. A partir da narrativa, é possível entender que Alice estava se sentindo bem vivendo aquele momento. Nas linhas subsequentes, no entanto, já se nota um tom mais pesado agregado às palavras. Assim como esse recurso, a apuração também proporciona diferenciais à narrativa da colunista do El País Brasil, a qual se expressa no texto “O que Belo Monte delata sobre todos os lados”. Ela traz a informação, creditada ao jornal Folha de S. Paulo, de que o ex-presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo, revelou à Operação Lava Jato um esquema de propinas no valor de R\$ 150 milhões envolvendo a hidrelétrica de Belo Monte. “[...] O dinheiro seria dividido em partes iguais entre PT e PMDB e teria sido entregue pelas construtoras [...] na forma de doações legais às campanhas eleitorais de 2010, 2012 e 2014 [...]” (BRUM, 2016, texto digital). Os detalhes enfatizados mostram a habilidade da jornalista em apurar com o máximo de profundidade possível. Embora elemento básico da prática profissional, a apuração, às

vezes, não é tratada com a mesma importância por todos os repórteres, refletindo em textos com mais ou menos carga informativa, sendo esta última opção não aplicada à colunista do El País Brasil.

A apuração de Eliane Brum também é vista na narrativa cronológica presente na coluna “Casa é onde não tem fome”. Nesse exemplo, a ênfase está nos desdobramentos causados à família de Otávio por conta da obra da usina hidrelétrica, revelando aspectos do contexto familiar dos personagens, os quais ajudam a compreender o momento vivido por eles:

[...] Naquele momento, ele, sua mulher Maria e os nove filhos estavam na primeira casa que não podia ser casa. Uma casa de madeira alugada numa periferia violenta de Altamira. Em 2015, mudaram-se para uma “unidade” de Reassentamento Urbano Coletivo (RUC), nome dos conjuntos habitacionais padronizados que a Norte Energia construiu para abrigar as vítimas de “remoção compulsória”. Em 2016, dividiram-se: os dois filhos mais velhos permaneceram na casa padronizada, um deles já com sua própria família; Otávio, Maria e os filhos mais jovens transferiram-se para uma casa doada por um grupo de austríacos que se comoveu com as tribulações do pescador sem rio e sem letras (BRUM, 2016, texto digital).

A apuração exercitada por Eliane também está presente em “O pescador sem rio e sem letras”. Num excerto, ela narra que a Procuradoria da República promoveu, em novembro, uma audiência pública para ouvir a população atingida. Depois, em 19 de janeiro, um quadro de funcionários do órgão começou a trabalhar em Altamira, mas em condições precárias. A equipe é trocada a cada duas semanas. “[...] Só nas

primeiras duas semanas, foram procurados por 400 famílias. A defensoria itinerante dura apenas até o final de abril. E então novamente a população ficará desamparada” (BRUM, 2015, texto digital). Os números compartilhados pela jornalista, assim como até quando o serviço ficará na cidade, são indicativos das consultas que ela fez às fontes e o seu interesse em levar essa informação ao leitor como parte de um enredo maior e mais complexo. Este que é construído pela atenção dada por Eliane a cada pormenor.

Os desdobramentos relacionados à saúde pública em Belo Monte ganham espaço na coluna “Dilma compôs seu réquiem em Belo Monte”. Eliane apura que, assim que a edificação da usina teve início, a circulação de indígenas em Altamira aumentou, facilitando a transmissão de gripe. O hospital, que deveria estar funcionando, não foi inaugurado e nem está equipado. Eliane escreve que “[...] A reestruturação da saúde indígena, uma das obrigações previstas na contrapartida pela obra de Belo Monte, com postos abastecidos e equipes treinadas nas aldeias, [...] não foi concluída” (BRUM, 2016, texto digital).

A apuração de Eliane vai desde acontecimentos do cotidiano até circunstâncias mais complexas, as quais ajudam a dar a tônica dos pontos que ela quer retratar e chamar a atenção dos leitores. Na coluna “O ritmo da fome não é o da burocracia”, a jornalista relata, em um trecho, a participação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) no processo de intermediação dos conflitos entre a população e a concessionária. A entidade se colocou à disposição dos refugiados para elaborar um relatório voltado a realizar um diagnóstico da destruição socioambiental gerada por Belo Monte e uma proposta para que os ribeirinhos possam

recuperar seu modo de vida. “[...] ‘Ficar na universidade, de muros fechados, sem interferir na realidade, não vale nada’, posicionou-se Thais Santi, que antes de se tornar procuradora foi professora universitária na área do Direito” (BRUM, 2016, texto digital). Nessa passagem, percebe-se que a jornalista apoia a ideia da procuradora quando ela se posiciona que a SBPC deve ir ao encontro do problema para ajudar a encontrar soluções para ele. Assim, Eliane, além de informar o leitor por meio da apuração, o ajuda a interpretar os fatos por meio da expressão do seu ponto de vista acerca dos acontecimentos. Na sequência desse texto, a jornalista dá mais detalhes sobre as sugestões da SBPC para os moradores afetados, revelando que sua apuração se transforma em longas linhas para levar o maior número de informações possível ao seu interlocutor.

O acompanhamento *in loco* dos fatos faz parte do processo de apuração de Eliane Brum, o que pode se notar no excerto abaixo, retirado da coluna “O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?”:

Já é madrugada quando a reunião termina, e as lideranças se aglomeram para assinar mais um documento em que Norte Energia e Funai se comprometem a cumprir o que já descumpriram tantas vezes. O velho Araweté finalmente se move. Tem movimentos de felino e evoluciona pelo salão como se estivesse em território estrangeiro, que é onde de fato está. Bem lentamente, ele se aproxima de um teclado de computador e, cauteloso, estende um dedo coberto de urucum. Toca muito rapidamente a tecla e já retira o dedo. Nada acontece. [...] (BRUM, 2017, texto digital).

Eliane detalha todo o movimento do indígena como maneira de proporcionar ao leitor uma interpretação do que se

passava diante dos seus olhos. A apuração dela não se limita a informações colhidas diretamente com fontes, mas também ao que vê e sente como participante de um contexto. Nesse caso, em específico, ela não fala com o indígena Araweté, mas seus gestos, interpretados por ela, expressam a intenção do homem e ela a consegue transmitir por meio da palavra.

Em outra coluna de Eliane selecionada para essa análise, “O ritmo da fome não é o da burocracia”, em um trecho condensado e com cadência, a escritora relatou o comportamento de diferentes órgãos durante uma audiência pública sobre a situação da população impactada por Belo Monte: Ibama, Norte Energia e Conselho Nacional de Direitos Humanos, sendo o representante deste último “[...] fortemente aplaudido [...]” (BRUM, 2016, texto digital). Esse curto fragmento deixado na íntegra exemplifica como a apuração de Eliane também se preocupa com as ações das fontes, indo além apenas do conteúdo verbalizado por meio da fala. A apuração, dessa forma, se torna mais rica e interessante ao leitor. O “fortemente aplaudido” denota, nesse caso, uma possível aceitação por parte da plateia presente ao encontro.

Diferentemente da prática jornalística hegemônica, a produção do Jornalismo Literário não está presa ao *deadline* dos veículos e à busca incessante pela novidade. Por conta disso, ultrapassa os limites daquilo que acontece no dia a dia para dar vez e voz a temas que costumam não ser pauta constante (PENA, 2008). Por isso mesmo, o intuito do Jornalismo Literário é dar perenidade ao conteúdo, o que indica que o objetivo é fazer com que o material não perca a validade no dia seguinte, mas que se prolongue no tempo por seu interesse e densidade. Notou-se que o tempo, outro elemento da categoria aprofundamento na abordagem, não é

um fator determinante no conteúdo das 12 colunas de Eliane Brum, as quais foram escritas ao longo de quatro anos. Essa percepção já era cogitada pela autora, tendo em vista o trabalho desempenhado pela jornalista e a frequência das matérias.

Também relacionado à categoria em análise nessa seção, o relato completo é outro elemento explorado por Eliane Brum em suas colunas ligadas aos desdobramentos da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Como não há limite de número de linhas para contar suas histórias, esse tipo de recurso é facilmente encontrado, como no exemplo que segue, retirado da coluna “Vítimas de uma guerra amazônica”:

O pai de João era um destes homens febris, que abandonou a família e também esse filho pequeno para consumir-se em seu eldorado íntimo. Tinha terra no chão nordestino e até um pouco de gado, mas não era homem plantado. Embrenhou-se nos garimpos de Itaituba, no Pará, lá onde hoje cresce o cerco do governo para mais duas grandes hidrelétricas: São Luiz do Tapajós e Jatobá. Como a maioria dos garimpeiros, encontrou uma mulher nova, e possivelmente várias outras. As prostitutas chegam antes dos garimpeiros nas fofocas, ou pelo menos junto com eles. Lá são chamadas de “mulher livre”, e os arranjos são variados. Podem ser mulher de um homem só em troca de uma quantidade previamente acertada de gramas de ouro, e cozinhar e lavar e namorar na “corrutela”, a vila que se forma no garimpo, como se esposa fossem. E às vezes se tornam. Quando o pai veio buscar o filho para levá-lo com ele ao garimpo, era tarde para um encontro que nunca houve. O pai tentou duas vezes, numa delas apareceu até de avião. João desacreditou das asas do pai e recusou-se a seguir com ele.

Preferiu fazer-se homem quando ainda era menino (BRUM, 2015, texto digital).

A passagem acima foi narrada pela jornalista a partir do que lhe contou João Pereira da Silva, ribeirinho retirado da ilha onde vivia com a família por conta da obra. No trecho a seguir, Eliane, mais uma vez, prioriza o relato completo. Agora, João conta a sua sina em primeira pessoa:

– Eu nunca pedi nada, me acho com vergonha. Eu não tenho cara pra isso. Eu tenho cara de morrer de fome, mas não tenho coragem de pedir. Entendeu? Numa ocasião eu fui pra uma firma em Imperatriz (Maranhão), lá perto de Marabá (Pará). Eu tava com 50 contos. E já tava com três dias sem comer. Não comia porque aquele dinheiro era pro transporte. De noite eu tô num banco lá na rodoviária, um cara diz pra outro: “Rapaz, lá na cidade de Balsas (Maranhão) tão fichando gente por 3 e por 4”. Eu saí e comprei a passagem com os cinquenta contos. Sobrou cinco. Cheguei lá, eram cinco horas da manhã. Já passei na frente do escritório e vi logo a placa. “Não ficho ninguém. E não insista”. Mas eu, pra tirar a dúvida, tomei um café lá na rodoviária, de cinco contos sobrou só um, e fui caçar emprego. Quando eu passava nos restaurantes, naqueles restaurantes que tavam comendo, eu pedia um copo de água e bebia. Quando foi meio dia, eu voltei lá e falei pro cara: “Rapaz, não tem emprego e eu não tenho dinheiro pra nada. Acabou a minha condição”. Ele disse: “Olha, deixa a boroca (bolsa) aí. Você trabalha de estivador?”. Eu respondi: “Trabalho de qualquer coisa”. Arrumou uma carreira com oitocentos sacos de adubo, pra descarregar na fazenda perto. Aí, o que acontece? Antes do meio da carreta, eu já não dei mais conta. Tinha uma garrafa de água assim, e eu bebi a água e fui me esmorecendo, me esmorecendo, até que

eu arriei mesmo. contei que fazia quatro dias que não comia. Quando terminaram de botar o adubo, a mesa tava lá, pronta pro pessoal jantar. Queria que a senhora visse, de tudo. E botei duas colheres de arroz assim, botei um pedacinho de carne no prato. Mexi assim, comi a metade. Aí saí pra beber um copo de água. E vomitei tudinho. Na farmácia tomei uma injeção. Aquela injeção pra fortalecer. Fiquei lá um mês e pouco trabalhando. Mas nunca perdi a resistência e nem a esperança. Mas, muié, o que faz eu perder tudo é na situação que eu tou. Com que força eu vou trabalhar, agora que tou velho e doente? Eu não tenho mais resistência pra começar tudo de novo. E não sei pedir (BRUM, 2015, texto digital).

João e a esposa Raimunda são personagens do artigo “Dilma compôs seu réquiem em Belo Monte”, em que também se visualiza a presença do relato completo. A indenização oferecida pela Norte Energia ao casal, retirado de sua ilha no Xingu, não foi considerada justa pela defensora pública federal Mariana Carraro. Mais um desdobramento para a coleção de infelicidades da família, conforme traz a jornalista:

No dia seguinte, João amanheceu “com o corpo todo enrolado”. Raimunda buscou tratamento em Altamira, onde ouviu que ele teve “um começo de derrame”. Resolveu então procurar uma cidade com mais recursos e o levou para Teresina, capital do Piauí, numa penosa viagem de ônibus de quase dois dias. Uma filha a ajudou, já que João precisava ser carregado. Hospedaram-se numa pensão. A médica diagnosticou que João teve um segundo AVC. O primeiro, segundo ela, teria sido quando João paralisou no escritório da Norte Energia. Se ocorrer um terceiro, João poderá não resistir. No final de abril, Raimunda carregou João de volta para a periferia de Altamira. Na viagem de

retorno, o ônibus ficou cinco horas parado na estrada porque uma ponte havia quebrado. Raimunda foi pedir leite numa casa para dar a ele. Deixou João escutando a música “Imagine”, de John Lennon, que ela tem traduzida e gravada no celular para ouvir quando a vida dói. “Imagine todas as pessoas vivendo a vida em paz” (BRUM, 2016, texto digital).

Outros personagens, como Otávio das Chagas, têm suas histórias dissecadas pela escritora em suas colunas. Em “Casa é onde não tem fome”, o relato completo aparece justamente quando Eliane abre espaço para o cotidiano. Após 63 anos de vida ribeirinha, Otávio e sua família agora têm que conviver com a violência da cidade – um dia foram assaltados na porta da casa. Edilardo, o filho de 24 anos, teve a arma apontada para sua cabeça. O pai problematiza e acha a sua resposta: “[...] Por que é que eu não tinha medo de ser assaltado? Porque eu não pego nada de ninguém. Eu pensei que faziam o mesmo comigo. Mas não é desse jeito” (BRUM, 2016, texto digital). Esse mesmo trecho contempla a categoria narrativa híbrida, a ser abordada na continuidade das análises.

Edilardo, o filho de Otávio, foi contratado por uma empresa terceirizada da Norte Energia e teve que retornar ao seu local de origem para fazer a retirada dos animais das ilhas. Nessa passagem, Eliane novamente privilegia o relato completo do personagem em primeira pessoa:

“Tudo o que nós tinha feito a água tinha acabado. Planta acabou tudo. Tudo queimado. Nós passava lá e via tudo destruído. Era muito muito muito. É muito triste ver uma coisa daquela acabada assim. No primeiro dia que nós fomos pra lá não vou mentir. Chorei mesmo. Chorei de verdade. Começemo a pegar bichinho de lá, e os

macaco começaram a gritar demais. Não vou mentir, teve uns que morreu. Morreu porque ia pegar e caía na água. Cortava a árvore de motosserra, com eles nos galho, tinha muito que morria afogado. Os paus caía tudo em cima, afogava. Teve deles que a gente salvava, tinha muitos que morria. Era muita judiação. Preguiça também, muitas morria. Paca, queixada, cotia... Tinha bicho que tentava atravessar a nado, mas tava fraco, tava com fome. Não conseguia. Pra pegar, não vou mentir, a gente quase enforcava eles, porque com fome e medo, eles mordida. Se não pegasse assim, nós não conseguia botar na caixa de madeira pra entregar pros biólogo. Eles soltava os bicho lá do outro lado, mas acho que lá, fraco do jeito que tava, os bicho morria também. Chorei no primeiro dia. Eu ainda não tinha visto como tinha ficado. Depois que vi, chorei. Ver um negócio daquele jeito e saber que não volta mais de jeito nenhum fica muito difícil" (BRUM, 2016, texto digital).

A jornalista se mostra preocupada em dar subsídios consistentes ao leitor, usando do relato completo como ferramenta para isso, seja na sua voz ou na voz dos próprios personagens consultados.

A densidade relacionada ao esforço da jornalista em compartilhar um conteúdo complexo e informativo é mais um elemento ligado à categoria aprofundamento na abordagem e que pode ser visualizado nas colunas de Eliane Brum. Um exemplo de como a escritora se posiciona sobre esse tema e busca tratá-lo em suas linhas está em "Belo Monte, empreiteiras e espelinhos":

Neste artigo, apresento a mais recente radiografia sobre o legado que a usina já deixou ao Brasil, antes mesmo de começar a funcionar, mas também busco compreender por que

imaginários e caminhos históricos permitimos que algo assim aconteça no século 21 e na democracia. Este é um momento crucial, já que Belo Monte espera que o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) dê a Licença de Operação (BRUM, 2015, texto digital).

Nesse mesmo texto, a jornalista escreve baseada na apuração de um dossiê do Instituto Socioambiental. Neste consta que, de acordo com a Norte Energia, foram gastos R\$ 212 milhões com os povos indígenas, no entanto, esse valor não foi direcionado para a minimização dos impactos da obra. Segundo coloca a escritora, “[...] foi usado na compra de espelinhos deste milênio: barcos e voadeiras, motores para barcos e voadeiras, milhões de litros de gasolina, caminhonetes [...] TVs de plasma, açúcar, refrigerantes, bolachas e salgadinhos [...]” (BRUM, 2015, texto digital). Eliane relata que os técnicos que viram acontecer essa operação a trataram como “[...] um dos processos mais perversos de cooptação de lideranças indígenas e desestruturação social promovidos por Belo Monte [...]” (BRUM, 2015, texto digital).

Eliane vai a fundo no compartilhamento das informações existentes no dossiê, assim como faz as suas observações, tornando o contexto denso para o leitor. Esse documento revela que Belo Monte provocou estragos sociais e ambientais dificilmente de serem recuperados: “[...] Na Terra Indígena Cachoeira Seca, uma das afetadas pela usina, foram extraídos 200.000 metros cúbicos de madeira só em 2014. Essa quantidade é suficiente para encher mais de 13.000 caminhões madeireiros [...]” (BRUM, 2015, texto digital).

Na coluna “O que Belo Monte delata sobre todos os lados”, a jornalista chama a atenção para o que considera uma

falta de problematização acerca da construção de Belo Monte, revelando a densidade que a própria informação tem ou deveria soar para o leitor: “[...] construída em grande parte com dinheiro público, vindo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) [...]” (BRUM, 2016, texto digital). Segundo escreveu a jornalista, entre o leilão da usina e o início da operação, o custo do empreendimento passou de R\$ 19 bilhões para R\$ 30 bilhões.

O engajamento, expresso por meio de entrevistas profundas nas colunas de Eliane Brum, também é um elemento atrelado à categoria aprofundamento na abordagem. No texto “Belo Monte: a anatomia de um etnocídio”, a jornalista traz uma entrevista, de cerca de 15 páginas impressas, com a procuradora do Ministério Público Federal, Thais Santi. O processo foi feito em duas etapas: a primeira, de forma presencial, com Eliane indo ao encontro de Thais, e a segunda, via Skype, que durou três horas. A procuradora conta, em linhas gerais, sobre o seu trabalho e as impressões acerca da situação dos povos afetados por Belo Monte. Há nessa matéria um aprofundamento da visão sobre a situação.

Em “O pescador sem rio e sem letras”, a entrevista profunda, que dá evidência ao engajamento de Eliane com a pauta, aparece novamente. A jornalista compartilha informações acerca de uma conversa com o defensor público federal Francisco Nóbrega - primeiro a chegar em Altamira e chefe do Grupo de Trabalho Indígena da Defensoria Pública da União e um dos coordenadores da força-tarefa na cidade. O relato tem três páginas em folha A4 e aborda quatro temas: “O espanto”; “A ausência”; “A obra”; e “A decepção”. Outro diálogo, esse de sete páginas, entre jornalista e personagem, é registrado na coluna “Mataram meu filho. Mas não quero

polícia mais armada, eu quero políticas públicas”. Eliane entrevista Málaque Mauad Soberay, uma mãe que perdeu o filho para a violência em Altamira.

As fontes no Jornalismo Literário são anônimas e comuns e as nunca incluídas no jornalismo convencional são valorizadas e dão pluralidade ao relato porque apresentam múltiplas facetas por meio de histórias de vida. Há inserção de pontos de vista dos personagens e registro de diálogos completos, explorado por meio de entrevistas profundas.

Sob o viés do Jornalismo Literário, sugere-se ao repórter que evite os definidores primários, que são as fontes oficiais que costumam ser consultadas rotineiramente por ocuparem cargos públicos ou funções específicas. Pela falta de tempo no dia a dia e devido ao acesso facilitado, os repórteres costumam recorrer às mesmas pessoas. No entanto, há alternativas, como ouvir o cidadão comum, a fonte anônima e trabalhar pontos de vista que nunca foram abordados (PENA, 2008).

O Jornalismo Literário também sugere uma ligação mais próxima com o leitor, o que é uma diferenciação em relação ao jornalismo tradicional. Também é por ser preocupado com os aspectos estético e social que o Jornalismo Literário busca dar perenidade ao conteúdo e traz à tona a subjetividade e a objetividade do acontecimento por meio de uma imersão no caráter interpretativo dos signos.

Já no que tange ao Novo Jornalismo, o elemento fontes, ligado à categoria aprofundamento na abordagem, tem embasamento na indicação de que o repórter registre de forma completa os diálogos dos personagens, insira na íntegra seus pontos de vista e se engaje nas histórias que se propõe a

contar, ou seja, que busque colher todos os dados e impressões junto a suas fontes.

Nas colunas de Eliane Brum não foram identificadas fontes anônimas. As fontes, de modo geral, podem ser consideradas uma das matérias-primas de sua obra. Especialmente nos textos analisados neste trabalho, percebe-se a afeição da jornalista em mergulhar nas histórias de cada personagem com o qual ela tem a oportunidade de conviver. Ao fazer esse movimento, Eliane escreve linhas densas de informação e emoção acerca dos temas narrados. Os textos analisados têm, principalmente, como fontes, pessoas comuns e suas histórias de vida relacionadas ao fato Belo Monte. Ela também ouve e dá amplo espaço às informações de fontes especializadas, a exemplo dos procuradores de Justiça consultados. Os recursos utilizados pela jornalista podem ser notados em trechos como o da coluna “O pescador sem rio e sem letras” quando ela escreve sobre Otávio das Chagas:

[...] A hidrelétrica de Belo Monte o reduziu a um pescador sem rio, um pescador que não pesca, um pescador sem remos e sem canoa. A ilha do amazônico Xingu, no Pará, onde cresceu, amou Maria e teve nove filhos não existe mais. Entre ele e o peixe não há mais nada (BRUM, 2015, texto digital).

Apartado da ilha, Otávio vive na cidade inconformado com a indenização de R\$ 12 mil recebida da Norte Energia. Assim, “[...] espera que os papéis possam salvá-lo, comprovar que viveu, atestar que pescava [...]. Comprovar até que tinha uma casa de palha onde a mulher atava as redes embaixo de pés de jaca [...]” (BRUM, 2015, texto digital). A narrativa da jornalista segue contextualizando o dilema enfrentado pelo

ribeirinho do Xingu que, assim como a família, lamenta a falta de estudo para se posicionar diante da concessionária e exigir seus direitos: “– Não tenho leitura – ele avisa, oferecendo a mim os hieróglifos que dizem dele para que eu os desvende” (BRUM, 2015, texto digital).

Na coluna “O ritmo da fome não é o da burocracia”, a ênfase está em Weides Alves Dutra, reassentado em área destinada pela Norte Energia e separado da rede de pessoas próximas. Sua situação é retratada pela jornalista:

[...] Até Belo Monte se erguer no Xingu, eles eram 12 chefes de família que plantavam 12 roças em regime de mutirão, alternando as culturas. “Família Pessoa e Família Balão”, explica ele, referenciando-se em dois dos grandes ramos de ribeirinhos xinguanos. Hoje, Weides foi jogado numa pirambeira, povoada por pedras e tucum, um espinho que atravessa a carne e causa danos graves. Não há como plantar roça, não há como criar nada. E Weides está longe de todos. Para ir à cidade, precisa ultrapassar um banzeiro do rio. Não tem embarcação e depende de carona. Às vezes, ele e o piloto amargam até cinco horas para conseguir vencer as ondas e redemunhos. O ribeirinho não sabe nem o nome do lugar onde está. “Fica em frente à ilha da Taboca”, diz alguém. “Mas essa ilha afundou”, lembra o outro. Weides, pela primeira vez, sente-se perdido no Xingu (BRUM, 2016, texto digital).

O trecho acima revela a existência de fontes comuns no texto de Eliane. São histórias de vida, de fontes plurais, nunca incluídas e que desvendam múltiplas facetas. Observa-se ainda a inserção de pontos de vista dos personagens. As mesmas características podem ser atribuídas a outro fragmento da mesma coluna, onde Eliane expõe o quadro de

incerteza da ribeirinha Deucilene Gomes da Silva, que “[...] tem só 23 anos, um filho de oito. A mãe, Maria das Graças, está doente. Ela acampa na terra que a Norte Energia destinou à família. Fica embaixo da lona enquanto a casa é construída. Não tem medo de bicho nem da solidão [...]” (BRUM, 2016, texto digital). O parágrafo segue relatando que uma parente antiga da proprietária do terreno apareceu pedindo para que a construção da casa fosse encerrada porque a terra era motivo de ação judicial, no entanto, “[...] Deucilene seguiu com a construção da casa, seguiu plantando roça. Sabe que corre risco, mas escolhe entre desesperos” (BRUM, 2016, texto digital).

Eliane se mostra generosa ao compartilhar a voz de todos os públicos ligados ao fato que narra, não se prendendo ao tamanho do texto ou a outros padrões. Fontes nunca incluídas nos textos, ou seja, aquelas que são difíceis de serem vistas na imprensa convencional e com espaço amplo para suas falas, são encontradas em abundância nas colunas de Eliane Brum. Ela passa horas observando suas fontes para retratá-las em suas linhas.

As histórias de vida das pessoas entrevistadas são exploradas por Eliane Brum de uma maneira profunda e sensível. A jornalista busca os pormenores que integram e margeiam os ambientes, assim como a subjetividade dos personagens, para compartilhar com o leitor. Na coluna “O dia em que a casa foi expulsa de casa”, ela escreve sobre como Antonia Melo encara a demolição da sua casa:

- Dinheiro nenhum paga uma casa. Primeiro, porque eu não estava vendendo minha casa, não coloquei nela nenhuma placa de venda. Eu nunca pensei em sair daqui, de jeito nenhum.

Aqui é o lugar que eu escolhi pra morar, criei os meus filhos. [...] Uma casa é isso, é onde a gente se sente feliz, mesmo sem ter dinheiro. Estar dentro da sua casa é ser grande (BRUM, 2015, texto digital).

Nota-se, também, nesse caso, que houve a inserção de pontos de vista dos personagens. Na mesma coluna, a jornalista traz à tona outra história de vida:

Pelo portão entra seu Otávio das Chagas, pescador arrancado da Ilha de Maria, uma das mais de 400 do Xingu. Vem acompanhado por seu filho Zé. Sem barco, sem rio, sem peixe, sem árvore, sem roça, sem geografia, seu Otávio teve as chagas do nome multiplicadas por Belo Monte [...] (BRUM, 2015, texto digital).

O fragmento apenas sintetiza a apresentação da fonte, mas dezenas de linhas são dedicadas a ela na coluna e também em outros textos, uma vez que a jornalista retoma temas já tratados. O mesmo vale para o próximo excerto que tem Antonia Melo como protagonista: “[...] Do seu quintal-floresta, levou uma muda de açaí, ‘o mais importante que carrego daqui’. Com esses alicerces, aos 66 anos ela plantará um futuro no chão de ausências legado por Belo Monte” (BRUM, 2015, texto digital).

O casal Raimunda e João da Silva também tem sua história retratada nas colunas de Eliane Brum, especialmente em “Vítimas de uma guerra amazônica”:

Raimunda tinha 16 anos quando conheceu João num baile. “Era um pancadão”, ela informa. “Eu olhei ele, ele *olhonimim*.” Foi assim, entre o azulado do olho de João e o negro de Raimunda, que se quiseram de imediato. Raimunda foi logo

avisando que não era “da tradição de gente que se junta, se quiser me dê aliança e sobrenome e vamos fazer história”. Fizeram. Tempos depois se oficializaram num casamento coletivo. Raimunda enfeitou-se com um vestido lilás, segundo ela “a cor da mulher”. Em seguida, inauguraram uma fileira de filhas, no total de sete mulheres, todas com nome iniciado pela letra “L”. E apenas um filho homem, que morreu de meningite com um ano e cinco meses, batizado como Leodeí (BRUM, 2015, texto digital).

Os detalhes relatados são indicativos da dedicação da jornalista no momento da apuração e, depois, de colocar as informações no papel, demonstrando consideração com cada dado compartilhado pelas fontes. Ainda sobre Raimunda e João, o foco está no presente vivido por eles após terem de sair da sua terra por conta da obra da usina: “Raimunda decidiu viver, ainda que carregando seus pedaços. João não sabe como viver. Para ele, só há sentido na morte em sacrifício” (BRUM, 2015, texto digital). Há uma contradição dentro da própria família, e Raimunda está disposta a não se entregar: “– Eu não fui criança, porque trabalhei muito. Também não tive juventude. Por isso não dou minha velhice. Não abro espaço pra ninguém. Minhas filhas dizem que tou ficando perturbada. Nada, eu tou é vivendo” (BRUM, 2015, texto digital). Dentro do contexto das histórias de vida, vale destacar ainda uma passagem da coluna “No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig, na qual escreve: “Alice, a menina que saltava no rio e agora vê desenhos na TV, é uma entre quatro filhos de Bel Juruna, 29 anos, uma liderança ascendente na região do Médio Xingu [...]” (BRUM, 2017, texto digital). O artigo todo explora o cotidiano e as mazelas enfrentadas pela família, assim como por outros indígenas impactados por Belo Monte.

Eliane Brum, ainda dentro do contexto das fontes, explora em suas reportagens o recurso da inserção do ponto de vista dos personagens como forma de sustentar suas narrativas. Na coluna “O dia em que a casa foi expulsa de casa”, Antonia Melo diz e a jornalista reproduz em forma de texto: “[...] Belo Monte é isso, é arrancar todas as formas de vida, até que mesmo a memória seja apagada para sempre, até que não exista nenhuma raiz. O governo é um mata-memórias” (BRUM, 2015, texto digital). A mesma fonte coloca, numa outra passagem, que “– Cada vez que eu olho o que eles estão fazendo, destruindo as casas, destruindo o rio, destruindo as vidas, mais eu me fortaleço nessa resistência, mais eu crio coragem e forças pra dizer ‘não’ e continuar resistindo [...]” (BRUM, 2015, texto digital). A incorporação de diálogos das fontes comuns é uma constante dentro da produção da jornalista e proporciona uma dimensão interessante para o leitor, que pode conhecer como pensam e a forma de se expressar dos personagens, indo além da transcrição do repórter. O texto fica mais atraente também. Mais um exemplo está na coluna “O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?”: “‘O que vocês fazem é criar conflito, vocês botam nação contra nação pra brigar. Isso é crime’, diz uma liderança. ‘Se a Norte Energia é governo, se é dona de tudo, então diz logo que não vai fazer’, diz outra [...]” (BRUM, 2017, texto digital).

Nota-se, na obra de Eliane Brum, a presença de inúmeras vozes que cercam o mesmo assunto. Um exemplo está no artigo “Belo Monte, empreiteiras e espelinhos”, no qual a jornalista cita o trabalho do historiador Pedro Henrique Pedreira Campos acerca da relação governo-empreiteiras “[...] numa tese de doutorado defendida na Universidade Federal

Fluminense [...]. A tese virou o livro ‘Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar’, lançado em 2014 pela editora da UFF [...]” (BRUM, 2015, texto digital). Na coluna “O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?” se encontram outras duas aplicações do elemento fontes plurais aos textos de Eliane. São elas os antropólogos Eduardo Viveiros de Castro e Guilherme Heurich. Portanto, pode-se aludir que seus textos não são feitos exclusivamente a partir de fontes populares, o que demonstra o interesse da jornalista em contextualizar a própria situação dessas pessoas com estudos e visões de profissionais gabaritados em suas áreas.

Também estão integradas ao elemento fontes as de múltiplas facetas, a exemplo do que se repara na reportagem “Belo Monte, empreiteiras e espelinhos”: “O Dossiê Belo Monte, lançado pelo Instituto Socioambiental, com a colaboração de técnicos que testemunharam no cotidiano o impacto da hidrelétrica, mostra o que aconteceu com Altamira e os municípios da região atingida pelas obras [...]” (BRUM, 2015, texto digital). A jornalista tem entre as suas fontes um documento, o que evidencia seu interesse em aprofundar o assunto sob os mais diversos ângulos, não ficando apenas no relato das fontes populares.

No texto “O que Belo Monte delata sobre todos os lados”, a fonte citada por Eliane é o professor da Universidade de São Paulo (USP) Célio Bermann. Trata-se de mais uma faceta dentro do rol explorado pela jornalista para embasar suas produções acerca de Belo Monte. Bermann foi atuante em campanhas do PT e se desfilou do partido “[...] quando ‘o bigode do Sarney estava aparecendo muito nas fotos’. Em 2011, declarações como as do professor, fora das redes

socioambientais, eram fortemente desqualificadas [...]” (BRUM, 2016, texto digital).

Além dos elementos previamente elencados pela autora deste trabalho e atrelados como integrantes da categoria aprofundamento na abordagem, ao longo das análises das colunas, um novo emergiu: o relato de Eliane Brum em primeira pessoa. Essa característica pode ser observada em vários textos, como se percebe no trecho a seguir, retirado da coluna “Belo Monte: a anatomia de um etnocídio”: “[...] Dela me limito a dizer que acorda por volta das 5h30 da manhã, que faz yoga e que todo dia vai admirar o Xingu. Em seu celular, há uma sequência de fotos do rio. Uma a cada dia” (BRUM, 2014, texto digital). O “dela me limito a dizer” faz com que a jornalista saia da posição de narradora passiva e passe a ocupar um papel de coparticipante da cena.

Em “O pescador sem rio e sem letras”, a autora surge novamente em primeira pessoa quando escreve “Há algo de violento naquilo que se escreve sobre os que não se leem em papéis, naqueles que até o nome é escrito por outros. Recuso por enquanto aquela porta. Peço ao pescador que já não pesca que se documente em seus próprios termos” (BRUM, 2015, texto digital). O recurso ajuda a humanizar o relato criando uma ponte entre o leitor e a cena em que a jornalista está, ou seja, diante da sua fonte, apurando as informações. Na coluna “O que Belo Monte delata sobre todos os lados”, a jornalista compartilha: “[...] A minha posição segue sendo contra o *impeachment*, enquanto não houver base legal para o *impeachment*, conforme o que está previsto na Constituição [...]” (BRUM, 2016, texto digital). Nessa passagem, percebe-se uma opinião política da autora, a qual pode trazer

desdobramentos mais profundos se comparada à situação anterior.

Eliane volta a narrar os fatos em primeira pessoa na coluna “Casa é onde não tem fome”: “Todas as vezes em que bati em cada uma das três portas, eles passavam fome. [...] Fome é algo que fracasso em descrever [...]” (BRUM, 2016, texto digital). O mesmo acontece em outro fragmento desse mesmo artigo: “[...] Otávio das Chagas me pediu um dia para desenhar um mapa do Brasil, para mostrar de onde eu vinha. Onde era a minha ilha, meu pertencimento. Desenhei um mapa mal desenhado. E percebi que ele continuava perdido [...]” (BRUM, 2016, texto digital). Ao se colocar dentro do texto, a jornalista permite ao leitor que se aproxime mais dos fatos, daquilo que ela enxerga e sente diante do personagem, facilitando a empatia e o entendimento. Durante as análises se pôde observar que Eliane Brum também faz uma narrativa em primeira pessoa em passagens das colunas “O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?” e “No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig”.

A partir das análises, ficou comprovado que Eliane Brum aprofunda sua abordagem utilizando os 11 elementos em algum momento de suas 12 colunas. A ética, por exemplo, apresenta-se quando a jornalista compartilha com o leitor as tentativas de checagem junto a fontes e o tempo que dedica ao acompanhamento de determinada história de vida. As narrativas são sempre permeadas de contextualização, sendo os fatos colocados de acordo com sua perspectiva social, econômica, política ou cultural. Esse elemento aparece em muitos momentos, a exemplo de quando Eliane se reporta às transformações ocorridas no modo de vida dos ribeirinhos, a

relação deles com o rio, a terra e os alimentos que provêm dela.

A jornalista disseca o cotidiano de seus personagens a fim de proporcionar a maior diversidade de ângulos possível, terceiro elemento que reflete numa abordagem aprofundada. Isso ocorre em diversas situações dentro dos textos, como na analogia feita entre o momento vivido em Belo Monte e o descobrimento do Brasil, no que tange às trocas feitas com os povos originários; o posicionamento em relação aos direitos desse público; e quando conta a história não entrevistando, mas observando o comportamento de um indígena durante um evento do qual ele nunca havia participado. Assim, a colunista do *El País Brasil* coloca em prática sua observação sobre lugares e pessoas contidos na narrativa, com isso, consegue transmitir ao leitor detalhes de ambientes, gestos, vestimentas, sentimentos, entre outros, facilitando seu entendimento e interpretação, não somente objetiva, mas também emocional dos fatos.

A apuração de Eliane Brum também merece destaque como elemento que ajuda a aprofundar suas abordagens e pôde ser visualizada em todas as colunas, afinal, apurar é premissa básica do repórter. Exemplos de temas que revelam a apuração atenta e aprofundada da jornalista são informações ligadas a valores de propina pagos a políticos envolvendo a edificação da Usina Belo Monte; à saga de uma família desde que a obra entrou na pauta de sua existência; e aos trâmites da atuação da Defensoria Pública em Altamira. Para dar conta de fatores variados e complexos como esses, checando dados, entrevistando diversos personagens e fazendo pesquisa, Eliane Brum se mostra desapegada do tempo de produção das colunas. Não há como se dissecar temas como esses

obedecendo à lógica do *deadline* da imprensa convencional. Por isso mesmo, a narrativa socioambiental da colunista no Jornalismo Literário é diferenciada, sendo que as colunas que envolveram o contexto de Belo Monte foram publicadas de forma aleatória no que se refere às datas.

O relato em boa parte da produção analisada ocorre de forma completa, ou seja, privilegiando os pormenores do contexto narrado, especialmente quando envolvem personagens, a exemplo de João da Silva. Relacionada a este elemento também está a densidade, colocada em prática quando ela diz que traz em sua coluna uma radiografia sobre o legado que a obra deixou para o Brasil. A densidade ocorre porque há um engajamento da jornalista com a pauta, exercido por meio de entrevistas profundas com as fontes, muitas vezes, sendo extensas e até cansativas, mas que cumprem com maestria o propósito de informar o leitor. Toda a narrativa construída por Eliane Brum é reflexo, em grande parte, das fontes que ela consulta, as quais são comuns, muitas nunca incluídas no dia a dia das redações, são plurais e, por conta disso, possuem facetas diferenciadas. E, por fim, o 11º elemento identificado dentro do trabalho da jornalista é o seu relato em primeira pessoa, ou seja, quando Eliane se assume no texto para enfatizar uma mensagem, chamar atenção para temas que considera importantes, ajudando a dar vida às cenas, aos lugares e aos personagens.

b) Perspectiva humanista

A solidariedade, o bem comum, os aspectos socioculturais, a convocação de sentimentos e sensibilidades e a denúncia social compõem a perspectiva humanista.

Conceitos do Jornalismo Literário introduzem esta categoria, uma vez que, conforme já exposto na seção anterior, preocupar-se com o estético e o social é uma constante na vida do jornalista. A partir desse entendimento, conseguirá contar uma história de forma atraente tendo como matéria-prima os fatos que envolvem pessoas comuns, privilegiando o contexto, os personagens e os detalhes (LUGÃO, 2012; QUEIRÓS, 2017; VICCHIATTI, 2005). Autores do Jornalismo Literário colocam que se deve trabalhar com uma perspectiva complexa para expor a situação, por exemplo, ao se problematizar o fato e articular a notícia com aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais (FONTCUBERTA apud QUEIRÓS, 2017; NECCHI, 2009; PENA, 2008).

Ainda segundo o Jornalismo Literário, o jornalista deve ser consciente da sua responsabilidade de exercer a cidadania por meio das suas produções, refletindo sobre como elas podem contribuir para a formação do cidadão, para o bem comum e para a solidariedade (PENA, 2008). Assim posto, a perspectiva humanista foi identificada em 11 dos 12 textos analisados de Eliane Brum. A solidariedade é encontrada na coluna “O pescador sem rio e sem letras, na qual Eliane discorre sobre as casas dos ribeirinhos do Xingu:

Quem olha para as casas dos ribeirinhos, com os conceitos do seu próprio umbigo, pode não compreender o que é uma casa para quem vive no mato, à beira de um rio, ou numa ilha, onde a comida está por toda parte, e só o que se precisa é um teto de palha pra dia de chuva e uns palanques pra atar a rede. Para alguns, isso é pobreza. Só pobreza. Mas corre o risco de a pobreza estar mais no jeito de olhar para o outro, o que pode revelar um outro tipo de analfabetismo. Para Maria, a casa dela era a

casa dela. A dimensão de uma casa só a pessoa que vive nela sabe dizer (BRUM, 2015, texto digital).

Nesse mesmo tom de solidariedade com os seus personagens, a jornalista traz à tona nessa mesma coluna as amarras jurídicas que os povos locais passaram a ter de lidar. Moradores urbanos, pescadores e agricultores se depararam com uma linguagem jurídica que não entendem e, conforme Eliane, até quem tem títulos acadêmicos encontra dificuldades na sua interpretação. Essas populações, alerta, “[...] estão no caminho de uma obra com custo previsto de R\$ 28,9 bilhões e no caminho de todos os poderosos interesses que uma soma desse porte movimentaria. [...] Não é preciso ser doutor para perceber a violência e a violação de direitos” (BRUM, 2015, texto digital). Ao colocar essa afirmação, a jornalista cria um laço de empatia entre quem é violentado, nesse caso, a população, e quem toma conhecimento dessa realidade, ou seja, o leitor. Eliane sugere um clima de igualdade entre todos, independentemente da escolaridade, para que mirem o mesmo fato e se solidarizem com ele.

A preocupação com os povos tradicionais, especificamente os indígenas, segue sendo pauta no artigo “Belo Monte, empreiteiras e espelinhos”. A escritora coloca que esse público passa a ser visto pelo senso comum como entraves ao desenvolvimento e “[...] ‘entraves’ precisam ser ‘removidos’. Seja pelo extermínio direto, o que já não é possível numa democracia, seja pelo extermínio cultural, como a Norte Energia e o governo fizeram – e estão fazendo – em Belo Monte” (BRUM, 2015, texto digital). A solidariedade novamente se expressa como uma extensão da narrativa de

Eliane Brum envolvendo a temática de Belo Monte e seus desdobramentos sociais, ambientais, políticos e econômicos.

Dentro dessa mesma matéria, a jornalista afirma que o governo federal deixou a população abandonada no que tange ao acesso à Justiça em decorrência da obra. Novamente traz a complexidade jurídica como dificultador desse diálogo entre população e empresa executora da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Eliane apela a uma comparação entre os “letrados da cidade” e a população local, sendo esta última desfavorecida. “[...] É fácil imaginar o impacto dessa realidade sobre agricultores e pescadores, assim como a população urbana e pobre dos baixões de Altamira, diante do poder da empresa concessionária” (BRUM, 2015, texto digital).

Em “O que Belo Monte delata sobre todos os lados”, a solidariedade vem à tona quando Eliane afirma: “Neste momento, os refugiados de Belo Monte estão lá, enfrentando dia após dia uma catástrofe humanitária ignorada pelo restante do país [...]” (BRUM, 2016, texto digital). Complementa, na sequência do parágrafo, que, em ofício, a procuradora Thaís Santi atenta para a devastação social provocada pelo projeto Belo Monte. “[...] Quem acha que sua vida está muito ruim, precisa se lembrar que tudo o que piora, piora muito mais para os mais frágeis. Mais ainda se sua dor é geograficamente longe do centro de decisões políticas e econômicas do país” (BRUM, 2016, texto digital). Nesses dois excertos fica claro o intuito da jornalista de chamar a atenção dos seus leitores, convocando, para além de sensibilidades, uma possível ação. Fica intrínseco uma comoção e um apelo: “até quando, como brasileiros, iremos permitir isso?”.

Eliane é convicta do que testemunhou em Altamira, andando e ouvindo fontes, e esse clamor pelas vidas dos

ribeirinhos e dos indígenas se torna uma tônica de seus textos. Em “O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?”, a solidariedade é conclamada em forma de perguntas e uma dura resposta:

[...] Mas o que resta para os indígenas que se esforçam para se expressar na língua daqueles que os destroem no mesmo momento em que a vida é destruída? O que resta para o velho Araweté sentado ali por quase 12 horas? Ele não tem escolha, já que é com estas palavras que sua existência é aniquilada (BRUM, 2017, texto digital).

Em outro fragmento da mesma coluna, a escritora busca convocar a solidariedade em relação ao assunto narrado quando aborda o Plano Emergencial. Conforme a jornalista, esse mecanismo deveria proteger e fortalecer os indígenas, “[...] Em vez disso, tornou-se um balcão onde se barganhou com a vida dos povos originários [...]” (BRUM, 2017, texto digital). Esse excerto tem a ver com as contrapartidas oferecidas pelo empreendedor para os ribeirinhos e os indígenas deixarem suas casas e se mudarem para outros locais, uma vez que a área seria inundada ou afetada com a obra da Usina Belo Monte.

Por conta disso, a tragédia se instala, conforme Eliane. Ao mesmo tempo às margens do Xingu, os indígenas estão separados dele, exposição feita na coluna “No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig”: “[...] Assim, ser Juruna sem o rio é experimentar um tipo de morte. Quando o pequeno Maykawa não pode aprender a pescar porque o rio se tornou proibido para ele, o que se nega ao menino é uma enormidade” (BRUM, 2017, texto digital). Por meio desse fragmento, é

possível aludir que é algo no mínimo contraditório não garantir a um menino indígena o contato com o rio, um dos elementos ligados à essência de quem depende desse recurso natural para viver e se reconhecer no mundo.

O convite à reflexão denota a solidariedade de Eliane, e ela quer que os leitores a pratiquem também, como fica evidenciado a seguir, em fragmento da mesma coluna tratada anteriormente:

Qual é o impacto de viver dia após dia acreditando que uma barragem pode se romper a qualquer momento e afogar toda a vida, o mundo inteiro que se conhece? E acreditando que uma nova ameaça avança sobre a aldeia em ritmo acelerado? É possível perceber que o impacto desta experiência traumática é enorme. Seria sobre qualquer pessoa. Mas como dimensionar esse impacto sobre um povo tradicional, cujo próprio dizer de si contém o rio, quando o rio que sempre foi vida se torna uma ameaça de morte? São perguntas que o Estado brasileiro e a Norte Energia um dia terão que responder diante da humanidade (BRUM, 2017, texto digital).

O trecho acima se refere à solidariedade, mas também convoca sentimentos e sensibilidades, outro elemento que compõe a categoria perspectiva humanista. Além desse, o bem comum é outro componente dessa seção e é identificado, por exemplo, em trecho da coluna “Belo Monte: a anatomia de um etnocídio”, no qual a jornalista trata de um tema de amplo interesse: “[...] Uma escola construída para não durar, quando o que deveria ter sido feito era ampliar o acesso à educação na região de impacto da hidrelétrica” (BRUM, 2014, texto digital).

Em “Belo Monte, empreiteiras e espelinhos”, o termo remoções é foco de um excerto em que se visualiza outro

chamamento ao bem comum. Conforme Eliane, remoção é uma palavra técnica que, na prática, significa expulsão: “[...] Aqui, ‘remoção’ será usada sempre entre aspas, para manter o estranhamento que a palavra deveria nos provocar. Isso caso fosse eu ou aquele que lê este texto o ‘removido’ de sua casa e do seu mundo em nome do ‘desenvolvimento’” (BRUM, 2015, texto digital).

Os aspectos jurídicos que envolveram a remoção das famílias para dar lugar à Usina Belo Monte não são esquecidos pela jornalista. São frisados constantemente, como se observa em “O que Belo Monte delata sobre todos os lados”, ressaltando o bem comum que é conclamado em sua produção:

Este governo deixou essa população sem nenhuma proteção jurídica para enfrentar a banca de advogados da Norte Energia. E, portanto, sem chance de negociar em termos minimamente aceitáveis sua “remoção compulsória”. Analfabetos assinaram com o dedo documentos que não eram capazes de ler [...]

(BRUM, 2016, texto digital).

De acordo com a jornalista, Belo Monte criou refugiados de seu próprio país ao afetar o modo de vida e o território da população local, especialmente a das ilhas. A ideia está na coluna “O ritmo da fome não é o da burocracia”, na qual escreve: “[...] O que acontecer com estes homens e mulheres, adultos e crianças, vai determinar não só a vida deles, mas também a forma como o Brasil se relaciona com a Amazônia e com ameaça representada pela mudança climática [...]” (BRUM, 2016, texto digital). O elemento bem comum se aplica novamente nesse parágrafo, uma vez que, para Eliane, a floresta só vai se manter viva enquanto lá houver os povos que

a caracterizam. Como o futuro é agora, para o conjunto dos brasileiros, defende a escritora, é preciso lembrar “[...] Como afirmou o professor Jansen Zuanon: ‘Eu também sou atingido por Belo Monte’. Neste sentido mais amplo, todos são atingidos por Belo Monte” (BRUM, 2016, texto digital). Ao colocar tal posicionamento, a jornalista chama todos para o debate de forma bem direta, uma vez que a existência da floresta, por exemplo, é garantia de vida com qualidade à população em geral, não apenas àquela que habita o seu centro.

No texto “O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?” há um parágrafo que também ilustra a presença do elemento bem comum nos artigos de Eliane Brum. Nesse excerto também aparecem outros três elementos que compõem a categoria perspectiva humanista: solidariedade, aspectos socioculturais e convoca sentimentos e sensibilidades, conforme segue:

A língua desencarnada é muito pior do que um fantasma porque nem mesmo assombra. É o que sinto quando repito a palavra “etnocídio”. Como explicar que a morte cultural é a morte daquilo que um povo é, a morte de um ser e de um estar no mundo totalmente singular, é a morte que precede a extinção física, porque a cultura é o que dá sentido às batidas de um coração humano. Mas eu e tantos repetimos essa palavra para contar do que acontece com os povos indígenas desde que Belo Monte se materializou no Xingu, mas esse contar nada move. Nem mesmo uma ação do Ministério Público Federal denunciando o Estado e a Norte Energia por etnocídio fez o judiciário considerar o processo de morte cultural dos indígenas como algo a ser interrompido com urgência (BRUM, 2017, texto digital).

A indignação da jornalista segue por outras linhas, de outros artigos e toma uma dimensão de bem comum por meio de inúmeros questionamentos.

O terceiro elemento apresentado são os aspectos culturais que vêm à tona na escrita de Eliane Brum quando se analisa a sua obra acerca de Belo Monte. A jornalista explora esse recurso, atrelado a uma perspectiva humanista, em diversas colunas, como em “Belo Monte: a anatomia de um etnocídio”, quando se refere à hidrelétrica e coloca que ela é “[...] Fascinante do ponto de vista teórico, uma catástrofe na concretude da vida humana e de um dos patrimônios estratégicos para o futuro do planeta, a floresta amazônica” (BRUM, 2014, texto digital). Nessa passagem, pode-se observar a relação que a colunista faz entre a obra o impacto gerado por ela na natureza, especialmente na floresta amazônica. Eliane usa com convicção a palavra “catástrofe” para se referir ao que representa a obra no contexto dos povos do Xingu. Por isso, sua escrita prima por deixar em voga os fatores sociais e culturais relacionados a essa realidade como forma de expressar uma perspectiva humanista. Ninguém, ou grande parte da sociedade, quer que a floresta deixe de existir ou quer ter sua vida modificada de maneira abrupta e incontornável.

O elemento que baliza essa análise aparece novamente no mesmo artigo, quando sobre o trabalho da procuradora do Ministério Público Federal, Thais Santi, Eliane escreve: “[...] Ela se prepara agora para entrar com uma ação denunciando que Belo Monte, antes mesmo de sua conclusão, já causou o pior: um etnocídio indígena” (BRUM, 2014, texto digital). Este se refere à morte cultural desse povo, ou seja, o que a usina provocou em termos de perdas de costumes, território, convívio

social, entre outras frentes, para os indígenas. O extermínio cultural não termina com a vida biológica, mas pode, nesse caso, tirar o seu sentido para quem tem de reencontrar significados de existência e pertencimento em um contexto totalmente oposto àquele que consolidado ao longo de gerações. Eliane Brum tem o dom de suscitar problemáticas como essas por parte de quem lê seus textos e busca transmitir uma interpretação e uma contextualização junto a sua experiência pessoal e aos seus conhecimentos de mundo. Quando explora esses vieses, a colunista permite ao seu interlocutor se transportar para a cena.

Ainda na mesma coluna, a jornalista faz uma nova provocação a respeito do que ocorre na Amazônia, ao colocar que “Compreendemos também por que a maioria dos brasileiros prefere se omitir do debate sobre a intervenção nos rios da Amazônia, assumindo como natural a destruição da floresta e a morte cultural de povos inteiros [...] porque são diferentes [...]” (BRUM, 2014, texto digital). Aqui se nota como a colunista do *El País Brasil* usa de um tom emblemático ao afirmar que aqueles que se omitem diante das problemáticas da Amazônia se consideram diferentes. Ao ressaltar isso, pode-se considerar o interesse em instigar uma certa dicotomia junto aos brasileiros. Isso porque todos têm orgulho da floresta Amazônica por estar em grande parte em solo brasileiro, mas prefere não enxergar os problemas sociais que lá existem. Por tudo isso é que esse fragmento também traz elementos socioculturais para instigar uma perspectiva humanista junto aos leitores.

Embora em outra coluna, “O pescador sem rio e sem letras”, a temática segue sendo a mesma. A escritora afirma que a Defensoria Pública da União nunca esteve em Altamira,

“[...] apesar de todos os problemas e necessidades previstas pela construção de uma obra com um impacto tão monumental sobre o meio ambiente e sobre vidas humanas” (BRUM, 2015, texto digital). Novamente, o traço social emerge nas linhas da jornalista, assim como a Amazônia ressurgue no artigo “O dia em que a casa foi expulsa de casa”. Nesse excerto da coluna a jornalista relata a decepção de Antonia Melo, uma moradora da região do Xingu, com o governo do PT, pois ela acreditava que Lula estando no poder a Amazônia teria outro tratamento, mas “[...] A visão da região como corpo para violação e exploração tem sido a mesma tanto na ditadura quanto nos vários governos de redemocratização [...]” (BRUM, 2015, texto digital). Tal afirmação coloca a jornalista numa posição de quem desafia os governantes a olharem com mais atenção para a Volta Grande do Xingu. Nota-se, com isso, que Eliane entende que a região não é valorizada enquanto potencialmente rica em termos socioculturais, mas puramente vista para fins econômicos, o que aconteceu em décadas passadas e segue em voga nos governos recentes, ressaltando, assim, o viés político que também perpassa a construção da usina e é trazido por ela em seus textos.

Em “O que Belo Monte delata sobre todos os lados”, a presença do elemento aspectos socioculturais surge quando a jornalista dá a entender que a usina é construída por relações de corrupção: “[...] Essa obra gigantesca contém a anatomia inteira das relações entre empreiteiras e governos (no plural) que assinala a história do país desde a construção de Brasília, em meados do século passado [...]” (BRUM, 2015, texto digital). Ao colocar tal posicionamento, Eliane, de certa forma, “abre os olhos” do leitor para questões que ele pode nem considerar que existam em torno da edificação de Belo Monte.

Pode-se imaginar, a partir da leitura da coluna, que uma obra dessa magnitude também usa do dinheiro público para beneficiar políticos e empresários de índole suspeita, o que “mexe com o bolso” de todo brasileiro, não apenas “o dos moradores” daquela comunidade.

Uma outra problematização sociocultural ganha espaço na coluna “Casa é onde não tem fome”. A escritora compartilha o que é uma casa, na visão dos ribeirinhos: “[...] a casa não é uma ‘estrutura’, apenas, mas algo mais extenso no qual é abarcado todo o seu entorno, as árvores, a roça, a mata, o rio. A casa é fora e dentro – é um amplo e um tudo” (BRUM, 2016, texto digital). Nessa passagem, a jornalista detalha ao leitor a maneira como os povos locais entendem e valorizam seu espaço. Assim, a “casa” deles não é só a construção, mas tudo o que os rodeia e proporciona interação. Talvez para quem mora em grandes centros urbanos seja difícil imaginar como é considerar tudo isso como de seu pertencimento, mas, para os ribeirinhos, essa é lógica, e a construção de Belo Monte representa perder um teto e toda uma existência em meio à natureza e aos recursos provindos dela.

A questão indígena, no que se refere a aspectos socioculturais, volta à narrativa de Eliane na coluna “O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?”. Para a jornalista, a violação dos direitos é clara quando se trata dos impactos da usina sobre a cultura dos povos locais: “[...] Mas mais de um ano depois o judiciário ainda não decidiu sequer quem tem a competência para julgar a ação de etnocídio. Para o judiciário brasileiro, a morte cultural de povos indígenas não é um tema emergencial” (BRUM, 2017, texto digital). A jornalista é convicta quanto à omissão da Justiça perante o caso dos indígenas do Xingu e

coloca essa opinião de maneira clara, a fim de também engajar o leitor na causa tratada. Os indígenas, como povo também pertencente à nação brasileira, deveriam ser mais defendidos e valorizados, conforme sugere Eliane. Simplesmente pelo fato de usar a palavra etnocídio a colunista já evidencia que a pauta é sociocultural e, por meio da sua narrativa, quer explorar uma perspectiva humanista acerca daquele fato.

Em outro trecho da mesma coluna, a jornalista volta a falar da reunião da qual participou o indígena Araweté e evidencia seu posicionamento crítico em relação ao que narra em dezenas de linhas:

[...] A reunião, necessária para que não seja ainda pior, fundamental para que a Norte Energia seja pressionada a cumprir os acordos que já deveria ter cumprido há anos e a Funai a proteger os indígenas que nunca deveria ter desprotegido, é ela mesma uma violência. É outra língua, é outra organização social e política. O velho Araweté está ali, sentado entre representantes de outros povos indígenas que são seus inimigos históricos, ouvindo palavras que não decifra. Como é possível esse tanto de impossível, essa realidade absurda? (BRUM, 2017, texto digital).

O excerto dá a dimensão resumida do que se tratava essa reunião e do quanto era representativa para a comunidade, no entanto, percebe-se que foi um fracasso do ponto de vista dos maiores interessados. Eliane não esconde o que viu naquele momento e indigna-se. Compartilha com o leitor a falta de sensibilidade dos organizadores daquele encontro ao colocarem, lado a lado, representantes de tribos que tradicionalmente são inimigas, ressaltando um dos tantos aspectos socioculturais envolvidos no enredo. Também é

enfática quando escreve que a concessionária é omissa no cumprimento de suas obrigações e a Funai deveria ser mais atuante na proteção dos indígenas.

Também na coluna “No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig”, aspectos socioculturais envolvendo o enredo de Belo Monte são visualizados facilmente. Eliane compartilha, por exemplo, como a alimentação dos ribeirinhos foi modificada. Se antes o dinheiro não fazia falta porque havia peixe, hoje, é o contrário: eles precisam de dinheiro porque não há mais peixe para matar a fome: “[...] ‘E as crianças estão comendo carne de boi e frango que a gente compra na cidade, enlatados, salsichinhas e miojo, que é o que mais tem por aqui. E estão adoecendo’, diz [...]” (BRUM, 2017, texto digital). A mudança na dieta e o descontrole aumentaram os casos de hipertensão, diabetes, obesidade, entre outras doenças, transcreve Eliane.

Nessa coluna, a jornalista apura uma informação simbólica importante à região, revelando o aspecto social e cultural que envolve o enredo: “[...] No passado, quando ainda era um projeto, Belo Monte tinha outro nome: Kararaô, grito de guerra dos Kayapó. Os indígenas denunciaram que um projeto de destruição não poderia ter um nome tão caro à sua cultura – e Kararaô virou Belo Monte” (BRUM, 2017, texto digital).

O vocabulário específico dos indígenas segue como motivo de outro parágrafo nessa mesma coluna e mostra como Eliane Brum explora fatores sociais e culturais a partir de uma perspectiva humanista em seus textos. Sobre os Juruna, Eliane explica que este é um nome dado a eles por desconhecidos: “[...] ‘Yudjá’ é o nome que eles mesmo se dão. E o nome contém o rio. Yudjá significaria algo como ‘dono do rio’ [...]” (BRUM, 2017, texto digital). Conforme escreve a jornalista,

essa tribo se entende como navegadores e pescadores do Rio Xingu. Assim, “[...] Quando o pequeno Maykawa não pode aprender a pescar porque o rio se tornou proibido para ele, o que se nega ao menino é uma enormidade” (BRUM, 2017, texto digital).

Os impactos decorrentes da construção de Belo Monte sobre as pessoas e o meio ambiente são uma constante nas narrativas da jornalista. Sua intenção é convidar o leitor para se engajar nas causas sobre as quais escreve, para isso, convoca sentimentos e sensibilidades, quarto elemento que compõe a categoria perspectiva humanista. Exemplo de como esse viés é abordado por ela se nota no trecho a seguir, pertencente à coluna “Belo Monte, empreiteiras e espelinhos”:

É difícil imaginar um mundo mais amoroso para a Norte Energia e para o Consórcio Construtor Belo Monte do que este que os governos Lula-Dilma Rousseff criaram. Também é difícil imaginar um mundo mais perverso para as populações atingidas e para o meio ambiente do que este que os mesmos governos criaram. Mas o que precisamos entender é que população atingida é também todo o conjunto de cidadãos brasileiros – e de várias maneiras (BRUM, 2015, texto digital).

Eliane coloca que a ignorância sobre as questões da Amazônia faz dos brasileiros cúmplices do etnocídio, uma vez que “[...] Hoje, nem a imprensa nem nenhum brasileiro pode usar a desculpa de que está amordaçado pela censura de um regime de exceção” (BRUM, 2015, texto digital). Com isso, a jornalista deixa a entender que a maioria das pessoas se omite e prefere não se envolver com esse tipo de assunto, por isso, o etnocídio dos povos do Xingu se torna uma realidade possível.

Na coluna “Vítimas de uma guerra amazônica”, a voz de Raimunda é compartilhada pela jornalista como forma de convidar o leitor a uma reflexão. Para a moradora da região da Volta Grande do Xingu, a escravidão não foi extinta em 1888, com a Lei Áurea:

[...] – A escravidão não acabou, ela só camuflou. A escravidão taí, nua e crua. Num outro modelo, mas tá. Porque ser escrava é isso. É não ter direitos. Olha o que aconteceu com a minha pessoa e com milhares de outros com essa Belo Monte? E cadê a Justiça? Taí, um monte de injustiças na cara da justiça. Então, sou escrava (BRUM, 2015, texto digital).

O desabafo de Raimunda é mais uma das tantas frentes de inconsistência trazidas por Eliane em seus artigos envolvendo Belo Monte. Acima, nota-se a transcrição literal do que é dito pela personagem, mais um dos recursos utilizados pela jornalista para convocar sentimentos e sensibilidades do leitor. Quem ousaria viver sob um regime de escravidão em pleno século XXI, no ano de 2015? Para Raimunda, essa é a sua realidade, porque considera não ter direitos quando precisa, obrigatoriamente, abrir espaço para a construção de uma obra federal bilionária. Eliane também toma partido da situação quando escreve, em “O que Belo Monte delata sobre todos os lados”, que a hidrelétrica é “[...] um monumento deslocado no meio do Xingu, um dos rios mais ricos em biodiversidade da Amazônia, no momento da história em que já não é possível negar a ação do homem na mudança climática” (BRUM, 2016, texto digital). Aqui, nota-se o interesse em chamar a atenção para os recursos naturais que estão sendo afetados pela construção da hidrelétrica.

Sobre as incongruências de Belo Monte, incluindo suspeitas de propina, a escritora compartilha, na mesma coluna, que considera vergonhoso o espanto dos brasileiros com a obra só depois das delações premiadas da Operação Lava Jato, “[...] porque isso é muito revelador de que a vida dos mais vulneráveis pouco importa. Não apenas para este governo, mas para a maioria da população brasileira, independentemente do lado em que está ou da cor da roupa que veste [...]” (BRUM, 2016, texto digital). Novamente, ela afirma que grande parcela da população não está preocupada com o que se passa nesse pedaço do Brasil e pouco importa o que irá se perder em termos sociais, culturais e ambientais partindo do princípio que é “lá no Pará e não aqui no Sul”, por exemplo. A jornalista segue explorando questões para convocar sentimentos e sensibilidades nas linhas seguintes da matéria, em que afirma que o esquema corrupto da usina hidrelétrica deverá ser esclarecido pela Lava Jato. Também questiona:

[...] Mas e o resto? Como se combate a corrupção dos tantos que se calam esses anos todos? A corrupção como cidadão, como gente, a corrupção íntima? Como se combate a corrupção que atravessa todos os lados do Brasil falsamente polarizado? É este o nó que precisa ser desatado. Ou, mais uma vez, tudo mudará para continuar igual (BRUM, 2016, texto digital).

Para a jornalista, a propina é um tema que gera engajamento, no entanto, outras questões, como a destruição das vidas de indígenas, ribeirinhos e pobres urbanos, assim as modificações no rio e na floresta, parecem não ser tão importantes e, portanto, aceitáveis por governos e pela sociedade. Outra temática abordada pela jornalista no mesmo

artigo tem ligação com a desnutrição infantil nas aldeias indígenas por conta de alterações na dieta, agora composta basicamente por produtos industrializados. Conforme escreve, a desnutrição infantil cresceu 127% entre 2010 e 2012, “[...] mas indiozinhos desnutridos por obra de uma empresa financiada por dinheiro público parecem não comover os ‘cidadãos de bem’. Ninguém bateu panelas por eles” (BRUM, 2016, texto digital). A colunista do *El País Brasil* novamente busca tirar o leitor da sua zona de conforto e, se houver a ação, pelo menos cumpriu com o seu papel de incitar seus sentimentos e alertá-lo para esse momento que é vivido pelos povos da Volta Grande do Xingu.

Eliane é uma repórter que escuta atentamente as suas fontes e, por conta disso, consegue fazer ligações entre assuntos que despertam as sensibilidades dos leitores. Um exemplo é o que ocorre no fragmento a seguir, retirado da coluna “Dilma compôs seu réquiem em Belo Monte”: “Se João não estivesse proibido de escutar, teria ouvido que pessoas como ele ‘desconhecem’ Belo Monte. O que isso faria com João?” (BRUM, 2016, texto digital). A palavra desconhecem, destacado com aspas pela jornalista, tem ligação com o discurso da ex-presidente Dilma Rousseff no dia da inauguração de Belo Monte. Ela afirmou, conforme publicado por Eliane, que as controvérsias em torno da obra eram por desconhecimento e não pelo fato de ela ser uma usina com problemas.

Eliane também busca convocar sentimentos e sensibilidades na coluna “Casa é onde não tem fome”. Em certo trecho, ela escreve sobre a casa recebida pelo ribeirinho Otávio das Chagas da Norte Energia – embora condicionante para a execução do empreendimento, só se tornou realidade

após a chegada da Defensoria Pública da União à cidade de Altamira. A jornalista chama atenção para o padrão das residências, as quais poderiam ser instaladas em qualquer lugar do país, não respeitando as singularidades daquela população. Para Eliane, isso também fragilizou os laços comunitários: “[...] As vítimas de ‘remoção compulsória’ foram lá jogadas sem nenhuma preocupação em manter as relações de vizinhança e os laços comunitários, essenciais para a sobrevivência e para a preservação de uma memória comum [...]” (BRUM, 2016, texto digital). É possível interpretar por meio dessas informações, e ao se fazer uma autorreflexão como leitor, o quanto foi e é difícil para essas pessoas se inserirem novamente num contexto comunitário e de laços afetivos, interrompido abruptamente por um empreendimento que não representa melhorias para suas vidas, mas sim diversos problemas, conforme narrado por Eliane Brum.

Maria é esposa de Otávio das Chagas. Com 63 de idade, é a primeira vez que ela tem de trabalhar fora para sobreviver e ajudar a família, que foi roubada vivendo na cidade: “[...] Os assaltantes levaram tudo. Quando encontrei a família, alguns dias depois, Maria tinha conseguido com a patroa um adiantamento de apenas 10 reais. Seguidas vezes ela faz a limpeza toda sem ter comido nada desde o dia anterior” (BRUM, 2016, texto digital).

A exposição das mazelas dos ribeirinhos ocorre também no artigo “O ritmo da fome não é o da burocracia”. Eliane escreve que a Norte Energia, empresa responsável pela obra de Belo Monte, é quem tem a prerrogativa para dizer sim ou não às demandas dos ribeirinhos e dos indígenas. Quando a resposta é não, a saída deles é remeter o caso para a Justiça. “[...] A questão é: como pessoas cuja segurança alimentar está

ameaçada poderão esperar o tempo do judiciário no Brasil? ‘Insegurança alimentar’ é o nome elegante para fome” (BRUM, 2016, texto digital). Nesse trecho, observa-se o intuito da autora de chamar os leitores para a causa. E segue nas linhas seguintes problematizando o tema: “Há poder maior do que aquele de dizer se uma pessoa é ou não é aquilo que é? Como uma empresa pode ter esse poder num empreendimento público? Essas interrogações atravessam a audiência” (BRUM, 2016, texto digital).

Convocar sentimentos e sensibilidades dos leitores parece ser uma especialidade de Eliane Brum, também evidenciada na coluna “O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?”. Em um trecho, a jornalista coloca: “[...] O velho Araweté está ali, sentado entre representantes de outros povos indígenas que são seus inimigos históricos, ouvindo palavras que não decifra. Como é possível esse tanto de impossível, essa realidade absurda?” (BRUM, 2017, texto digital).

Na coluna “No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig”, Eliane volta a abordar a Amazônia. Conforme ela, qualquer impacto nessa região provoca reflexos no Brasil e no planeta. No entanto, os brasileiros não entendem isso por falta de conexão e de educação. A jornalista convoca sentimentos e sensibilidades por meio de um questionamento e de uma certeza:

[...] Por que não se escuta o que o conhecimento produz e parte da imprensa denuncia? Como na música de Cartola, ao se omitir diante da destruição sistemática da floresta amazônica, justamente no tempo da mudança climática, os brasileiros cavam o abismo com seus pés (BRUM, 2017, texto digital).

Dentro dessa mesma temática, a jornalista segue provocando os sentimentos as sensibilidades dos leitores com perguntas do tipo: “O futuro dos Juruna, Yudjá, o futuro do Xingu e da floresta amazônica, o futuro do planeta depende da construção desta resposta: onde estará Alice na próxima fotografia?” (BRUM, 2017, texto digital).

Além dos elementos sugeridos inicialmente pela autora deste trabalho, como componentes da categoria perspectiva humanista, sendo eles solidariedade, bem comum, aspectos socioculturais e convoca sentimentos e sensibilidades, notou-se, durante a análise dos textos de Eliane Brum, mais um componente a ser atrelado à categoria: o da denúncia social feita pela jornalista. Este perpassa os textos da colunista e está mais específico em algumas colunas. Uma delas é a “Belo Monte: a anatomia de um etnocídio”:

[...] O testemunho da procuradora ganha ainda uma outra dimensão no momento em que o atual governo, reeleito para mais um mandato, já viola os direitos indígenas previstos na Constituição para implantar usinas em mais uma bacia hidrográfica da Amazônia, desta vez a do Tapajós (BRUM, 2014, texto digital).

Percebe-se um tom de denúncia da jornalista quando ela afirma que o governo “viola os direitos indígenas”. Ao compartilhar com o leitor tal informação, Eliane busca também dar ao seu interlocutor a dimensão do problema que ela encontrou *in loco*. Na coluna “Belo Monte, empreiteiras e espelinhos”, a denúncia social é evidenciada em três excertos, sendo um deles este: “[...] há poucas dúvidas de que, no momento em que se iniciar o enchimento do reservatório da

hidrelétrica, tudo o que foi violado e descumprido pela Norte Energia e pelo atual governo também será tão fato consumado – e impune – quanto a usina gigantesca [...]” (BRUM, 2015, texto digital).

A questão indígena volta à tona no artigo “O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?”: “[...] o impacto de Belo Sun vai se sobrepor ao de Belo Monte na Volta Grande do Xingu. O pior se anuncia, e o pior acontece. Tem sido assim [...]” (BRUM, 2017, texto digital). Ainda na mesma coluna, a jornalista segue chamando atenção para o problema que considera existir, especialmente no que tange ao projeto de instalação da mineradora Belo Sun, o qual “[...] prevê montanhas de rejeito com aproximadamente duas vezes o volume do Pão de Açúcar e a construção de um reservatório de rejeitos tóxicos. Tudo isso numa região já fortemente impactada por Belo Monte, em plena floresta amazônica [...]” (BRUM, 2017, texto digital).

Por fim, na coluna “No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig”, Eliane Brum denuncia o modo em que vivem os indígenas afetados pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, em especial, as crianças da aldeia Juruna, as quais “[...] vivem no coração da floresta amazônica, à beira de um dos rios mais fabulosos do Brasil, ocupado comprovadamente por seus antepassados há séculos. Mas não têm acesso à água, porque o rio mudou, os peixes apodrecem [...]” (BRUM, 2017, texto digital). Esse fragmento é um exemplo diante de toda a narrativa feita pela jornalista para denunciar a complexa situação à qual os povos do Xingu ficaram expostos após o início do empreendimento.

Por meio de uma abordagem com viés humanista, Eliane Brum busca com a sua narrativa ir diretamente ao

encontro do leitor levando a ele informação, mas principalmente querendo o seu engajamento com a pauta, resultando em reflexão e, talvez, até em uma ação por parte dele. A jornalista suscita a solidariedade quando, em suas colunas, entre outros exemplos, retrata o significado de uma casa para os ribeirinhos do Xingu, a qual vai além do teto e abrange todo o contexto da terra, do rio e da floresta; as amarras jurídicas com as quais eles passaram a conviver e a ter de desamarrar por conta da obra; a percepção de que, para o senso comum, esses povos são ignorados e considerados um entrave ao desenvolvimento do país; e a execução ineficiente e desvirtuada do Plano Emergencial que coloca em xeque vidas.

O bem comum também é um recurso explorado por Eliane Brum dentro da categoria perspectiva humanista e pôde ser visto em diversas passagens. O chamamento ocorre, por exemplo, nos momentos em que a jornalista pede a ampliação de recursos para a educação na região da Volta Grande do Xingu; escreve sobre a remoção dos ribeirinhos de suas casas e o quanto isso deveria espantar a todos; e sobre a agressão e o desrespeito à Amazônia quando se modifica a existência de toda uma cultura de povos tradicionais e o que isso representa na vida da nação como um todo.

Durante as análises também se observou o quanto Eliane Brum explora aspectos sociais e culturais do local onde está inserida e das pessoas com as quais convive para compor um enredo com tom humanista. São temas das abordagens, entre outros, o impacto gerado pela Usina Belo Monte na natureza e o quanto isso deveria importar a todos os brasileiros; como um etnocídio indígena se estruturou a partir da instalação do empreendimento e está desafiando a

sobrevivência dessas pessoas a partir de uma lógica que elas desconheciam; a visão de que a região é constantemente explorada sob os vieses desenvolvimentista e economicista; e a existência de indícios de corrupção envolvendo a obra, assim como outros projetos realizados no Brasil nas últimas décadas.

Ficou claro, por meio das análises, que o texto de Eliane Brum convoca sentimentos e sensibilidades junto aos seus leitores. Isso acontece quando a jornalista escreve sobre os mais variados temas relacionados à hidrelétrica, especialmente no que tange aos desdobramentos sociais da obra. Uma fonte popular chegou a usar o termo escravidão para se referir ao momento que vive por conta da iniciativa governamental, números apontam o aumento da desnutrição infantil e a vida passou a ter uma outra dimensão para alguns moradores desde a mudança para a cidade. A jornalista pede em seus textos, inúmeras vezes, a complacência dos demais brasileiros para com a causa, deixando claro que muitos preferem o silêncio diante desse cenário de caos humanitário. Eliane também suscita as sensibilidades do interlocutor quando relata como a hidrelétrica afeta os recursos naturais da Amazônia e a falta de cumprimento das condicionantes por parte do consórcio construtor, entre tantos outros temas. A colunista do *El País* Brasil mostra que para se contar uma boa história é importante se valer de todos os preceitos jornalísticos, mas também saber colocar a emoção a serviço do que está sendo escrito e compartilhado com mais pessoas. Fazer isso não é tarefa simples, o que denota a intensidade de Eliane na vivência das suas pautas.

A denúncia social surgiu como elemento emergente durante as análises das colunas de Eliane Brum, o que demonstra que sua escrita tem uma conotação de crítica

dirigida aos mais diversos atores envolvidos na pauta, assim como, muitas vezes, ao próprio leitor. Isso ocorre não no sentido de ofendê-lo, mas de buscar o seu engajamento perante a situação. Entre os temas abordados pela colunista em que se notou esse apelo de denúncia estão os direitos dos indígenas possivelmente violados pelo governo, o impacto ambiental da instalação, agora descartada, de uma mineradora na região do Xingu e as transformações dos modos de vida dos indígenas provocadas pela obra de Belo Monte, os quais, por exemplo, ficaram sem o peixe pescado direto do rio para se alimentar.

c) **Narrativa híbrida**

A terceira e última categoria analisada é a categoria narrativa híbrida, esta que é construída a partir dos seguintes elementos: escrita aprimorada que explora a criação de um estilo com elegância; construção cena a cena; enredo consistente; incorpora diálogos; ponto de encontro dos gêneros – reportagem, do Jornalismo, e romance e conto, da Literatura; conotações; clareza; detalhamento (de ambientes, lugares, personagens); objetividade e subjetividade conjugadas - informações confiáveis e completas, comprometidas com a factualidade, mas que dão lugar às emoções para sensibilizar o leitor, sem ser ficção; e criatividade.

As quatro correntes trabalhadas no referencial teórico – Jornalismo, Literatura, Jornalismo Literário e Novo Jornalismo – possuem elementos que se enquadram nessa categoria. Quando se diz que o Jornalismo Literário rompe com as correntes do *lead* significa que o jornalista literário vai trazer informações que preencham o *lead* e ir além, ou seja, pode

responder em suas criações jornalísticas às perguntas Quem? O quê? Como? Onde? Quando? Por quê?, mas não vai se limitar a elas para narrar um acontecimento. O modelo foi criado para privilegiar a objetividade nos veículos de comunicação, no entanto, faz com que faltem criatividade, elegância e estilo. Assim, aplicar técnicas literárias na construção dos textos ajuda a sair da armadilha de contar a história apenas conforme o *lead* determina (PENA, 2008).

Como já abordado em momento anterior, o Jornalismo Literário também busca a imersão no caráter interpretativo dos signos. Isso significa que os profissionais buscam contar suas histórias com o máximo de profundidade que conseguirem, refletindo em um entendimento mais aprofundado por parte do receptor da informação (SANTOS, 2005). Além disso, há uma preocupação com aspectos estéticos e sociais, já que vozes de pessoas são compartilhadas.

O Jornalismo Literário também busca a perenidade das matérias, diferentemente do imediatismo das produções do Jornalismo hegemônico, que preza o furo de reportagem, mas logo vê suas notícias envelhecidas. Independentemente do tempo transcorrido, o objetivo é que a produção tenha relevância para quem a recebe, logo, busca-se que não seja efêmera ou superficial. Por isso, é preciso fazer um enredo consistente, levando em conta as múltiplas facetas de uma realidade (LUGÃO, 2012; PENA, 2008).

Ligação mais próxima com o leitor é outro preceito do Jornalismo Literário, o qual descreve de forma rica os espaços e personagens, dá atenção ao pormenor e incorpora os diálogos, a emotividade e a subjetividade. Construir uma narrativa a partir do Jornalismo Literário não pressupõe interferências do campo da invenção, uma vez que o autor se

distancia das suas próprias emoções para poder compartilhar as das pessoas retratadas em suas histórias. Ao apresentar um trabalho com tais evidências, o Jornalismo Literário pode refletir em uma ligação mais próxima com o leitor do que o Jornalismo tradicional. Também reflete a vida pública ao compartilhar a voz de histórias de pessoas comuns, indo além da notícia de fatos genéricos. Coloca, assim, no centro da informação, valores culturais (TRINDADE; INÁCIO, 2017).

O ponto de encontro entre o Jornalismo e a Literatura é a narratividade. Ambos têm a missão de levar o conhecimento do mundo às pessoas. No Jornalismo, isso ocorre por meio da reportagem, e, na Literatura, por meio do romance e do conto (BULHÕES, 2007). Conforme já colocado em seção anterior, o Jornalismo Literário tem um discurso autônomo, ou seja, mescla nuances da Literatura e do Jornalismo para resultar em uma linguagem menos rígida que o padrão visto no dia a dia das redações (BORGES, 2011; VICCHIATTI, 2005).

Também se aplica à categoria narrativa híbrida o pressuposto de que o Jornalismo Literário expõe a realidade de uma forma mais complexa, assim como busca potencializar os recursos do Jornalismo, entre os quais apuração, observação e clareza na escrita. A verossimilhança também surge como elemento nesse contexto.

Extraída da corrente do Novo Jornalismo está a ideia de que, em vez da objetividade, os repórteres praticantes do Novo Jornalismo deveriam colocar nos textos a sua subjetividade. Para isso, podiam se valer de técnicas literárias, como o uso de interjeições, itálicos e sucessivas pontuações (PENA, 2008). Dentro dessa área, também aparece a construção cena a cena. Recurso visto no jornalismo de revista em 1950, que poderia ser aplicado também aos textos de jornais, com o

repórter contando a história em cenas que se sucedem. A essência da reportagem passa a estar na cena e não apenas nos dados coletados (WOLFE, 2005).

Ainda segundo o Novo Jornalismo, por meio da inserção do ponto de vista da terceira pessoa, o repórter apresenta cada cena ao leitor por intermédio dos olhos de um personagem particular, assim, o insere em uma realidade emocional da cena experimentada pelo personagem (WOLFE, 2005). Registrar detalhes simbólicos do dia a dia também é uma premissa, uma vez que ao se referir no texto a gestos, hábitos, maneiras e costumes identificados dentro da cena, o jornalista se vê utilizando o realismo, recurso intrínseco à Literatura (WOLFE, 2005). Também se evidenciam o registro do diálogo completo e o engajamento, este que indica que o repórter deve se envolver o máximo possível durante a apuração junto a suas fontes.

Dentro da categoria narrativa híbrida também se enquadram preceitos da Literatura trazidos por autores trabalhados no referencial teórico deste trabalho. Um deles é a conotação. Como a linguagem literária é conotativa por natureza, o texto literário, fruto de uma criação feita de palavras, provoca manifestações emotivas a partir dos sentidos atribuídos a elas (PROENÇA FILHO, 1999). A liberdade na criação é outro atributo dessa área. A arte literária tem ligação direta com a sensibilidade de quem a produz, assim, como resultado, tem-se materiais criados a partir da total liberdade e inspiração do artista. O texto literário, como produto estético, autoriza transgressões não passíveis de aceitação no texto não-literário (PROENÇA FILHO, 1999). Também atrelados à Literatura estão aspectos poéticos, que geralmente compreendem as imagens, as frases descritivas e a linguagem

figurada de comparações e metáforas (DANZIGER et al., 1974).

Traços do Jornalismo também fazem parte da conceituação teórica que embasa a categoria narrativa híbrida, especialmente no que tange à objetividade. Trata-se de um método que assegura uma certa cientificidade ao relato de fatos, uma vez que esses são protagonizados por indivíduos dotados de subjetividade, assim, busca-se amenizar essa influência na produção jornalística. Como meta normativa, teve importância na atividade jornalística dos Estados Unidos, assim como em outras partes do mundo. Ao mesmo tempo, quando se admite a existência de um narrador-jornalista, tem-se a noção de que aquela história foi contada a partir do olhar de um indivíduo, o que ameniza, de certa forma, sua responsabilidade (ARAÚJO, 2012; PENA, 2008; KUNCZIK, 2002).

A partir de agora, este trabalho se foca nas análises dos textos de Eliane Brum visando identificar a existência da narrativa híbrida e seus elementos. A escrita aprimorada que explora a criação de um estilo com elegância é marca registrada das colunas. Em “Belo Monte: a anatomia de um etnocídio”, o recurso se faz notar no parágrafo em que Eliane tece comentários acerca da procuradora federal Thais Santi, usando adjetivos:

A entrevista é interrompida pela chegada afetuosa de uma funcionária trazendo primeiro café e água, depois peras. É bastante notável, nas respostas de Thais, o conhecimento teórico e a consistência de seus argumentos jurídicos. Embora visivelmente apaixonada pelo que faz, em sua atuação ela se destaca por ser conceitualmente rigorosa e cerebral. Mas, na medida em que Thais vai explicando Belo Monte,

sua voz vai ganhando um tom indignado [...] (BRUM, 2014, texto digital).

A jornalista observa o ambiente e também os traços da entrevistada e constrói um enredo interessante a partir disso. Inspirada também em um personagem, a jornalista constrói narrativa semelhante em “O pescador sem rio e sem letras”: “[...] Otávio não sabe o que os papéis contam dele. Mas espera que digam algo de bom, algo que devolva a ele um sentido, desfaça a contradição e, por fim, retornem-no a si mesmo” (BRUM, 2015, texto digital). O homem é um dos tantos reassentados em razão da obra de Belo Monte.

Em “O dia em que a casa foi expulsa de casa” quem ganha espaço é Antonia Melo. Eliane narra a chegada na casa da personagem de um homem, que oferece dedetização, situação que inspira ela a escrever: “[...] Antonia precisa, mas não desse tipo. Agradece. E o homem vai embora, saltando pedaços de paredes com suas sandálias, habituado a um Brasil que para ele nunca foi plano” (BRUM, 2015, texto digital). O estilo elegante da escrita também é um convite à reflexão a partir de passagens como “habituado a um Brasil que para ele nunca foi plano”.

João tem o seu dilema compartilhado em parágrafo da reportagem “Vítima de uma guerra amazônica”, em que é possível identificar a escrita aprimorada que explora a criação de um estilo com elegância da jornalista:

Sem palavra e sem ato, João é uma vítima de catástrofe. E torna-se vítima duas vezes, porque essa catástrofe não é reconhecida pelo seu país. Assim, João também torna-se um sem país, na abissal condição de sentir-se dentro e fora ao mesmo tempo, atingido por uma lei não escrita,

ignorado pela lei que deveria inscrevê-lo na trama da cidadania. Para referir-se ao Brasil, a expressão mais frequente de João é “o país brasileiro”. Nessa escolha de linguagem, o Brasil é um corpo ao qual ele não pertence. E, assim, João é condenado como pária (BRUM, 2015, texto digital).

A escritora tece narrativas complexas a partir da realidade escancarada à sua frente. Sensível ao que vê e ouve, Eliane dá o tom da complexidade aos fatos cotidianos, noção que costumam ter só para quem os vive e os sente. Mostra, também, generosidade. Cidadãos comuns se tornam a matéria-prima das linhas construídas pela jornalista: “Se as correntes encurtavam os passos silenciosos de Natalino, o pai de Raimunda, ainda assim ele sonhou. E foi pelo sonho [...] que ele carregou a família para a Amazônia, no encalço de uma terra para quem nada tinha [...]” (BRUM, 2015, texto digital).

Outro trecho dessa mesma coluna que merece destaque é o que faz um paralelo entre Raimunda e o esposo João e conta como tocaram a vida que foi revirada pela obra de Belo Monte:

Raimunda é uma criadora de sentidos, e por isso consegue seguir a vida. João, não. No dia em que paralisou, ele perdeu a capacidade de criar sentidos. Por dentro, ainda está travado. João viu demais, e o excesso de lucidez o cegou. Agora, não consegue voltar. “Perdi a ponta da meada. Estou dentro dessa casa hoje, mas de fato, toda hora, eu não tenho casa. Eu não tenho casa. Entendeu? Eu tou fora. Me perco. Não sei onde tou. Perdi o rumo de tudo”, inflama-se, os olhos de rio, mas um rio de amazônica tempestade. “Estou pior que a Dilma, porque ela perdeu o rumo do país, mas eu perdi o rumo de casa” (BRUM, 2015, texto digital).

O relato sobre João segue na coluna “Dilma compôs seu réquiem em Belo Monte”. O ex-pescador não consegue mais ouvir “Norte Energia”, “Belo Monte” e “Dilma Rousseff” porque “[...] As palavras, João descobriu há pouco mais de um ano, podem matar [...]” (BRUM, 2015, texto digital).

Edilardo é o protagonista de um excerto da coluna “Casa é onde não tem fome”. O ex-ribeirinho teve de voltar no lugar onde foi criado para retirar os animais da ilha. Ele foi contratado pela Norte Energia, a mesma que o tirou da sua casa, para realizar o serviço: “[...] No dia em que teve que expulsar os bichos da Ilha de Maria, a sua, ele chorou. Edilardo havia sido convertido de expulso em expulsador. De vítima em algoz [...]” (BRUM, 2016, texto digital).

O estilo elegante da escrita da jornalista é identificado em outro fragmento desse mesmo artigo. Ela trata da relação de afeto entre Otávio das Chagas e Antonia Melo – ele, um ribeirinho reassentado; ela, que também perdeu sua casa, é líder da organização Xingu Vivo Para Sempre. Por conta desse papel de liderança que desempenha, Chagas vai ao seu encontro todos os dias como uma forma de buscar respostas para questões já encerradas. Assim, “[...] Sempre que se afasta dela, parece ficar mais longe de si mesmo. Empreende sua viagem sem retorno com suas dores e com sua fome, mas um pouco menos partido” (BRUM, 2016, texto digital).

Em “O ritmo da fome não é o da burocracia”, a jornalista versa sobre as angústias de Maria Francineide dos Santos, moradora da Volta Grande do Xingu e que, assim como outros ribeirinhos, busca garantias junto à Norte Energia, na ocasião, durante uma audiência pública:

[...] Enquanto para uns, os que têm casa para voltar, a vida pode ser discutida, e até filosofada, para Maria Francineide e outras centenas a vida urge porque a morte urge. O desespero de Maria Francineide é que aqueles que têm poder para decidir sobre a sua vida não entendem – ou fingem que não entendem – que a vida não é algo apenas sobre o que se fala, mas algo em movimento de morte (BRUM, 2016, texto digital).

Outros temas, como a morte, também são pauta da escrita de Eliane, a exemplo de uma passagem da coluna “No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig”. A jornalista retrata a apreensão dos indígenas com a possibilidade da barragem de Belo Sun se romper e tirar suas vidas:

Na Volta Grande do Xingu, o território concreto onde a vida se dá dia após dia, longe dos jogos de poder de Brasília e Belém do Pará, os Juruna da Aldeia Muratu vivem com a sensação permanente de catástrofe. Esta não é uma figura retórica, mas um pesadelo cotidiano [...] (BRUM, 2017, texto digital).

Conforme escreve a jornalista, o engenheiro que assegurou a viabilidade e a segurança de Belo Sun é o mesmo que fez o laudo da barragem do Fundão, em Mariana-MG. Essa informação fez com que o pavor aumentasse entre a população, tendo em vista que, em 2015, a barragem de Minas Gerais se rompeu, levando lama e gerando destruição por inúmeras localidades.

A escrita aprimorada de Eliane Brum, que explora a criação de um estilo com elegância, é observada ainda na coluna “Mataram meu filho. Mas não quero polícia mais armada, eu quero políticas públicas”. A pauta, em suma, está ligada à Málaque Mauad Soberay, mãe que perdeu um filho –

Magid - vítima da violência em Altamira. A dor da mãe motivou uma manifestação comunitária por pedido de paz. Durante o ato, que percorreu as ruas da cidade, “[...] Málaque não pediu mais sangue. Málaque não pediu linchamento. Málaque pediu amor. Amor até mesmo pelos assassinos do seu filho. E especialmente por suas mães” (BRUM, 2017, texto digital). Como homenagem a Magid, a mãe e suas duas filhas fizeram uma tatuagem, gesto sobre o qual a jornalista escreveu: “A dor de perder um filho não tem nome. Às vezes é preciso escrevê-la na carne [...]” (BRUM, 2017, texto digital). Nota-se o uso de uma linguagem com tom poético da jornalista ao se referir à realização da tatuagem pela mãe e suas filhas. Eliane poderia ter se limitado a informar isso, no entanto, mostra-se solidária e envolvida com o gesto ao empregar a ele um sentimento. Eliane também é mãe e, nesse caso, pode-se aludir sua solidariedade com a personagem ao escrever que a dor dessa perda é indizível.

Outro elemento analisado dentro da categoria narrativa híbrida é a construção cena a cena. Eliane aplica o recurso, por exemplo, na coluna “Vítimas de uma guerra amazônica”. O parágrafo que vem na sequência aborda as cenas que antecederam a descoberta de Raimunda, que foi ver sua casa pegando fogo, sem poder ter retirado os pertences de dentro:

Terça-feira, 1 de setembro de 2015. Raimunda Gomes da Silva, 56 anos, chamou um conhecido, comprou dez litros de gasolina para a viagem no rio e fez “um rancho e um frito” para comer no caminho de sua ilha, a Barriguda, no lugar batizado de Furo do Pau Rolado. Partiram às 5 horas da manhã. Um dia antes, na segunda-feira, haviam ligado da Norte Energia: “Dona Raimunda, quando nós podemos tirar os seus

resíduos lá da ilha?”. “Resíduos” eram as posses de cozinha e de pesca de Raimunda. Ficou combinado que ela retiraria seus pertences na terça-feira cedo. Depois de duas horas e meia de rio, Raimunda alcançou a sua ilha (BRUM, 2015, texto digital).

A casa, feita de acapu, madeira resistente, conforme escreve a jornalista, ainda queimava diante dos olhos de Raimunda: “A Norte Energia não considerava a casa de Raimunda uma casa. Disseram a ela que era um tapiri [...]” (BRUM, 2015, texto digital). A personagem aparece novamente na coluna “Dilma compôs seu réquiem em Belo Monte”, dessa vez, já vivendo na cidade, para onde foi levada de maneira compulsória. Eliane relata a sucessão de cenas que ocorrem na casa numa quinta-feira, 5 de maio, quando Raimunda desligou a televisão. Naquele momento, era transmitida a inauguração de Belo Monte: “[...] Era um gesto pequeno, o de desligar o botão da TV. Era o esforço de Raimunda para proteger João da voz da presidente [...]” (BRUM, 2016, texto digital).

A construção cena a cena da jornalista também se revela em períodos como o separado da coluna “No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig”: “Quando peço para Bel abrir os armários da cozinha de sua casa, encontramos ali pilhas de latas de sardinha e de pacotes de miojo, assim como caixinhas de creme de leite e pudim instantâneo. No freezer, não há um único peixe. Apenas frango e carne de gado [...]” (BRUM, 2017, texto digital). Ao relatar os pormenores da cena, como nesse excerto, a colunista busca levar ao leitor a dimensão mais fiel possível do que está diante de seus olhos. Assim, o interlocutor tem mais subsídios para fazer suas interpretações a partir de uma série de informações.

O enredo consistente é outro componente da categoria linguagem híbrida e está presente na obra analisada de Eliane Brum. Ao compartilhar informações sólidas e ao fazer o encadeamento das ideias, a jornalista apresenta ao leitor trechos como esse, retirado da coluna “Belo Monte, empreiteiras e espelhinhos”:

O imaginário sobre a Amazônia e os povos da floresta tem sido construído ao longo de décadas. Esta é uma das explicações possíveis para a evidência de que uma parcela significativa dos brasileiros assimila o extermínio cultural dos indígenas em Belo Monte com pouco ou nenhum escândalo. Somos tanto herdeiros quanto reprodutores desta propaganda, e a maioria continua ainda agora confundindo propaganda com verdade. Tanto sobre o imaginário da Amazônia quanto sobre outras duas fraudes: a de que hidrelétrica na floresta é “energia limpa” e a de que, se Belo Monte não fosse construída, assim como as grandes hidrelétricas da Amazônia, não teríamos eletricidade para assistir à novela [...] (BRUM, 2015, texto digital).

É possível notar o posicionamento da jornalista acerca dos temas que defende e isso ocorre de uma forma firme, o que é possível quando se há conhecimento sobre os fatos a serem narrados. Outro exemplo de enredo consistente se encontra na coluna “O dia em que a casa foi expulsa de casa”. O trecho em questão se refere a quando Antonia Melo, liderança do Xingu, se encontrou, em Brasília, com a ex-presidente Dilma Rousseff:

[...] Quando ela começou a expor suas preocupações, Dilma interrompeu-a com um murro na mesa. E um berro: “Belo Monte vai

sair”. A ministra, que depois seria presidente, levantou-se, deu as costas a todos e foi embora, deixando-os ali, atônitos. Era o primeiro sinal de que Belo Monte atropelaria todas as leis e marcaria a maior traição do PT à sua base social na Amazônia (BRUM, 2015, texto digital).

Como se pode notar, a jornalista tem um posicionamento forte e se coloca em primeira pessoa, quando necessário, para transmitir a mensagem que deseja. No trecho a seguir, da coluna “O que Belo Monte delata sobre todos os lados”, Eliane faz uma colocação política acerca do que representa Belo Monte, em sua visão:

Como defendo, artigo após artigo, colocar-se fora do Brasil falsamente polarizado é uma posição. Não fujo a ela. O mais difícil neste momento do Brasil é enfrentar as contradições – e resistir à tentação de contorná-las. Seria muito mais fácil se houvesse um lado bom e o outro mau. Mas não há. Cada posição é espinhosa, é uma cadeira de pregos. O prego maior, praticamente uma estaca, é Belo Monte, ainda que muitos sigam se recusando a enxergar. Belo Monte é a versão mais completa das contradições dos governos Lula-Dilma e também do país, por isso é incontornável neste momento. Está lá, milhares de toneladas de cimento e de aço sobre o Xingu que contam uma história terrível (BRUM, 2016, texto digital).

Na coluna “Dilma compôs seu réquiem em Belo Monte”, o posicionamento da jornalista é também emblemático e repleto de perguntas, as quais se direcionam, implicitamente, à ex-presidente:

O que Dilma Rousseff define como “controvérsias” seriam as 25 ações movidas pelo

Ministério Público Federal, uma delas acusando o Estado e a Norte Energia pelo etnocídio – morte cultural – de povos indígenas? Ou a controvérsia seria a mesada de 30 mil reais em mercadorias que as aldeias atingidas receberam por dois anos da empresa, como se o Brasil estivesse fixado no ano de 1500, ao trocar vida por espelinhos? Ou o aumento de 127% da desnutrição infantil nas aldeias neste período? Ou os milhares de atingidos abandonados em total desamparo pelo seu governo, “negociando” diretamente com a Norte Energia, já que a Defensoria Pública da União só conseguiu alcançar Altamira quando a obra já estava perto da conclusão? Ou todos aqueles que assinaram com o dedo papéis que não eram capazes de ler, mas que os condenavam ao desterro? (BRUM, 2016, texto digital).

Nesse fragmento é possível observar que a consistência do enredo está nas várias questões que a jornalista levanta e que têm como pano de fundo desdobramentos econômicos, políticos e sociais da construção da usina. São inúmeros dados visualizados para embasar as perguntas, como as 25 ações movidas pelo Ministério Público Federal e a taxa de 127% de desnutrição infantil. Eliane mostra, com isso, mais uma vez, que investiga as suas pautas e tece uma narrativa juntando diversas informações, o que, para o leitor, é de grande valia. Ele pode ler, por exemplo, apenas a coluna “Dilma compôs seu réquiem em Belo Monte” e ter um panorama dos dilemas que Eliane costuma retratar em suas colunas envolvendo Belo Monte.

No artigo “Casa é onde não tem fome”, é possível encontrar um excerto, retirado dos primeiros parágrafos do

texto, com vários elementos atrelados a esta análise. O elemento analisado neste momento, o enredo consistente, é um deles:

Maria, a mãe, tenta fazer caber nas palavras o que sente quando chega a passar até dois dias sem comer: “Dá uma dor no estômago, uma tontice”. É uma pista, mas ainda não é a fome por escrito. “Eu não sei o que fazer quando as crianças ficam pedindo por comida”, ela continua. É outra pista, mas ainda não é a fome por escrito. Jamais será. A fome é algo tão avassalador que irredutível às palavras. Encaro os olhos fundos de Adriano, o menino de sete anos, e entendo sem letras. Entendo, mas sigo sem alcançar. Meu olhar não afunda nos olhos de poço, me falta a experiência. Adriano é mais uma doce criança com olhos de velho deste mundo. Quando o encontrei na segunda casa, a do RUC, em 2015, era o dia do seu aniversário. E não havia sequer um pedaço de pão para Adriano comer (BRUM, 2016, texto digital).

As informações trazidas nesse excerto refletem a situação de muitos ribeirinhos, e Eliane retrata com sensibilidade o drama da família de Maria. Fica difícil não concluir que Belo Monte é uma afronta à dignidade dessas pessoas, que agora passam fome por terem sido tiradas de suas casas contra sua vontade e apartadas do rio, sua principal fonte de subsistência. É complexo para elas aceitarem essa realidade imposta e dar um sentido às suas vidas a partir de uma lógica urbana, em que tudo que é consumido na mesa tem que ser apanhado em gôndolas de supermercados.

Nos textos de Eliane Brum também foi notado que ela utiliza o recurso da incorporação de diálogos para enriquecer e diversificar suas histórias – este que é mais um elemento ligado à categoria narrativa híbrida. Nesse trecho, da coluna “O

pescador sem rio e sem letras, a jornalista compartilha na íntegra a fala de Francisco, filho de Otávio das Chagas:

Quando chegaram lá na ilha, o chefe da equipe mandou a gente pegar um tracajá (quelônio muito apreciado como comida), porque a gente conhecia o rio. Ficaram só com o papai, que não sabe ler, não sabe nada. A gente foi pegar o tracajá. Mas a gente não pegou nenhum, não vou mentir. Quando ele foi sair, nós chamemo: “Vem cá. Cadê a carta de crédito pra nós, que somo filho do local?” Com a carta de crédito nós comprava um lote pra morar. E eles: “Quando o dinheiro cair na conta, a carta de crédito de vocês vem junto”. Então tá bom. Nós não conhece essas coisa, nós não somo dessas coisa, nós somo morador [...] (BRUM, 2015, texto digital).

A passagem acima se refere à ida de representantes da Norte Energia até a casa da família prometendo a contrapartida para os Chagas deixarem seu lar. Nota-se que a narrativa é em tom de lamento, pois o que a família recebeu foi o mínimo diante do imaginado.

Em outro artigo, “Belo Monte, empreiteiras e espelinhos”, Eliane traz um diálogo externo: “[...] A pergunta do jornalista é a seguinte: ‘Como é possível fazer as coisas na Amazônia e transformar a região?’. O coronel respondeu: - Quando se quer fazer alguma coisa na Amazônia, não se deve pedir licença: faz-se” (BRUM, 2015, texto digital). A ênfase está na resposta de Carlos Aloysio Weber, então coronel e ex-comandante do 5º Batalhão de Engenharia e Construção. Conforme escreve Eliane, ele foi um dos primeiros a chegar à Amazônia durante a ditadura civil-militar. Ao explorar o recurso da inserção de diálogos, a jornalista aproxima o leitor do

contexto narrado e o ajuda a tirar suas próprias conclusões a partir de um relato que não é dela, mas da fonte e com a ênfase dada por ela.

Os diálogos dos personagens são incorporados, em algumas situações, de uma maneira sutil e poética nas colunas de Eliane Brum. A jornalista introduz o próximo fragmento, retirado de “Vítimas de uma guerra amazônica”, colocando a ponderação do pai de Raimunda sobre a paz e, depois, o entendimento dela: “– Meu pai colocou um ‘talvez’, talvez o mundo um dia tenha paz. Ele não deu como certo, e morreu sem encontrar a paz. E eu continuo procurando a paz” (BRUM, 2015, texto digital).

Na coluna “Dilma compôs seu réquiem em Belo Monte” há outro exemplo de como a escritora utiliza o recurso da incorporação de diálogos: “Raimunda o impediu: ‘Tirei a canoa dele. Em qualquer parte do rio ele vai a remo, nadando. Mas na rua ele se perde’. E João restou perdido. Hoje, mais do que ontem” (BRUM, 2016, texto digital). Nos parágrafos seguintes, a jornalista faz uma referência ao que João teria escutado caso a televisão de sua casa não tivesse sido desligada pela esposa Raimunda e, na sequência, apresenta um trecho do discurso da ex-presidente.

Essa é uma amostra do que pode ser encontrado nas colunas de Eliane Brum no que tange à utilização do elemento incorporação de diálogos, o qual é uma constante e ajuda a tornar seus textos diferenciados.

Também faz parte da categoria narrativa híbrida o recurso que faz com que o texto seja um ponto de encontro dos gêneros reportagem, do Jornalismo, e do romance e do conto, da Literatura. A aplicação desse conceito pode ser observada na reportagem “O pescador sem rio e sem letras”:

As palavras de Francisco buscam um porto, uma forma de se ancorar quando ele já não reconhece o mundo. [...] Aqueles que perdem uma ilha, como Francisco, perdem com ela tudo o que contava deles. [...] É do lugar dos que não têm mais mundo que fala Francisco. E ele fala em torrente, porque é mais rio do que terra. E não é papel (BRUM, 2015, texto digital).

Em parágrafos subsequentes também se nota uma narrativa diferenciada, que não se limita a dados colhidos com a fonte, como nesse caso: “Francisco tem olho de rio agora. É difícil pra ele, porque acha que homem não tem lágrima fora. Francisco garante que não se desespera, e diz isso em prosa poética” (BRUM, 2015, texto digital).

Essa linguagem menos rígida e multifacetada está presente, por exemplo, na coluna “Belo Monte: a anatomia de um etnocídio”, em um trecho no qual a jornalista faz referência à entrevista da procuradora Thais Santi acerca do contexto de Belo Monte: “[...] Desvelamos o ovo da serpente junto com ela. Ao acompanhar seu olhar e suas descobertas, roçamos as franjas de uma obra que ainda precisa ser desnudada em todo o seu significado [...]” (BRUM, 2014, texto digital).

Jornalismo e Literatura também se misturam em outros textos da jornalista, como em “O pescador sem rio e sem letras”: “[...] Na cidade está desterrado, à deriva. Mas o corpo lhe pertence, e Francisco vai se mapeando pelas cicatrizes” (BRUM, 2015, texto digital). O excerto se refere ao ribeirão, que foi obrigado a sair da ilha por conta da obra da usina. Em outro parágrafo desse mesmo texto a jornalista escreve: “Davi tem 12 anos. As letras que só ele decifra são pesadas demais para um corpo tão franzino” (BRUM, 2015, texto digital). Esses

dois exemplos, entre tantos outros fragmentos já trazidos para mostrar as outras categorias, mostram a habilidade da escritora em usar uma linguagem poética ao tratar das mazelas de suas fontes/personagens. As palavras se tornam mais carregadas de significado a partir dessa nuance dada por ela.

Da mesma forma, na coluna “Vítimas de uma guerra amazônica”, também se pode observar o emprego de um vocabulário diferenciado, que perpassa todas as colunas analisadas: “O pai é a raiz de Raimunda. Ela vai repetindo seu ensinamento enquanto apresenta a dissolução do seu mundo, como se um pudesse costurar o rasgo do outro [...]” (BRUM, 2015, texto digital).

O trecho a seguir, de um parágrafo da coluna “Casa é onde não tem fome”, evidencia a linguagem diferenciada empregada por Eliane quando ela escreve: “[...] Restou a eles apontar as cicatrizes que documentam uma vida no único território que lhes restou: o do próprio corpo” (BRUM, 2016, texto digital). Ainda nessa coluna se identifica a presença da narrativa híbrida quando a jornalista escreve que “[...] Mas, para Otávio das Chagas, Antonia é uma casa. Ele vai lá para ser visto, para saber que existe [...]” (BRUM, 2016, texto digital). A passagem aborda a relação de amizade entre Otávio e Antonia, uma liderança do Xingu respeitada pelo ribeirinho.

As adversidades dos personagens que compõem as suas histórias tomam uma dimensão especial pelas lentes de Eliane Brum. Um acontecimento simples, que poderia ser narrado por meio do *lead*, por exemplo, se torna algo profundo, como nesse fragmento da coluna “Dilma compôs seu réquiem em Belo Monte”: “[...] João percebeu ali que, aos 63 anos, estava condenado à miséria. No momento da revelação, ele quis matar o dono das palavras que o esfaqueavam. Mas João

da Silva não é homem que mata. Paralisou por inteiro. A fala, as pernas [...]” (BRUM, 2016, texto digital). A passagem se refere ao dia em que João estava no escritório da Norte Energia para receber o valor por ter deixado a ilha onde vivia. Quando soube da quantia oferecida, teve a reação descrita por Eliane Brum. O mesmo personagem tem seu conflito narrado em outro parágrafo: “Quando Dilma inaugurou Belo Monte, a escuridão dos dias de João já era maior do que quando ele começou a morrer” (BRUM, 2016, texto digital).

Na coluna “Casa é onde não tem fome”, há vários excertos que mostram o uso de uma linguagem menos rígida que o Jornalismo, a exemplo desse: “[...] Sem casa, Otávio não tem mundo. Sem mundo, um homem não tem onde pisar. Os conhecidos avisam: você já viu, seu Otávio está encolhendo. E ele está, porque é isso o que acontece com os homens sem mundo” (BRUM, 2016, texto digital). A passagem evidencia o dom da jornalista em olhar para os fatos e dar a eles um tom singular, fazendo com que cheguem ao leitor de uma maneira mais complexa, resultando em mais engajamento emotivo com a pauta. Em outra passagem, ela se coloca no texto, afirmando que “[...] Fome é algo que fracasso em descrever. A fome não se escreve. Carolina Maria de Jesus (1914-1977), a escritora brasileira que conhecia a fome, escreveu: ‘A fome é amarela’” (BRUM, 2016, texto digital).

Três extratos do artigo “O ritmo da fome não é o da burocracia” demonstram também o emprego de uma linguagem menos rígida por Eliane Brum. No primeiro deles, escreve: “[...] Sem estar na letra, era como se não existissem. Maria Francineide não lê nem escreve, mas sabe do que fala” (BRUM, 2016, texto digital). Ainda sobre essa personagem, a jornalista compartilha seu dilema sobre a usina ao colocar que

“[...] O que ela grita – e é isso que precisa ser escutado – é que o barramento das vidas não pode ser tratado apenas como metáfora. O barramento barra. E aquele que quer viver é impedido de viver” (BRUM, 2016, texto digital). Já no terceiro excerto, consta que “Na DPU, os defensores enfrentam o desafio de encontrar documentos escritos sobre uma vida que não é documentada por escrito [...]” (BRUM, 2016, texto digital).

Na coluna “O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?”, o recurso é explorado no enredo que trata sobre a atuação do Judiciário frente às questões envolvendo desmandos e omissões do governo. Essa convivência “[...] tornou a lei menos real do que o Curupira na região do Xingu. As violações são denunciadas e nada acontece. A violência é anunciada e não é impedida. A lei, assim como o rio, está barrada no Xingu” (BRUM, 2017, texto digital). Chama atenção as relações feitas pela jornalista, as quais tocam o leitor, como escrever que a lei está barrada em Altamira, assim como foi feito com o Xingu e que, por consequência, gerou tanto impacto sobre a população da região. Essa situação também inspira uma passagem da coluna “No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig”, na qual a jornalista coloca que “O extermínio do modo de vida penetra nas frestas do cotidiano. O filho mais novo de Bel, Maykawa, tem três anos. Ele deveria estar aprendendo a pescar. Mas o rio, neste momento, é vetado para ele [...]” (BRUM, 2017, texto digital).

O emprego de conotações também está atrelado à categoria narrativa híbrida. Eliane Brum faz uso do artifício em situações como essa, encontrada na coluna “O pescador sem rio e sem letras”: “Enquanto Belo Monte se recorta na

paisagem como um monumento - ao quê, a História ainda vai dizer -, o pescador exilado do rio é só um homem que vai virando deserto à margem de si mesmo” (BRUM, 2015, texto digital). Nota-se que as palavras ganham sentidos afetivos e sociais quando tecidas nesse contexto, especialmente quando a colunista escreve que o pescador está virando um deserto. O mesmo ocorre em passagens do artigo “O dia em que a casa foi expulsa de casa”:

[...] Antonia enraizou-se no Xingu, mas quando a floresta e o rio passaram a ser destruídos pra virar lago de Belo Monte, ela precisou escavar raízes mais antigas. Trouxe da casa da sua infância, no Piauí, uma pedra e sementes de buriti. E da casa onde a mãe nasceu, no Ceará, carregou sementes de manga. Essa viagem-travessia foi a terra onde plantou seu agora frágil coração (BRUM, 2015, texto digital).

Nessa passagem, a conotação é percebida quando a jornalista sugere que Antonia plantou seu coração, o que, sabe-se, não é o sentido literal da frase, apenas ela faz uma analogia poética ao contexto de troca de lugares da personagem. Em outro momento do texto, a jornalista também emprega palavras que dão um sentido conotativo ao contexto narrado, como nesse: “Mais de uma década depois, Belo Monte é um monstrengo alienígena esmagando o Xingu com suas patas de concreto, aniquilando milhares de vidas humanas, animais e vegetais [...]” (BRUM, 2015, texto digital). Essa forma de se expressar da jornalista é uma maneira de diversificar a linguagem utilizada na construção dos textos, o que é bom para quem lê, e, muitas vezes, tem um impacto maior do que se colocadas as palavras sem um sentido conotativo. Escrever que “Belo Monte é um monstrengo

alienígena esmagando o Xingu com suas patas de concreto”, com certeza, espanta mais do que, por exemplo, registrar que a “obra afeta o Xingu com suas grandes estruturas de concreto”.

A categoria narrativa híbrida, em que se propõe elementos do Jornalismo e da Literatura para se contar uma história, também tem como uma das suas características a clareza do texto, o que se pôde encontrar nas colunas analisadas de Eliane Brum. Na reportagem “Belo Monte, empreiteiras e espelinhos”, o recurso pode ser visualizado na seguinte passagem:

[...] A situação é tão aterradora que, em 2014, técnicos da Funai recomendaram a aquisição de cestas básicas para enfrentar a vulnerabilidade alimentar das comunidades. Dito de outro modo: cestas básicas para impedir que indígenas, que antes de Belo Monte tinham autonomia alimentar, hoje morram de fome ou de doenças causadas pelo consumo repentino e indiscriminado de produtos industrializados, assim como pela interrupção do plantio, pesca e coleta de alimentos, causado pelo ingresso dos mesmos produtos (BRUM, 2015, texto digital).

Nota-se a preocupação da jornalista em deixar a informação a mais clara possível para o leitor quando usa, por exemplo, o mecanismo “dito de outro modo”. Outra coluna em que se identificou o uso da clareza como recurso é a intitulada “Vítimas de uma guerra amazônica”, sendo que em um dos parágrafos a jornalista esclarece: “[...] ‘Rua’ é como o povo que mora na floresta chama a cidade, o que já é muito revelador de sua visão de mundo [...]” (BRUM, 2015, texto digital).

No texto “O que Belo Monte delata sobre todos os lados”, encontra-se outro exemplo de parágrafo escrito com clareza:

Talvez o mais revelador da hipocrisia que atravessa a sociedade brasileira fique ainda mais explícita na ação que denuncia o etnocídio indígena. Em 121 páginas, os procuradores revelam passo a passo a destruição cultural de povos indígenas promovida pela Norte Energia e o Estado, com a consequente vulnerabilidade física. E pedem o reconhecimento de que “o processo de implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte constitui ação etnocida do Estado brasileiro, da concessionária Norte Energia e da FUNAI” (BRUM, 2016, texto digital).

No trecho acima, Eliane faz questão de colocar uma citação do documento entre aspas para proporcionar ao leitor a compreensão da mensagem que ela quer transmitir, ou seja, da existência de um etnocídio indígena na região da Volta Grande do Xingu.

A clareza se apresenta também na coluna “Vítimas de uma guerra amazônica”, a exemplo de quando coloca que o Ministério Público Federal entrou com 23 ações contra Belo Monte relacionadas ao descumprimento das medidas obrigatórias de redução e compensação do impacto da obra sobre o meio ambiente, os povos tradicionais e a população rural e urbana. Eliane apura que nenhuma dessas medidas resultou no cumprimento da lei: “[...] Seis delas tiveram decisões favoráveis, que em seguida foram derrubadas pelo instrumento autoritário da Suspensão da Segurança, que autoriza a continuidade da obra em nome do ‘interesse nacional’ [...]” (BRUM, 2015, texto digital). Outra ação, encaminhada pela Defensoria Pública da União contra Belo

Monte e no valor de R\$ 3,5 bilhões, também busca suprir os atingidos pela obra. Ao expor a existência das ações, Eliane também busca um contraponto junto a responsáveis pelo cumprimento delas, e novamente compartilha com o leitor seu insucesso ao colocar que “Nem o IBAMA nem a Norte Energia responderam aos pedidos de entrevista do EL PAÍS até o fechamento da reportagem” (BRUM, 2015, texto digital).

A clareza como elemento da narrativa híbrida também se faz notar em trechos da coluna “O ritmo da fome não é o da burocracia”. Três excertos abordam questões envolvendo a conjuntura da vida dos ribeirinhos impactados pela construção da usina no Rio Xingu. Como exemplo, separou-se o parágrafo abaixo:

Com a denúncia sistemática das violências, iniciou-se um processo de retorno dos ribeirinhos ao rio. Mas o que deveria ter sido o começo de uma reparação, ainda que tardia, adicionou à palavra escrita uma nova camada de horror. Para fazer o reassentamento na área do reservatório, quem determinava – e ainda determina – quem é ribeirinho e quem não é ribeirinho é a Norte Energia. Em resumo: se já tinha sido possível expulsar os ribeirinhos do território em que viviam, tornou-se possível expulsá-los também do território de si, ao dizer que não são o que são. Assim, os ribeirinhos foram arrancados de dois territórios indissociáveis de pertencimento: o da vida e o da identidade. A audiência pública se deu em tempos de perdição no Xingu que já não é o mesmo Xingu (BRUM, 2016, texto digital).

A narrativa acima contextualiza a situação enfrentada pela população local, em especial, os ribeirinhos. Quando utiliza a expressão “em resumo”, Eliane explica a sua ideia de maneira clara, permitindo a compreensão por parte do leitor,

embora ela faça uma problematização com tom poético e dramático frente aos acontecimentos.

O detalhamento de ambientes, lugares e personagens é outro elemento associado à categoria narrativa híbrida. É explorado por Eliane Brum em diversas colunas, a exemplo da passagem encontrada em “Belo Monte: a anatomia de um etnocídio”, na qual a jornalista detalha o ambiente em que está inserida uma fonte, a procuradora federal Thais Santi: “[...] Sua sala é decorada com peças de artesanato trazidas de suas andanças por aldeias indígenas e reservas extrativistas. Na mesa, vários livros sobre a temática de sua atuação: índios e populações tradicionais. [...] A sala é cheirosa [...]” (BRUM, 2014, texto digital).

Em “O pescador sem rio e sem letras”, o detalhamento aparece na cena encontrada na casa da família de Otávio das Chagas, que agora vive na cidade: “[...] A tarde já avança, mas eles ainda não almoçaram. No fogão, um pouco de feijão chia na panela de pressão. Só feijão, comprado fiado. Maria chora. Um choro bem quieto, de quem tem pudor de se mostrar, encostada na porta, querendo sumir” (BRUM, 2015, texto digital). O relato fiel à cena vista pela jornalista ajuda a dar a dimensão do acontecimento e facilita o tom que se quer dar à interpretação por parte do leitor.

O detalhe também se manifesta nos textos de Eliane como forma de transmitir uma singularidade da fonte/personagem, como se observa em um trecho da coluna “O dia em que a casa foi expulsa de casa”: “Ela faz uma pausa após cada palavra lentamente pronunciada” (BRUM, 2015, texto digital).

No artigo “O ritmo da fome não é o da burocracia”, o detalhamento se refere a uma audiência pública entre

ribeirinhos e representantes da empresa concessionária de Belo Monte e de órgãos de governo:

Anoitece. E a ideia de que sairão dali sem nenhuma garantia vai transformando desespero em raiva. Antes de começar a falar, alguns batem com o punho ou a palma da mão na mesa “dos que sabem ler e escrever”. Fazem perguntas diretas, com o rosto bem perto da “autoridade”: “A senhora tem filhos?”. Ou: “Sabe o que é uma malhadeira?”. Um ribeirinho sobe no palco, pede ajuda para abrir uma rede de pesca toda esburacada (BRUM, 2016, texto digital).

Nesse excerto a jornalista dá detalhes do comportamento dos ribeirinhos frente à situação. Eles têm no evento uma oportunidade de minimizar seus contratempos, mas o encaminhamento da audiência parece não favorecer seus anseios. O encerramento da reunião é tema de abordagem da coluna “O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?”. O enfoque está no comportamento do indígena da tribo Araweté:

[...] O velho Araweté finalmente se move. Tem movimentos de felino e evoluciona pelo salão como se estivesse em território estrangeiro, que é onde de fato está. Bem lentamente, ele se aproxima de um teclado de computador e, cauteloso, estende um dedo coberto de urucum. Toca muito rapidamente a tecla e já retira o dedo. Nada acontece. Ele diz algumas palavras em sua língua para ninguém. Cola o corpo na parede branca, protegendo as costas em ambiente hostil, e fica curiosando a cena. Depois, volta a dar seus passos de felino. Vai até a mesa das autoridades, agora vazia. Pega o microfone e dá umas batidas nele, cuidadoso. Nada. Já está desligado. Nenhuma palavra sai dali. O

presidente da Funai se despede com um adeus geral: “Fiquem com Deus” (BRUM, 2017, texto digital).

A riqueza de detalhes, como se pode ver, é fundamental para se contar uma história com profundidade visando ao engajamento do leitor. Em se tratando de uma ambiente distante da realidade de muitos brasileiros, torna-se primordial relatar os pormenores da cena. Eliane escreve sobre indígenas e ribeirinhos do Pará para que todos os leitores, do Brasil e fora dele, possam se aproximar e compreender essa realidade, marcada pela construção de uma obra bilionária custeada pelo governo federal. Muitos podem não ter contato ou a oportunidade de conhecer um indígena Araweté, mas podem se sensibilizar com a sua causa por meio das linhas de Eliane Brum.

Também foi identificada a presença do detalhamento em um parágrafo da coluna “No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig”. Nele, a jornalista comenta que “Quando Bel dá entrevista, ela fala baixinho. Às vezes olhando para o chão. Pergunto a ela de onde vem a voz forte, eloquente, que ecoa na esfera pública. Ela ri. ‘Vem da raiva. Raiva daquelas pessoas com aquela conversinha de sempre.’ [...]” (BRUM, 2017, texto digital). No artigo “Mataram meu filho. Mas não quero polícia mais armada, eu quero políticas públicas” se nota o detalhamento em uma observação paralela da jornalista dentro do texto: “(Málaque chora e, daqui em diante, vai falar até o fim da entrevista com as lágrimas descendo pelo rosto e pingando no piso. Um choro lento, mas intermitente)” (BRUM, 2017, texto digital).

Ainda pertencente à categoria narrativa híbrida está o elemento objetividade e subjetividade conjugadas, a exemplo

do que ocorre nessa passagem da coluna “Belo Monte: a anatomia de um etnocídio”:

[...] Thais dormiu numa rede na porta do posto de saúde que sua ação ajudou a implantar, a alguns metros de onde acontecia um forró que durou a noite inteira. O sono era interrompido ora por casais mais animados em sua ênfase amorosa, ora por um atendimento de emergência no posto de saúde. Impassível, Thais acordou no dia seguinte parecendo tão encantada com todos, como todos com ela. “Noite interessante”, limitou-se a comentar (BRUM, 2014, texto digital).

A jornalista passa informações confiáveis e completas, comprometidas com a factualidade, mas que dão lugar às emoções para sensibilizar o leitor, sem ser ficção, mesclando subjetividade e objetividade. A circunstância em que está inserida a população afetada por Belo Monte rende passagens que mexem com os sentidos dos leitores, além de informá-los, como se observa na coluna “No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig”:

É nesta troca de paisagem que a morte de uma forma de vida pode ser melhor compreendida. As crianças Juruna vivem no coração da floresta amazônica, à beira de um dos rios mais fabulosos do Brasil, ocupado comprovadamente por seus antepassados há séculos. Mas não têm acesso à água, porque o rio mudou, os peixes apodrecem, quem ali se banha tem coceira no corpo. E vivem apavoradas pelo rompimento da barragem. E não têm acesso à floresta porque o sistema de proteção não funciona e a terra indígena é seguidamente invadida. Os pequenos Juruna não têm rio, não têm floresta, não têm peixe e há grandes chances de não terem futuro.

Mas as crianças Juruna têm Peppa Pig (BRUM, 2017, texto digital).

Fica difícil não se sensibilizar com as crianças da aldeia Juruna. A contextualização feita pela jornalista combina informações, do campo da objetividade, com um apelo emotivo, ligado à subjetividade. Deduz-se, a partir da leitura, que a obra da usina interferiu no que os Juruna tinham de mais precioso para lhes dar produtos midiáticos como o desenho televisivo Peppa Pig.

Ainda dentro do contexto da vivência indígena, Eliane aborda em trecho dessa mesma coluna que a população da Aldeia Muratu passou a conviver com a possibilidade de morrer afogada por conta da inundação de áreas. A jornalista recorre a uma narrativa que apela para a subjetividade: “[...] Que o impossível tenha se tornado possível é mais uma expressão do colapso do mundo dos Juruna. Mais uma vez, a experiência cotidiana do etnocídio [...]” (BRUM, 2017, texto digital).

Passagens como essa última são contadas a partir de uma habilidade fundamental para quem escreve: a criatividade. Ela embasa o último elemento atrelado à categoria narrativa híbrida, dissecada até agora, e comprova que Eliane Brum é uma jornalista diferenciada e com textos pouco vistos em grandes meios de comunicação. A habilidade dela se nota em diversos fragmentos das colunas objeto de análise deste trabalho, entre as quais, “O pescador sem rio e sem letras”: “[...] Otávio descobre que a geografia inteira de sua vida sumiu, que seus mortos já não têm lugar. E que toda a enormidade do que perdeu foi calculada em R\$ 12 mil [...]” (BRUM, 2015, texto digital). O trecho faz referência ao sepultamento do pai de Otávio, feito em uma ilha hoje tomada pela água da usina Belo Monte.

Na coluna “O dia em que a casa foi expulsa de casa”, a criatividade, que perpassa todas as colunas analisadas, apresenta-se em diversos extratos que têm como pano de fundo a personagem Antonia Melo, como neste: “O rosto de Antonia Melo é salgado por um choro lento. Ela tenta interrompê-lo, mas não foi feita para barrar rios” (BRUM, 2015, texto digital). Liderança na Volta Grande do Xingu, Antonia também perdeu sua casa para a obra da usina e esse fato é transformado por Eliane num enredo intenso, como se nota aqui: “[...] Seu coração bate. Ela respira. Mas algo foi arrancado dela para sempre, e esse pedaço faltante é uma presença visível. Antonia carrega uma ausência que agora também é a da casa, onde já não existe mais porta para bater” (BRUM, 2015, texto digital). A criatividade da jornalista incide sobre fatos apurados por ela, a maioria deles *in loco*, o que sugere aos leitores que não se trata de exagero quando escreve, por exemplo, que “[...] Otávio das Chagas é um dos tantos sem mapa e sem país que buscavam a casa de Antonia Melo para se encontrar. E agora, arruinado, se perde em ruínas” (BRUM, 2015, texto digital).

A vertente criativa da jornalista também se percebe em passagens como essa, da coluna “Vítima de uma guerra amazônica”: “Como João, seu marido, Raimunda também usa esse ‘entendeu’ para concluir as frases, fazendo da interrogação quase uma faca no pescoço do interlocutor [...]” (BRUM, 2015, texto digital). A jornalista acrescenta que Raimunda, ao utilizar a expressão de forma exagerada, busca e acredita que ainda possa ser compreendida, tendo seus anseios atendidos por aqueles a quem ela e o marido têm repulsa. O mesmo vale para João da Silva, personagem que está no excerto separado da coluna “Dilma compôs seu

réquiem em Belo Monte”: “[...] Que as duas tenham ‘belo’ no nome é a prova do cinismo que fez João da Silva passar a temer as palavras” (BRUM, 2016, texto digital). O termo “belo” está relacionado à mineradora Belo Sun e à usina de Belo Monte.

O uso da criatividade como maneira de tornar a narrativa mais interessante também se nota na coluna “O ritmo da fome não é o da burocracia”:

Um a um os ribeirinhos subiram ao palco, pegaram o microfone e contaram como o rio não é mais o mesmo rio, a água não é mais a mesma água, os peixes não são mais os mesmos peixes e a pesca já não é mais a mesma pesca. Jansen Zuanon e outros pesquisadores pegaram o microfone para apresentar a análise dos dados colhidos, mostrando que o rio não é mais o mesmo rio, a água não é mais a mesma água, os peixes não são mais os mesmos peixes e a pesca já não é mais a mesma pesca [...] (BRUM, 2016, texto digital).

A passagem está dentro do contexto da audiência pública realizada em Altamira com a participação de todas as partes conflituosas. Uma delas é a população da Volta Grande do Xingu, a qual é representada nas colunas de Eliane Brum por diversos moradores/personagens/fontes. Uma delas está inserida no título da coluna K: “No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig”. Nesse artigo, em umas das passagens, a criatividade está na relação feita entre o termo etnocídio e a indígena Alice: “É difícil explicar o que é etnocídio. Morte cultural de um povo. Parece sempre abstrato, coisa de antropólogo. Mas Luane Alice pode nos contar como um jeito de ser e de estar no mundo morre [...]”

(BRUM, 2017, texto digital). Alice é uma criança que teve a sua vida modificada pela usina: antes de ela sair do papel, saltava do barranco para o rio; agora, está proibida de chegar perto dele e, por isso, passa a maior parte do dia em frente da televisão.

Nas 12 colunas de Eliane Brum foram identificados os dez elementos que correspondem à categoria narrativa híbrida, esta que sugere uma forma de contar as histórias mesclando diversos recursos atrelados às linguagens jornalística e literária.

Por meio das análises, pôde-se comprovar que a colunista do *El País Brasil* tem uma escrita aprimorada, resultando em textos com um estilo elegante que traz à tona as emoções dos personagens sobre os mais variados dilemas que eles vivem em razão da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Eliane coloca isso em evidência quando transfere para a coluna elementos de observação dos ambientes e dos personagens, a exemplo da “chegada afetuosa” de uma funcionária na sala de sua entrevistada. Na investigação feita, também se notou a facilidade de Eliane em relacionar um dado factual com nuances poéticas – ela não mascara a informação, apenas a eleva a uma dimensão superior, o que faz com que sua escrita seja diferenciada. Tudo isso sempre ancorado no que vê, ouve e sente estando presente nas cenas e junto a suas mais diversas fontes, emergindo constantemente nomes como Raimunda, João, Edilardo, Otávio, Maria Francineide e Málaque.

Para dar a dimensão mais fiel da cena vivida, Eliane Brum a constrói para o leitor. Nesse movimento, ela compartilha dados que ajudam no entendimento e na interpretação dos fatos. Exemplos vistos nas análises deram

conta do movimento de Raimunda nos dias que antecederam a descoberta de que sua casa na ilha tinha pegado fogo, da sua transferência obrigatória para a cidade, onde já na casa, Eliane descreve o movimento da personagem desligando a televisão. Em outra coluna, a jornalista compartilha com o leitor que pede à personagem Bel para que abra o armário e possa ver o que tem dentro dele e cita os itens. Todas essas informações extraídas da cena são compartilhadas por meio de um enredo consistente, conforme visto. Esse recurso é colocado em prática pela jornalista porque ela penetra nas pautas para reproduzir em suas linhas as mais diferentes questões que estão ligadas ao grande tema, no caso das 12 colunas analisadas neste estudo, os reflexos da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. O enredo consistente está presente quando ela aborda aspectos culturais e ambientais sobre a Amazônia, acentua que a situação provocada por Belo Monte é um extermínio cultural, relata episódios do contexto político ligados à obra, narra pormenores de cenas cotidianas, entre outros momentos. Nota-se que, independentemente do contexto, Eliane busca fazer relações e construções que se transformam em uma narrativa consistente, o que também pode se aludir pelo tamanho das colunas, que são consideradas extensas para a internet.

A narrativa não fica pessoalizada em Eliane Brum, ou seja, em uma escrita marcada pela terceira pessoa do plural. Pelo contrário, a jornalista coloca o tempo inteiro dentro de seus textos a fala de seus personagens. Esse recurso, o da incorporação de diálogos, é reservado a todas as fontes, desde o ribeirinho, passando por procuradores de Justiça até políticos como a ex-presidente Dilma Rousseff. Ao transferir as falas sem interferências, a colunista permite que o leitor tenha

subsídios acerca de quem é a fonte e como ela se porta nas situações. E isso pôde ser visualizado, por exemplo, quando Eliane incorporou diálogos dos moradores Francisco e Raimunda.

Também se viu que a colunista do *El País Brasil*, ao longo de todas as colunas, constrói uma narrativa que mescla recursos do Jornalismo e da Literatura resultando em um texto com nuances da reportagem, do romance e do conto. O uso de conotações no texto também está presente e tem inspiração na vertente literária e proporciona um diferencial ao enredo. Quando escreve sobre personagens como Francisco, Eliane coloca que “suas palavras buscam um porto”. Aqui, assim como em outras diversas passagens, nota-se que a jornalista se utiliza de uma linguagem poética para compartilhar a situação de incerteza pela qual passa o ribeirinho. A impressão que fica é que a jornalista busca suavizar a realidade, que já é tão dura para quem a enfrenta, explorando recursos narrativos mais tênues sem jamais distorcer os fatos, o que é mais uma das habilidades de Eliane. Esta tem relação com mais um dos elementos analisados: a clareza na escrita da jornalista.

Mesmo se valendo de recursos literários, a obra da colunista não deixa margem para a dúvida. Eliane prefere ressaltar pontos e até se posicionar do que deixar informações dúbias para o leitor. Recursos como “dito de outro modo” são um exemplo de como a jornalista escreve com o intuito de deixar o texto claro para quem o lê. Além disso, em alguns momentos, ela faz uma espécie de explicação, tanto dos temas que quer frisar como dos diálogos literais que reproduz das fontes.

A narrativa híbrida utilizada por Eliane Brum também tem na sua essência o detalhamento de ambientes, lugares e

personagens. É por meio dele que a jornalista leva ao seu interlocutor informações importantes para que ele interprete a história de uma maneira mais aproximada com o real. A jornalista também consegue, com isso, valorizar as mais diversas singularidades, a exemplo de quando relata os gestos e a maneira de falar das fontes; a decoração da sala da procuradora federal Thais Santi; o que ela encontra para o almoço no fogão de Otávio das Chagas; e o comportamento de um indígena durante uma audiência pública. Eliane permite, assim, um deslocamento imaginário do leitor até essas circunstâncias, gerando envolvimento com as causas compartilhadas nas colunas.

Essa linguagem diferenciada constatada nas 12 colunas de Eliane Brum também é resultado de uma simbiose entre objetividade e subjetividade, vista em diversos fragmentos textuais quando a jornalista leva a informação ao leitor de uma maneira que ela também consegue suscitar suas emoções. Isso só é possível porque Eliane também se permite fazer o movimento da entrega quando está junto a suas fontes, geralmente, colhendo relatos negativos sobre como a hidrelétrica afetou a vida dos moradores da Volta Grande do Xingu. Um exemplo são as crianças Juruna, que, antes da usina, tinham o banho de rio como passatempo e, agora, têm o desenho Peppa Pig na televisão para se distraírem.

O décimo elemento que teve sua presença analisada nos textos da colunista do El País Brasil foi a criatividade. Importante para qualquer narrativa, no Jornalismo Literário ela é imprescindível e Eliane Brum a sabe explorar como ninguém. A característica é trabalhada do início ao fim nos textos da jornalista, perpassando todas as questões e as fontes trazidas para embasar os dilemas das comunidades do Xingu. Um

exemplo está quando Eliane escreve que “o rosto de Antonia Melo é salgado por um choro lento” o que, na prática, significa que Antonia está chorando.

Encerrado o levantamento nos textos dos elementos que formam a categoria narrativa híbrida, pode-se afirmar que a obra de Eliane Brum, objeto deste estudo, é resultado da mistura de preceitos reservados ao Jornalismo e à Literatura e os diferenciais apontados a ela só são possíveis por causa disso.

CONCLUSÃO

A afeição pela escrita da jornalista Eliane Brum é uma constante na vida da autora deste trabalho, tanto que, desde que teve o primeiro contato com a sua obra, há sete anos, mantinha o desejo de abordá-la de alguma maneira. Assim, em 2017, com o apoio da orientadora, chegou-se na definição de que este Trabalho de Conclusão de Curso teria como uma das incumbências analisar colunas da escritora. A meta foi concretizada e, ao fim desta jornada, além do conhecimento adquirido, fica a certeza de que Eliane Brum é uma jornalista diferenciada na atualidade, que inspira muitos profissionais da área, e sua produção é digna de estudos científicos como este.

Aliado ao objetivo de dissecar parte da obra da profissional, esteve o desejo de o trabalho tratar sobre o Jornalismo Literário, um tema que também tem o apreço da pesquisadora. Somadas essas duas vontades, foi elaborada a proposta deste estudo, o qual cumpriu com o seu objetivo geral, que foi investigar narrativas socioambientais no Jornalismo Literário, especificamente 12 colunas de Eliane Brum produzidas entre 2014 e 2017 e que tiveram como pano de fundo a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte no estado do Pará, Brasil.

Quanto aos objetivos específicos, por meio de um conjunto de pesquisadores, foi possível conceituar o Jornalismo Literário no Brasil. Situado numa zona fronteira entre o Jornalismo e a Literatura, o conceito está ligado, em suma, à linguagem utilizada pelo jornalista para contar uma história. No referencial teórico se pôde abordar, por exemplo, as sete características do Jornalismo Literário elaboradas por

Pena (2008), jornalista brasileiro e ferrenho estudioso do gênero. Os itens elencados por ele ajudam a colocar em prática e a identificar um texto do Jornalismo Literário, no entanto, vale relembrar a definição mais poética do autor para o conceito:

Assim, defino Jornalismo Literário como linguagem musical de transformação expressiva e informacional [...] Não se trata da dicotomia ficção ou verdade, mas sim de uma verossimilhança possível. Não se trata da oposição entre informar ou entreter, mas sim de uma atitude narrativa em que ambos estão misturados. Não se trata nem de Jornalismo, nem de Literatura, mas sim de melodia (PENA, 2008, p. 21).

Essa exposição vai ao encontro do que se averiguou junto a outros estudiosos do Jornalismo Literário e, principalmente, nas próprias análises do *corpus*. Foi feita uma varredura nas 12 colunas de Eliane Brum tendo como balizadores 26 elementos pertencentes a três categorias de análise propostas pela autora: aprofundamento na abordagem, perspectiva humanista e narrativa híbrida. Esses grupos emergiram do próprio referencial teórico, o qual foi constituído de informações acerca dos conceitos de Literatura, Jornalismo, Jornalismo Literário e Novo Jornalismo.

Por meio das análises, pôde-se afirmar que Eliane Brum aprofunda suas abordagens nas 12 colunas, os dados são tratados a partir de uma perspectiva humanista e as histórias são contadas por meio de uma narrativa híbrida. No que se refere à categoria aprofundamento na abordagem, percebeu-se que Eliane faz uso dos 11 elementos que a compõe em algum ou em mais momentos das 12 colunas trabalhadas. Integrante dessa categoria, a ética é um dos princípios do Jornalismo

convencional estendido à produção do Jornalismo Literário (PENA, 2008) e pôde ser notado nas vezes em que a colunista compartilha com o leitor as tentativas de checagem junto a fontes, a falta de retorno delas às demandas e o tempo que despende no acompanhamento de determinada história de vida, por exemplo.

Pôde-se identificar que as narrativas da colunista do El País Brasil são contextualizadas, sendo os fatos colocados de acordo com sua perspectiva social, econômica, política ou cultural. Esse elemento aparece em muitos momentos, entre os quais quando Eliane se reporta às transformações ocorridas no modo de vida dos ribeirinhos e como isso afetou os laços sociais; escreve sobre a relação deles com o rio, com a terra e com os alimentos; e compartilha curiosidades históricas, sendo uma delas o nome indígena que fora inicialmente dado à hidrelétrica. Ao problematizar que Otávio das Chagas tinha uma vida plena quando estava junto da floresta e do rio, Eliane quer levar aos leitores um viés que, para muitos cidadãos, pode ser desconhecido ou até inimaginável, ressaltando o caráter social da pauta. Outros temas que permitiram identificar a presença da contextualização e suas diversas frentes foram a ditadura, as ações movidas contra a concessionária, os valores que envolvem a construção da usina, entre outros.

Contextualizar as informações vai ao encontro de outro elemento que foi analisado nas colunas da jornalista: a diversidade de ângulos que ela coloca em prática para dissecar o cotidiano de seus personagens. Conforme Borges (2011), o Jornalismo Literário tem como missão buscar outros ângulos, como dramas e histórias particulares. Isso ocorre em diversas situações nos textos analisados, como na analogia feita por Eliane entre o momento vivido em Belo Monte e o

descobrimento do Brasil, no que tange às trocas feitas com os povos originários, sendo naquela época entregues espelinhos e, hoje, bens de consumo; o posicionamento em relação aos direitos desse público; e quando conta a história não entrevistando, mas observando o comportamento de um indígena Araweté durante um evento do qual ele nunca havia participado.

Quando diversifica os ângulos, como nesse caso, a colunista ajuda o leitor a construir um entendimento mais complexo da realidade porque também explora o elemento da observação. Ela deve ser profunda e atenta, respectivamente, conforme as palavras de Necchi (2009) e Pena (2008). Eliane a coloca em prática em suas colunas dando ao interlocutor subsídios acerca do ambiente em que os personagens estão inseridos, das suas características físicas e das roupas que estão vestindo e de seus gestos e expressões, até como forma de compartilhar os sentimentos vividos. Por meio dessa aptidão, Eliane proporciona ao leitor uma imersão mental naquela realidade, resultando em engajamento com a causa não importando a distância geográfica, entre outros fatores. Foi possível aludir, a partir das análises, que uma observação só é bem-sucedida, assim como os demais procedimentos jornalísticos, quando existe por trás, em primeiro lugar, uma apuração impecável. Pena (2008) e Bulhões (2007) a referem como rigorosa e exaustiva, respectivamente, quando se trata de Jornalismo Literário. A apuração de Eliane Brum se encaixa nessas premissas e pôde ser vista nas colunas em diversas passagens, como as que estão relacionadas a valores de propina pagos a políticos envolvendo a edificação da Usina Belo Monte; à saga de uma família desde que a obra entrou na pauta de sua existência; e aos trâmites da atuação da

Defensoria Pública em Altamira. Assim como já foi aludido no capítulo das análises, para dar conta de fatores variados e complexos como esses, checando dados, entrevistando diversos personagens e fazendo pesquisa, Eliane Brum se mostra desapegada do tempo, no que tange ao *deadline* tradicional da imprensa, durante a produção das colunas. Com isso, entendeu-se que a narrativa socioambiental da colunista no Jornalismo Literário é diferenciada também por esse aspecto, uma vez que se observou que as colunas foram publicadas sem obedecer a uma periodicidade específica. Eliane se mostrou mais preocupada em ter uma boa história para contar do que quando iria contá-la.

O relato, de acordo com Pena (2008), precisa ter profundidade e, em boa parte da produção analisada, ele ocorre de forma completa, ou seja, privilegiando os pormenores do contexto narrado, especialmente quando envolvem personagens, a exemplo de João da Silva. Como o Jornalismo Literário tem imersão no caráter interpretativo dos signos, a escrita precisa ser densa (SANTOS, 2005). A densidade é colocada em prática por Eliane Brum, entre outros momentos, quando ela escreve que traz em sua coluna uma radiografia sobre o legado que a obra deixou para o Brasil.

Conforme visto no referencial teórico, o engajamento tem ligação com o Novo Jornalismo, o qual sugere que o jornalista entreviste com exaustão os personagens, com o objetivo de conseguir muitas informações aprofundadas (PENA, 2008; WOLFE, 2005). Com base nas análises, pôde-se afirmar que Eliane Brum é engajada com a pauta, realizando entrevistas profundas com as fontes, muitas vezes, sendo até extensas para um portal na internet, mas que cumprem com o

propósito de municiar o leitor com o maior número de informações possível.

No que se refere às fontes, décimo elemento que compõe a categoria aprofundamento na abordagem, Pena (2008) sugere como alternativas ao Jornalismo Literário ouvir o cidadão comum, a fonte anônima e trabalhar pontos de vista que nunca foram abordados. Toda a narrativa construída por Eliane Brum é reflexo, em grande parte, das fontes que ela consulta, as quais, puderam ser vistas, são comuns, muitas nunca incluídas no dia a dia das redações, são plurais e, por conta disso, possuem facetas diferenciadas.

A análise da categoria se encerrou com a identificação de um elemento emergente nos textos de Eliane Brum: o relato dos acontecimentos em primeira pessoa. Notou-se que a jornalista se mostra no texto para enfatizar uma mensagem, chamar atenção para temas que considera importantes, ajudando a dar vida às cenas, aos lugares e aos personagens.

Por meio de uma perspectiva humanista aplicada em sua produção, concluiu-se que Eliane Brum busca, com a sua narrativa, ir ao encontro do leitor não apenas levando informação, mas principalmente querendo o seu engajamento com a pauta, resultando em reflexão e, talvez, até em uma ação por parte dele. Conforme Pena (2008), quando o jornalista define sua pauta, precisa levar em consideração como a sua produção poderá refletir, por exemplo, para a solidariedade. Eliane Brum coloca em prática esse propósito quando, em suas colunas, entre outros exemplos, retrata o significado de uma casa para os ribeirinhos do Xingu, a qual vai além do teto e abrange todo o contexto da terra, do rio e da floresta. Também propõe uma visão humanista dos fatos ao dar espaço em suas linhas para as amarras jurídicas com as quais

os moradores passaram a conviver e a ter de desamarar por conta da obra e a ideia de que, para o senso comum, os povos da Amazônia são ignorados e considerados um entrave ao desenvolvimento do país.

O bem comum, outro atributo defendido por Pena (2008), também é um recurso explorado por Eliane Brum dentro da categoria e pôde ser visto em diversas passagens. O chamamento ocorre, por exemplo, em momentos em que a jornalista pede a ampliação de recursos para a educação na região da Volta Grande do Xingu; escreve sobre a remoção dos ribeirinhos de suas casas e o quanto isso deveria espantar a todos; e sobre a agressão e o desrespeito à Amazônia quando se modifica a existência de toda uma cultura de povos tradicionais e o que isso representa na vida da nação.

Durante as análises, também se observou o quanto Eliane Brum explora aspectos sociais e culturais do local onde está inserida e das pessoas com as quais convive para compor um enredo com tom humanista. Fontcuberta apud Queirós (2017) coloca que o Jornalismo Literário tem como missão problematizar o fato a partir de fatores sociais, culturais, entre outros. Com isso, o repórter consegue inserir, de fato, a notícia como participante de uma sociedade, a qual produz e faz uso da informação. São temas das abordagens de Eliane Brum, entre outros, o impacto gerado pela Usina Belo Monte na natureza e o quanto isso deveria importar a todos os brasileiros; como um etnocídio indígena se estruturou a partir da instalação do empreendimento e está desafiando a sobrevivência dessas pessoas a partir de uma lógica que elas desconheciam; a visão de que a região é constantemente explorada sob os vieses desenvolvimentista e economicista; e

a existência de indícios de corrupção envolvendo a obra, assim como outros projetos realizados no Brasil nas últimas décadas.

Ficou claro, por meio das análises, que o texto de Eliane Brum convoca sentimentos e sensibilidades junto aos seus leitores. Proença Filho (1999) coloca que quem trabalha com a palavra, como os jornalistas, tem uma sensibilidade mais apurada e a utiliza para criar algo diferenciado. Necchi (2009) também destaca que existe espaço para uma prática jornalística que apure os fatos com sensibilidade. Samuel (2000), por sua vez, ao se referir à Literatura, refere que ela tem o papel de convocar os sentimentos, estímulos que podem ajudar a transformar a sociedade. Pode-se aludir, a partir das exposições teóricas, que o jornalista só vai conseguir sensibilizar o leitor se ele for sensível, o que se aplica ao perfil de Eliane a partir de suas 12 colunas publicadas no *El País Brasil*. Ela convoca os sentimentos e as sensibilidades dos leitores quando escreve sobre os mais variados temas relacionados à hidrelétrica, especialmente no que tange aos desdobramentos sociais da obra. Uma fonte popular, por exemplo, chegou a usar o termo escravidão para se referir ao momento que vive por conta da iniciativa governamental. Os números apontam o aumento da desnutrição infantil e, também, a vida passou a ter uma outra dimensão para alguns moradores desde a mudança para a cidade. A colunista do *El País Brasil* mostrou que, para se contar uma boa história, é importante se valer de todos os preceitos jornalísticos, assim como ter perspicácia para colocar a emoção a serviço do que está sendo escrito e compartilhado com mais pessoas.

Durante as análises da categoria perspectiva humanista, notou-se a recorrência de informações com tom de denúncia social, sendo essa vertente adicionada ao rol dos

elementos balizadores. Com isso, a jornalista demonstra que sua escrita tem uma conotação de crítica dirigida aos mais diversos atores envolvidos na pauta, assim como, muitas vezes, ao próprio leitor. Isso ocorre não no sentido de ofendê-lo, mas de buscar o seu engajamento perante a situação. Entre os temas abordados pela colunista em que se notou esse apelo de denúncia estão os direitos dos indígenas possivelmente violados pelo governo, o impacto ambiental da instalação, agora descartada, de uma mineradora na região do Xingu, e as transformações dos modos de vida dos indígenas provocadas pela obra de Belo Monte.

A terceira categoria, denominada narrativa híbrida e que está atrelada à forma como Eliane conta as suas histórias, mesclando recursos das linguagens jornalística e literária, teve seus elementos identificados nas 12 colunas da jornalista. De acordo com Pena (2008), usar tais artifícios ajuda o jornalista a variar as formas de contar uma história, não se limitando ao *lead*. Por meio das análises, pôde-se comprovar que a colunista do *El País Brasil* tem uma escrita aprimorada, resultando em textos com um estilo elegante que traz à tona as emoções dos personagens sobre os mais variados dilemas que eles vivem em razão da construção da usina.

Como já se referiu em seção anterior, Eliane coloca isso em evidência quando, entre outras informações, transfere para a coluna elementos de observação dos ambientes e dos personagens, a exemplo da “chegada afetuosa” de uma funcionária na sala de sua entrevistada. Para dar a dimensão mais fiel da cena vivida, Eliane Brum a constrói para o leitor. Wolfe (2005) lembra que é na cena que está a essência da reportagem. Nesse movimento, Eliane compartilha com o leitor dados que o ajudam a entender e a interpretar os fatos. Um

exemplo é quando ela coloca no texto que pediu para a personagem Bel abrir o armário a fim de que ela pudesse checar o que tinha dentro dele e compartilhar os itens vistos como forma de ajudar a elucidar a cena para o leitor.

Todas essas informações extraídas do local dos acontecimentos são compartilhadas por meio de um enredo consistente, o qual só atinge esse nível no momento em que leva em conta as múltiplas facetas de uma realidade, ou seja, explorando o maior número de informações possível (PENA, 2008). Esse recurso, como pôde ser visto nas análises, é colocado em prática por Eliane Brum porque ela penetra nas pautas para reproduzir em suas linhas as mais diferentes questões que estão ligadas aos reflexos da construção de Belo Monte. O enredo consistente está, por exemplo, quando a jornalista acentua que a situação provocada pela hidrelétrica é um extermínio cultural, relata episódios do contexto político ligado à obra e narra pormenores de cenas cotidianas.

Como notado, a narrativa não fica pessoalizada em Eliane Brum, ou seja, em uma escrita marcada pela terceira pessoa do plural. Pelo contrário, a jornalista coloca o tempo inteiro dentro de seus textos a fala de seus personagens. Para Gillespie apud Trindade e Inácio (2017) e Necchi (2009), um dos itens do Jornalismo Literário que deve ser colocado em prática é a incorporação de diálogos. Esse recurso é reservado a todas as fontes de Eliane Brum, desde o ribeirinho, passando por procuradores de Justiça até políticos como a ex-presidente Dilma Rousseff. Ao transferir as falas sem interferências, a colunista permite que o leitor tenha subsídios acerca de quem é a fonte e como ela se porta nas situações.

Também se viu que a colunista do *El País Brasil*, ao longo de todas as colunas, constrói uma narrativa que mescla

recursos do Jornalismo e da Literatura, resultando em um texto com nuances da reportagem, do romance e do conto. Isso faz com que o texto tenha uma linguagem menos rígida que o padrão visto no dia a dia das redações (BORGES, 2011; VICCHIATTI, 2005). Esse ponto de encontro dos gêneros é notado, principalmente, em passagens nas quais a jornalista se refere a dilemas vividos pelos ribeirinhos, como nessas, já abordadas na íntegra anteriormente: “Francisco tem olho de rio agora”, “Francisco vai se mapeando pelas cicatrizes”, “João percebeu ali que, aos 63 anos, estava condenado à miséria”, “Sem casa, Otávio não tem mundo”; e “A lei, assim como o rio, está barrada no Xingu”.

Nas colunas de Eliane Brum também se notou o uso de conotações, esta que tem inspiração na vertente literária e proporciona um diferencial ao enredo. O predomínio da conotação é uma das características atribuídas por Proença Filho (1999) ao discurso literário e está ligada à manifestação emotiva da linguagem por meio dos sentidos atribuídos à palavra. Assim, quando escreve sobre personagens como Francisco, Eliane coloca que “suas palavras buscam um porto”. Nesta, assim como em outras diversas passagens, nota-se que a jornalista se utiliza de uma linguagem poética para compartilhar a situação de incerteza pela qual passa o ribeirinho.

Esse tom inspirado na Literatura não representa que os textos de Eliane Brum deixam margem para duplas interpretações. A inspiração é usada para aprimorar os fatos, não distorcê-los. De acordo com Pena (2008), a clareza é um dos recursos do Jornalismo estendidas à prática do Jornalismo Literário e, nas colunas da jornalista, identificou-se que ela prefere ressaltar pontos e até se posicionar do que deixar

informações dúbias para o leitor. Recursos como “dito de outro modo” são um exemplo de como a colunista do *El País Brasil* escreve com o intuito de deixar o texto claro para quem o lê. Além disso, em alguns momentos, ela faz uma espécie de explicação, tanto dos temas que quer frisar como dos diálogos literais que reproduz das fontes.

A narrativa híbrida utilizada por Eliane Brum, como se pôde constatar, também tem na sua essência o detalhamento de ambientes, lugares e personagens. Koszyk e Pruys apud Kunczik (2002) colocam que, nas reportagens, a profundidade é maior e se dá atenção para mais detalhes de ambientes e de personagens envolvidos no acontecimento. Wolfe (2005) lembra que, inspirados no romance realista, os jornalistas do Novo Jornalismo incorporam técnicas como a de registrar detalhes simbólicos do dia a dia, gestos, hábitos, maneiras e costumes identificados dentro da cena. Queirós (2017) cita que registrar os detalhes é um dos três recursos do Jornalismo Literário junto com o contexto e os personagens. O mesmo valor é dado por Necchi (2009). É por meio do detalhamento que Eliane Brum leva ao seu interlocutor informações importantes para que ele interprete a história de uma maneira mais aproximada com o real. A jornalista também consegue, com isso, valorizar as mais diversas singularidades, a exemplo de quando relata os gestos e a maneira de falar das fontes; a decoração da sala da procuradora federal Thais Santi; o que ela encontra para o almoço no fogão de Otávio das Chagas; e o comportamento de um indígena durante uma audiência pública.

A narrativa de Eliane Brum também é híbrida quando ela consegue escrever passando informações ao leitor e, ao mesmo tempo, desencadear emoções. A subjetividade como

coparticipante do processo de construção da notícia foi defendida pelo Novo Jornalismo, pois se reconhecia que era um elemento importante para se enriquecer uma narrativa (PENA, 2008). Pôde-se observar que a colunista tem a habilidade de conjugar elementos objetivos e subjetivos em termos de abordagem de conteúdo, a exemplo de como ela constrói a narrativa envolvendo crianças Juruna, que, antes da usina, tinham o banho de rio como passatempo e, agora, têm o desenho Peppa Pig na televisão para se distraírem. Ficou comprovada que a tarefa de unir objetividade e subjetividade exige do repórter imersão na realidade para emocionar os leitores. Assim, notou-se que Eliane se permitiu se emocionar com as histórias quando estava diante delas, o que perpassa o texto.

Ainda ligado à categoria narrativa híbrida, o décimo elemento que teve sua presença analisada foi a criatividade, a qual foi identificada em todos os textos lidos. Após se destacar tantos diferenciais atribuídos à escrita da jornalista, é impossível não constatar que Eliane Brum tem uma vertente criativa inesgotável. Nas colunas analisadas, ela pôde ser vista quando abordadas todas as questões e as fontes trazidas para embasar os dilemas das comunidades do Xingu. Um exemplo está quando Eliane escreve que “o rosto de Antonia Melo é salgado por um choro lento” o que, na prática, significa que Antonia está chorando.

Dessa forma, levando-se em consideração as análises feitas nas 12 colunas escritas por Eliane Brum, pôde-se comprovar a hipótese de que o Jornalismo Literário é um gênero apreciado e colocado em prática por profissionais que buscam humanizar e aprofundar suas narrativas e, para isso, compartilham a voz de inúmeros personagens, dão detalhes de

ambientes, entre outras características, as quais foram tratadas teoricamente e dissecadas de forma empírica. Por tudo isso, em coberturas socioambientais, o Jornalismo Literário se torna um diferencial para o receptor daquela história pela densidade oferecida em suas linhas, o que, sem dúvida, pôde-se atrelar à obra analisada da jornalista Eliane Brum.

A jornalista construiu, assim, em suas 12 colunas no *El País Brasil*, uma narrativa socioambiental no Jornalismo Literário explorando desdobramentos da edificação da Usina Hidrelétrica Belo Monte aplicando pelo menos 26 elementos das linguagens jornalística e literária sugeridos pela autora deste trabalho. Como resultado, viu-se que Eliane, primeiramente, aprofunda as abordagens por meio da utilização de preceitos éticos, contextualizando os fatos, explorando ângulos diversos, observando a realidade, apurando exaustivamente, sem se preocupar com o tempo, mas sim em proporcionar um relato completo dos acontecimentos, refletindo em densidade e engajamento, possível pelas fontes entrevistadas e, também, pelos seus próprios posicionamentos inseridos no texto.

A abordagem de Eliane Brum é guiada por uma perspectiva humanista, pois se identificou que a jornalista busca encontrar elementos na pauta que possam vir a despertar a solidariedade e o bem comum. Também repara nos aspectos socioculturais para convocar sentimentos e sensibilidades e faz uma denúncia social de maneira mais enfática em algumas situações.

Após essa imersão na realidade de suas fontes, Eliane Brum empreende o caminho de volta, ou seja, tem a missão de transformar em narrativa tudo aquilo que viu, ouviu e sentiu. Como resultado desse processo, pôde-se identificar que a

escrita da jornalista, em se tratando das 12 colunas analisadas, é híbrida, uma vez que une técnicas correspondentes às linguagens jornalística e literária. Como já se pôde elucidar, a escrita da colunista é consequência de dez elementos que ela consegue colocar em prática quando conta as suas histórias. Contendo a criatividade em sua essência, Eliane escreve com clareza e de forma aprimorada explorando a criação de um estilo com elegância, fazendo uso da conotação, resultando em uma narrativa que se mostra como um ponto de encontro de gêneros. Eliane também se vale do detalhamento de ambientes, lugares e personagens para construir a cena sem deixar de inserir diálogos das fontes. Por tudo isso, o enredo é consistente com nuances de objetividade e subjetividade, ou seja, a colunista do El País Brasil consegue reunir informações confiáveis e completas, comprometidas com a factualidade, mas que dão lugar às emoções para sensibilizar o leitor sem ser ficção.

Após concluído este trabalho, comprovou-se que o Jornalismo Literário, acima de tudo, coloca-se como uma alternativa ao padrão hegemônico de construção da notícia visto nos dias atuais, este que é ditado, sobretudo, pela rapidez na apuração e na veiculação do acontecimento. A corrente estudada reúne vários elementos que podem auxiliar e nortear a produção de qualquer repórter, independentemente do porte e do veículo no qual ele atua. Sabe-se que Eliane Brum tem uma dinâmica de trabalho reservada a poucos profissionais, no entanto, entendeu-se que para se contar uma boa história é preciso que o jornalista amplie sua perspectiva para além do fato em si, faça uma abordagem com o máximo de profundidade que conseguir e, quando for transmitir o acontecimento ao seu público, o faça por meio de uma

narrativa mais completa, a qual não se limita a responder ao *lead*. Em suma, é fazer o que a maioria não faz, seja por falta de sensibilidade ou de treino, de tempo em suas rotinas ou de espaço para veiculação. Não resta dúvida que o leitor, ouvinte ou telespectador percebe quando uma história foge do que está acostumado a acompanhar no dia a dia e, talvez, por isso, Eliane Brum é motivo de estudos.

A jornalista contraria a máxima de que, para a internet, é indicado que o texto seja curto. Pelo contrário, ela aproveita o espaço ilimitado que tem para acender para o Brasil e o mundo as histórias e as problemáticas das vidas apagadas de Otávio das Chagas, Málaque Mauad Soberay, João da Silva, entre tantas outras, por conta da construção de um empreendimento de energia elétrica bilionário. Por meio da leitura das centenas de linhas escritas por Eliane Brum inspiradas no Jornalismo Literário, foi possível viajar até Altamira e para as ilhas do Rio Xingu e entender os impactos sociais e ambientais dessa obra que interessa ou deveria interessar a todos os brasileiros. Belo Monte fica cada vez mais viva na memória e no coração de quem a conhece pelas lentes de Eliane Brum.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Bruno B de. A narrativa jornalística e a construção do real: como as revistas Veja e IstoÉ trataram a manifestação dos estudantes da Universidade de São Paulo em 2011. **Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação (BOCC)**, Brasil, 2012.

ASSIS, Francisco de. As duas faces de uma mesma prática: relações possíveis entre jornalismo diversional e jornalismo literário. **Conexão – Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 14, n. 27, p. 31-46, jan./jul. 2015.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BECKER, Howard S.; ESTEVAO, Marco; AGUIAR, Renato. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BORGES José Pereira. **Autonomia e ruptura: uma proposta teórica para o jornalismo literário**. 2011. 369 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BRUM, Eliane. **Meus desacontecimentos: a história da minha vida com as palavras**. São Paulo: LeYa, 2014.

BRUM, Eliane. Belo Monte: a anatomia de um etnocídio. **El País Brasil**, São Paulo, 01 dez. 2014.

BRUM, Eliane. O pescador sem rio e sem letras. **El País Brasil**, São Paulo, 16 fev. 2015. Disponível em: <>. Acesso em: 24 mar. 2018.

BRUM, Eliane. Belo Monte, empreiteiras e espelinhos. **El País Brasil**, São Paulo, 7 jul. 2015.

BRUM, Eliane. O dia em que a casa foi expulsa de casa. **El País Brasil**, São Paulo, 14 set. 2015.

BRUM, Eliane. Vítimas de uma guerra amazônica. **El País Brasil**, São Paulo, 22 set. 2015.

BRUM, Eliane. O que Belo Monte delata sobre todos os lados. **El País Brasil**, São Paulo, 11 abr. 2016.

BRUM, Eliane. Dilma compôs seu réquiem em Belo Monte. **El País Brasil**, São Paulo, 10 maio 2016.

BRUM, Eliane. Casa é onde não tem fome. **El País Brasil**, São Paulo, 18 jul. 2016.

BRUM, Eliane. O ritmo da fome não é o da burocracia. **El País Brasil**, São Paulo, 21 nov. 2016.

BRUM, Eliane. O que o velho Araweté pensa dos brancos enquanto seu mundo é destruído?. **El País Brasil**, São Paulo, 6 fev. 2017.

BRUM, Eliane. No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig. **El País Brasil**, São Paulo, 3 abr. 2017.

BRUM, Eliane. “Mataram meu filho. Mas não quero polícia mais armada, eu quero políticas públicas”. **El País Brasil**, São Paulo, 16 out. 2017.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CARDOSO, Anelise Z.; MENDONÇA, Luan P. O Olho da Rua: o jornalismo literário na obra de Eliane Brum. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, UFRJ, 2015.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos**: planejamento, elaboração e apresentação. 3. ed. Lajeado: Ed. da Univates, 2015.

DANZIGER, Marliens K.; JOHNSON, William S. **Introdução ao estudo crítico da literatura**. São Paulo: Cultrise, 1974.

DUARTE, Marcia Y. M. Estudo de caso. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FECHINE, Ana D.; SALES, Esdras M. Narrativas literárias no webjornalismo brasileiro: modo de fazer. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 19., 2017, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, Centro Universitário Estácio do Ceará, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir. Porto Editora: Porto, 2004.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**: norte e sul. 2. ed. São Paulo: EdUsp, 2002.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004.

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LUGÃO, Clara C. Jornalismo literário: a literatura do fato. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.53-70, 2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**. 2ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MARTINEZ, Monica. Jornalismo literário: a realidade de forma autoral e humanizada. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, ano 6, n.1, p.71-83, jan./jun. 2009.

MARTINS, Juliana Lilian. **Aproximações entre jornalismo e literatura no debate sobre a crise do jornal**: o caso de Eliane Brum. 2010, 105 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2010.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2010.

MORAES, Roque. Mergulhos discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos. *In*: GALIAZZI, Maria do C.; FREITAS, José V. **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental**. 2.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MOREIRA, Sonia V. Análise documental como método e como técnica. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio – Orgs. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NECCHI, Vitor. A (im)pertinência do jornalismo literário. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, ano 6, n.1, p.99-109, jan./jun.2009.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2008.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PROENÇA FILHO, Domício. **A linguagem literária**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.

QUEIRÓS, Francisco A. T. Entre arestas e interditos: o jornalismo literário como dupla ruptura epistemológica. **Vozes & Diálogo**, Itajaí, v. 16, n.1, p.177-192, jan./jun. 2017.

SAMUEL, Rogel (Org.). **Manual de teoria literária**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Bruno de A. O real enquanto narração: um diálogo entre o jornalismo literário e a antropologia interpretativa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, UERJ, 2005.

STUMPF, Ida R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio – Orgs. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TRINDADE, Alice; INÁCIO, Rita. Jornalismo literário, direitos humanos e integração: um caso português. **Cuadernos.info**, Santiago, Chile, v. 40, p.235-249, 2017.

USINA Hidrelétrica Belo Monte. **Norte Energia S.A.**, Brasília, 2018.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VICCHIATTI, Carlos Alberto. **Jornalismo**: comunicação, literatura e compromisso social. São Paulo: Paulus, 2005.

WOLFE, Tom. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

Belo Monte.....10, 12, 71, 73, 75, 77, 84, 94, 96, 98, 101, 103, 107, 110, 116, 119, 127, 130, 137, 141, 145, 151, 166, 169, 172, 179, 181, 185, 187, 192, 194, 200

Comunicação....9, 12, 19, 24, 29, 35, 38, 43, 51, 53, 57, 61, 65, 77, 142, 170, 195, 197, 198, 199, 200

Jornalismo..9, 16, 17, 18, 21, 25, 26, 27, 30, 33, 36, 42, 43, 45, 46, 51, 55, 60, 62, 65, 70, 75, 81, 98, 106, 117, 141, 143, 157, 195, 160, 163, 175, 179, 188, 197

Jornalismo literário..9, 19, 42, 48, 50, 51, 61, 62, 66, 70, 75, 81, 98, 106, 117, 141, 176, 179, 188, 195, 197, 199

Linguagem literária.....38, 58, 144, 199

Literatura.....9, 12, 14, 30, 31, 35, 39, 45, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 59, 60, 62, 64, 66, 67, 72, 75, 81, 141, 143, 157, 163, 175, 177, 179, 186, 189, 197, 200

Narrativa....11, 14, 25, 34, 36, 39, 43, 45, 47, 51, 54, 57, 62, 65, 78, 87, 92, 94, 102, 107, 115, 119, 128, 138, 141, 150, 154, 161, 163, 165, 168, 170, 172, 180, 183, 187, 190.

Narrativas...9, 12, 33, 45, 55, 63, 66, 68, 72p., 89, 94, 112, 115, 131, 147, 179, 181, 191

Política.....19, 31, 36, 78, 81, 85, 90, 114, 129, 153, 181

Texto literário.....5, 14, 34, 36, 39, 144

Xingu.....13, 77, 85, 87, 93, 101, 107, 110, 114, 118, 121, 124, 127, 131, 134, 137, 141, 148, 152, 159, 161, 171, 176, 184, 187, 189, 191, 194

SOBRE AS AUTORAS

Camila Flávia Pires (*in memoriam*)



Graduada em Jornalismo pela Universidade do Vale do Taquari, UNIVATES (2018).

Foi Analista de Comunicação Interna na Unimed Vale do Taquari e Rio Pardo (Unimed VTRP), com sede em Lajeado/RS.

Trabalhou como Jornalista na Rádio Independente, de novembro de 2016 a março de 2019; repórter no Jornal O Informativo do Vale, de março de 2015 a outubro de 2016; auxiliar de Redação na empresa Estratégia Comunicação Empresarial (Simone Rockenbach Comunicação Empresarial), de agosto de 2010 a março de 2015; e estagiária de Jornalismo na Associação Abrigo São Chico, entre 2010 e 2011, todos com sede em Lajeado/RS. Profissional freelancer na área de produção e revisão de conteúdo editorial e de trabalhos acadêmicos.

Jane Mazzarino



Possui doutorado e mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2005). Graduação em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1991). Bolsista Produtividade CNPq PQ2. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) da Universidade do Vale do Taquari, Univates - nota 5 Capes. Professora dos cursos de Comunicação Social e Medicina, na mesma instituição.

Em sua atuação conecta saberes científicos e tradicionais movimentados por processos expressivos, inspirados tanto pela formação acadêmica quanto pela formação complementar: Gaia Educacion for Sustainability, Dragon Dreaming (Introdução e Aprofundamento), Vivências com a Natureza (Instituto Romã), Yoga Integral (União Brasileira de Professores Profissionais de Yoga), Formação em Arteterapia no Contexto Social e Institucional (Infapa), Formação Internacional em Ecopsicologia Aplicada Ecotuner (Internacional Ecopsycology Society/Instituto Brasileiro de Ecopsicologia - em andamento). Facilita processos de transformação, explorando possibilidades abertas pela comunicação, pela arte e pela ecosofia. Atua interdisciplinariamente a partir da área de Comunicação, aprofundando-se em temas como comunicação ambiental, educação ambiental, ecologia profunda, ecopsicologia, expressão criativa, saúde, movimentos socioambientais, metodologias colaborativas, formação para a sustentabilidade, desenvolvimento humano.

A linguagem jornalística mostra-se renovar com o passar do tempo, sendo um exemplo disso o Jornalismo Literário, corrente que se consolida na metade do século passado, com o objetivo de enriquecer uma narrativa em termos de conteúdo e estética usando, para isso, elementos do Jornalismo e da Literatura. A técnica amplia o lead, tradicional esquema de perguntas usado para se contar uma história, e explora novas possibilidades no que tange, especialmente, à apuração e à produção das matérias. Nesse contexto, pautas socioambientais narradas a partir do Jornalismo Literário resultam em um material diferenciado, o que se pode afirmar acerca das 12 colunas da jornalista Eliane Brum analisadas neste livro. Os artigos têm como macrotema a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no estado Pará, Brasil. A análise textual do corpus foi desenvolvida a partir de três categorias que emergiram do referencial teórico deste estudo, o qual contempla conceituações sobre o Jornalismo, a Literatura, o Jornalismo Literário e o Novo Jornalismo, sendo elas aprofundamento na abordagem, perspectiva humanista e narrativa híbrida. Essas conceituações se aplicam ao material de Eliane Brum, uma vez que cada uma teve seus diversos elementos comprovados como utilizados pela jornalista em suas 12 colunas. Eliane, de forma geral, tece o cotidiano de ribeirinhos, problematiza questões sociais, políticas, culturais e econômicas ligadas à obra, entre outras, checando exaustivamente e buscando os pormenores das cenas e dos personagens, para levar ao leitor informações e emoções por meio de uma escrita que une traços do Jornalismo e da Literatura e que resulta, assim, na prática do Jornalismo Literário.

